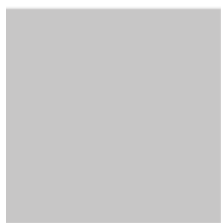


METODOLOGIA DA PESQUISA E DO TRABALHO CIENTÍFICO

Heitor Romero Marques
José Manfroi
Maria Augusta de Castilho
Mirian Lange Noal

**METODOLOGIA
DA PESQUISA
E DO TRABALHO
CIENTÍFICO**





Missão Salesiana de Mato Grosso
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Instituição Salesiana de Educação Superior

Chanceler: Pe. Ricardo Carlos

Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Cristiano Marcelo
Espinola Carvalho

Pró-Reitor Administrativo: Prof. Taner Douglas Alves Bitencourt

Conselho Editorial:

Carina Elisei de Oliveira
Fernando Jorge C. Magalhães Filho
Gisele Brasileiro de Andrade
Heitor Miraglia Herrera
Rosimeire Martins R. dos Santos
Sonia Grubits
Ruth Pavan
Josemar de Campos Maciel
Rodrigo Lopes Miranda

Nadia Bigarella
Octavio Luiz Franco
Debora Cardozo B. Carbone
Lucélia da Costa N. Tashima
José Angel Vera Noriega
Paulo Eduardo B. de Moraes
Maria Geralda de Miranda
Marcelo Marinho
Luis Eduardo Roland Tavares

Catálogo na fonte: Biblioteca "Pe. Félix Zavattaro" – UCDB

M593 Metodologia da pesquisa e do trabalho científico/
Heitor Romero Marques; José Manfroi; Maria Augusta
de Castilho e Mirian Lange Noal.-- 6. ed. rev., atual.
e ampl.-- Campo Grande, MS : UCDB, 2024.

146 p.

ISBN 978-65-87890-15-9

1. Pesquisa científica. 2. Metodologia do trabalho
científico. I. Marques, Heitor Romero. II. Manfroi, José.
III. Castilho, Maria Augusta de. IV. Noal, Mirian Lange.
V. Título.

CDD: 001.4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

METODOLOGIA DA PESQUISA E DO TRABALHO CIENTÍFICO

6. ed. rev., atual. e ampl.

Heitor Romero Marques
José Manfroí
Maria Augusta de Castilho
Mirian Lange Noal


UCDB
Campo Grande, MS, 2024

© 2024 UCDB

6. ed. rev., atual. e ampl.

Editoração Eletrônica
Glauciene da Silva Lima

Capa
Marketing UCDB

Revisão de Texto
Dáfini Lisboa Cabreira

São permitidos extratos desta publicação, desde que citada a fonte.
Proibido qualquer uso para fins comerciais.

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade dos autores e não representa o posicionamento da UCDB.

Feito depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional (Decreto n. 10.994, de 14/12/2004).

Os direitos desta edição são reservados à **UCDB**, cadastrada no Sistema ISBN sob o n. 87890.

Av. Tamandaré, 6.000 - Jardim Seminário
CEP 79117-900 - Campo Grande, MS
Fone/fax: (67) 3312-3373
E-mail: editora@ucdb.br
<http://www.ucdb.br>

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE	9
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA METODOLOGIA CIENTÍFICA E METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	9
2 A HUMANIDADE E OS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	11
2.1 Formas e tipos de conhecimento	11
2.2 Conhecimento empírico ou do senso comum	12
2.2.1 Espontaneidade	13
2.2.2 Caráter utilitarista	13
2.2.3 Subjetividade e baixo poder de crítica	14
2.2.4 Linguagem vaga	14
2.2.5 Desconhecimento dos limites de validade	14
2.3 Conhecimento teológico/religioso	15
2.4 Conhecimento filosófico	17
2.5 Conhecimento científico	19
2.5.1 Busca de princípios explicativos e visão unitária da realidade	20
2.5.2 Dúvida, investigação e conhecimento	20
2.5.3 Ideal da racionalidade e a verdade sintática	21
2.5.4 Ideal da objetividade e a verdade semântica	21
2.5.5 Linguagem específica e poder de crítica	22
2.5.6 Caráter hipotético do conhecimento científico	22
2.6 Processo de produção do conhecimento	24
3 A LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	24
3.1 Algumas técnicas de leitura	25
3.2 A questão da interpretação	27
4 A QUESTÃO DA REDAÇÃO	28
SEGUNDA PARTE	33
5 A PESQUISA CIENTÍFICA	33

5.1 Conceituações de pesquisa	33
5.2 Tendências e abordagens	38
5.2.1 Tendências	38
5.2.2 Abordagens	39
5.3 A questão do método	40
5.3.1 Quanto às bases lógicas ou de abordagem.....	41
5.3.2 Quanto às bases técnicas.....	48
5.3.3 Quanto aos procedimentos.....	49
5.4 Tipos de pesquisa	52
5.4.1 Quanto aos objetivos	52
5.4.2 Quanto à participação do pesquisador (relação sujeito-objeto de pesquisa)	55
5.4.3 Quanto à coleta de dados	55
5.5 Alguns procedimentos de coleta de dados	57
5.5.1 Amostragem.....	57
5.5.2 Roteiro de entrevista e de questionário.....	59
5.5.3 Lembranças importantes	60
6 ESTADO DA QUESTÃO, DA ARTE E REVISÃO DA LITERATURA	60
7 TÉCNICAS DE REGISTRO E DE COMUNICAÇÃO	65
7.1 Sinopse.....	65
7.2 Síntese.....	66
7.3 Resumo	66
7.3.1 Resumo indicativo ou descritivo	66
7.3.2 Resumo informativo ou analítico	67
7.4 <i>Paper</i> e <i>banner</i>	67
7.4.1 <i>Paper</i>	67
7.4.2 <i>Banner</i>	68
7.5 Resenha.....	68
7.5.1 Conceituações e finalidades.....	69
7.5.2 Estrutura	72
7.6 Artigo técnico-científico	78
7.6.1 Conceitos e objetivos.....	78
7.6.2 Estrutura	79
7.7 Arte e técnica de fazer apontamentos	85

7.7.1	Considerações gerais.....	85
7.7.2	Tamanhos de ficha	87
7.7.3	Estrutura de ficha.....	87
7.7.4	Tipos de fichas	87
7.8	Dossiê.....	94
7.9	Memorial.....	94
7.10	Diário de campo.....	95
7.11	Ensaio	96
TERCEIRA PARTE		97
8	PROJETO DE PESQUISA	97
8.1	Questões conceituais	97
8.2	Estrutura ou ordem de apresentação	98
8.3	A ordem de elaboração do projeto.....	98
9	NORMAS DA ABNT PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS	110
9.1	Estrutura de trabalho científico.....	110
9.2	Estrutura de trabalho científico com experimento ou estudo de caso.....	112
10	CITAÇÕES E REFERÊNCIAS.....	119
10.1	Sistemas de citação.....	119
10.1.1	Autor-data.....	119
10.1.2	O numérico	120
10.1.3	Notas de rodapé	120
10.2	Tipos de citação	121
10.2.1	Textuais curtas	121
10.2.2	Textuais longas.....	122
10.2.3	Não textuais ou paráfrases	123
10.3	Referências	123
10.3.1	Livro com um autor.....	124
10.3.2	Livro com dois autores.....	124
10.3.3	Livro com três autores	124
10.3.4	Livro com mais de três autores	125
10.3.5	Livro com um responsável pela coordenação, organização e/ou direção.....	125

10.3.6 Livro com mesmo autor	125
10.3.7 Livro com volume.....	125
10.3.8 Livro com séries e coleções.....	125
10.3.9 Monografia	126
10.3.10 Dissertação	126
10.3.11 Tese	126
10.3.12 Revistas (populares) como um todo	126
10.3.13 Periódicos (revistas científicas) como um todo	126
10.3.14 Boletins como um todo.....	126
10.3.15 Jornal como um todo.....	127
10.3.16 Evento como um todo.....	127
10.3.17 Artigo/matéria em revistas (inclui editorial, entrevistas, reportagens, resenhas etc.).....	127
10.3.18 Artigo em periódicos.....	127
10.3.19 Artigo em boletins	127
10.3.20 Artigo/matéria em jornais (inclui editorial, entrevistas, reportagens, resenhas etc.).....	127
10.3.21 Trabalho apresentado em evento	128
10.3.22 Relatório	128
10.3.23 Capítulo de livro.....	128
10.3.24 Elemento iconográfico (inclui pintura, gravura, fotografia, desenho técnico etc.)	128
10.3.25 Filmes e vídeos	128
10.3.26 Material cartográfico (inclui mapas, atlas, globo, fotografias aéreas etc.)	129
10.3.27 CD/CD-ROM	129
10.3.28 <i>Software</i>	129
10.3.29 Acórdãos, decisões, sentenças e doutrinas.....	129
10.3.30 Monografias, dissertações e teses eletrônicas on-line.....	129
10.3.31 <i>Internet</i>	130
10.3.32 Leis, decretos, portarias.....	130
10.4 Configuração de página e citações.....	131
10.4.1 Citações mediante uso da <i>internet</i>	132

REFERÊNCIAS **133**

OS AUTORES **139**

PRIMEIRA PARTE

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA METODOLOGIA CIENTÍFICA E METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Contextualizar um assunto ou tema de discussão é essencialmente localizá-lo em um dado momento histórico e circunscrevê-lo a um espaço geográfico.

Abordar a questão do método propriamente dito, no contexto histórico, é tarefa complexa, visto que o seu significado está sujeito a muitas variações e submetido a condicionamentos por vezes ideológicos, econômicos, filosóficos, religiosos etc. Assim, pode-se dizer, ainda que grosso modo, que o método no sentido etimológico se refere a “metá” = além de..., “odós” = caminho, caminhada. Quando se agrega à palavra método o sufixo “logía”, com o significado de estudo e conhecimento, tem-se no sentido semântico o conceito de metodologia enquanto uma caminhada que se faz para se ir além do conhecimento que se tem aqui e agora. Então, a partir desse conceito, é possível inferir que o conhecimento, ainda que resultante de processos científicos, é naturalmente provisório do ponto de vista da possibilidade de sua superação por meio de novas pesquisas e avanços tecnológicos.

Da mesma forma, pode-se dizer que o método, no universo da produção de conhecimento, não tem sido o mesmo ao longo da história.

A partir da provisoriedade do conhecimento e do método, pode-se dizer das rupturas conceituais enquanto eixos paradigmáticos, mediante o surgimento de novas necessidades advindas dos mais distintos segmentos constituintes da estrutura social. Nesse sentido, é ilustrativo lembrar que o método da especulação filosófica, adotado como procedimento de produção de conhecimento durante a Idade Média, sofreu um duro golpe, em vista do chamado “método científico” utilizado no universo das ciências naturais.

Na especulação filosófica, a regra básica partia da concepção de que, diante de um problema qualquer, era sempre possível aplicar, após o estabelecimento de hipóteses, o raciocínio dedutivo, para dele concluir novas verdades. Já no “método científico”, após hipotetizar soluções ao problema em questão, utiliza-se o raciocínio indutivo, para o que são indispensáveis a observação e a experimentação, de cujos procedimentos buscam-se as evidências para se aproximar das verdades, ditas científicas. Entretanto é necessário compreender que, na atualidade, há outros procedimentos metodológicos cuja indução não implica necessariamente experimento, como, por exemplo, no universo das ciências humanas, incluídas as ciências da educação e jurídicas. Nesses casos, a indução é compreendida a partir de análises feitas sobre as bases reais da sociedade, ou seja, os dados para a análise são obtidos diretamente do universo social, educacional e jurídico.

Outro modo de diferenciar a metodologia científica e a metodologia do trabalho científico parte das suas finalidades, na tradição universitária e acadêmica, quais sejam: 1) a metodologia científica é mais restrita ao universo da iniciação científica levada a efeito em distintas oportunidades nos cursos de bacharelado e licenciatura e 2) a metodologia do trabalho científico está mais voltada para o universo da pós-graduação, tanto *lato sensu* quanto *stricto sensu*. Todavia é necessário destacar que a metodologia científica e a metodologia do trabalho científico não são excludentes entre si, mas complementares, isto é, uma está implicitamente contida na outra.

2 A HUMANIDADE E OS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

O homem é um ser jogado no mundo, condenado a viver a sua existência. Por ser existencial, tem que interpretar a si e ao mundo em que vive, atribuindo-lhes significação. Cria intelectualmente representações significativas da realidade. A essas representações chamamos conhecimento (Koche, 2002).

Ao longo de sua evolução, a humanidade gerou diversas formas de conhecimento, as quais possuem diferentes características e limites na explicação dos fenômenos que se apresentam ao ser humano, em seu dia a dia.

2.1 Formas e tipos de conhecimento

Com o desenvolvimento do conhecimento humano e da linguagem necessária à sua transmissão, surgiram duas formas de conhecimento que dominaram a humanidade por milhares de anos: **conhecimento empírico** (senso comum) e **conhecimento religioso**. Posteriormente, surgiram os **conhecimentos filosóficos** seguidos da ciência, a qual é uma proposta historicamente muito recente.

A ciência surgiu como uma etapa natural da evolução humana, marcada pela capacidade de produzir e transmitir conhecimento. O ser humano parece nascer programado para aprender; ou seja, nasce com a capacidade de gerar conhecimento e, provavelmente, de transmitir a outros seres humanos. Isto ocorre em razão de o ser humano não possuir respostas prontas para todos os problemas que enfrenta. Assim, quando a regularidade na natureza é quebrada, ele procura entender e explicar os motivos destes fatos, ao contrário dos animais que parecem nascer com um grande repertório de respostas prontas (a inteligência dos animais ditos irracionais é um *índice*) e suficientes para garantir as funções principais de suas espécies: viver, reproduzir e preservar.

De acordo com sua profundidade e sua aproximação da verdade, pode-se distinguir, de uma forma geral, cinco graus de conhecimento, quais sejam: *religioso, teológico, filosófico, empírico e científico*.

2.2 Conhecimento empírico ou do senso comum

A primeira forma de conhecimento humano surgiu há milhares de anos, sendo impossível precisar exatamente quando isso tenha ocorrido. Este “conhecimento” era provavelmente uma forma

rudimentar de explicação de um fenômeno, a qual havia sido evidenciada por um grupo de seres humanos e perpetuada inicialmente por meio da linguagem oral. O **conhecimento empírico** é aquele comum a todo ser humano, por ser produzido pela sua própria existência cultural. Toda pessoa adquire e produz conhecimentos a partir de sua inserção no mundo. É o resultado da experiência pessoal e dependente diretamente da cultura, do momento histórico, do meio ambiente físico no qual o ser humano vive.

Por ser fruto da experiência individual, o conhecimento empírico não serve genericamente, ou seja, não pode ser uma lei. Isto ocorre pelo fato de o conhecimento empírico ser fruto do acaso e não refletir algum princípio constante.

Por outro lado, dois agricultores sem nenhuma escolaridade podem plantar feijão do mesmo modo e ter o mesmo resultado. Isto ocorre quando algumas experiências individuais, mesmo que restritas pelo seu caráter empírico, refletem uma lei científica. Ambos os agricultores podem não entender *por que funciona*, mas sabem que funciona.

O **conhecimento empírico** é também chamado de **senso comum**, ordinário, pois é a forma mais usual que o ser humano utiliza para interpretar a si mesmo, o seu mundo e o universo como um todo, produzindo interpretações significativas.

A ciência não se contrapõe, necessariamente, ao conhecimento empírico. Muito pelo contrário, muitas vezes, aproveita-se deste conhecimento como ponto de partida para pesquisas que resultarão em leis e princípios científicos. Entretanto não se pode negar que a ciência gera uma nova forma de compreender o mundo e que isto determinou a revisão da validade da explicação do conhecimento empírico. Assim, não se deve desconsiderar a experiência individual, mas sim compreendê-la como fruto da vivência e, a partir disso, buscar avanços no universo do conhecimento.

O **conhecimento empírico ou do senso comum** possui algumas características próprias que o qualificam. Koche (2000) as enumera e explica da forma a seguir:

2.2.1 Espontaneidade

O **conhecimento empírico** baseia-se na espontaneidade e por isso se presta à solução de problemas imediatos. Tais problemas surgem como consequência da vida prática e decorrem do contato direto com os fatos e fenômenos que vão acontecendo no dia a dia e que são percebidos, principalmente, por meio dos sentidos. Sendo resultado da necessidade de resolver problemas diários, o **conhecimento empírico** não é, antecipadamente, programado ou planejado. À medida que a vida vai acontecendo, esse conhecimento se desenvolve, seguindo a ordem natural, por isso é ametódico.

2.2.2 Caráter utilitarista

O **conhecimento empírico** busca informações e elabora soluções para os problemas sem especificar as razões ou os fundamentos teóricos que demonstram ou justificam o seu uso. Além disso, não se preocupa com possível correção ou confiabilidade, por não compreender ou não saber explicar as relações que há entre os fenômenos.

No **senso comum**, o conhecimento funciona como solução dos problemas imediatos, mais do que a compreensão ou explicação da sua eficácia. Via de regra, esse conhecimento transforma-se em convicções e em crenças populares, repassadas de uma geração para outra.

2.2.3 Subjetividade e baixo poder de crítica

Por estar preso à vivência, à ação e à percepção orientadas pelo interesse prático imediatista e pelas crenças individuais, o **conhecimento do senso comum** é mais subjetivo que objetivo. É um conhecimento que está subordinado a um envolvimento afetivo e emotivo do sujeito que o elabora, permanecendo preso às propriedades individuais de cada coisa ou fenômeno. Dessa forma, não consegue sistematicamente buscar provas e evidências que as testem criticamente. Segundo Popper (1975), a objetividade deve

oferecer ao sujeito a oportunidade de desvencilhar-se da convicção subjetiva, expondo-a à crítica intersubjetiva em busca de um acordo consensual. Isso não acontece no **senso comum**.

2.2.4 Linguagem vaga

A linguagem utilizada no **conhecimento do senso comum** contém termos e conceitos vagos, que não delimitam a classe de coisas, ideias ou eventos. Os termos são utilizados por diferentes sujeitos, sem haver previamente uma definição clara e consensual que especifique as condições desse uso. A significação dos conceitos, no senso comum, é produto de um uso individual e subjetivo espontâneo, que se enriquece e se modifica gradualmente em função da convivência num determinado grupo. As palavras adquirem sentidos diferenciados de acordo com as pessoas e os grupos pelos quais forem utilizadas.

2.2.5 Desconhecimento dos limites de validade

O **conhecimento empírico** ou **senso comum** é útil, eficaz e correto quando as informações acumuladas pela tradição aplicam-se ao mesmo tipo de fatos que se repetem e se transformam em rotina, e quando as condições e os elementos determinantes desses forem constantes. Fica, porém, sem saber explicar as causas do insucesso ao se modificarem algumas de suas circunstâncias ou condições.

2.3 Conhecimento teológico/religioso

O ser humano, desde que descobriu sua faculdade cognitiva, buscou uma resposta para suas dúvidas existenciais, querendo saber sobre a origem do universo e de si próprio, sobre o porquê do sofrimento e da morte. A palavra *religião*, em sentido etimológico, implica a crença numa “ligação” entre o mundo natural, visível e um pressuposto mundo sobrenatural, invisível. O conhecimento mítico, teológico, religioso, em geral, por não ter sustentação lógica

ou racional, fundamenta-se no princípio da autoridade, por ter sido revelado por entes superiores a seres privilegiados (D’Onofrio, 1999).

Muito provavelmente, o conhecimento religioso surgiu paralelamente ao empírico, sendo uma forma de explicar fenômenos dos quais a experiência individual não conseguia fornecer elementos suficientes para sua compreensão. Para explicar um fato ocorrido, não foi suficiente o vivenciado, o empírico. Necessitou-se de uma explicação a partir da existência de uma força superior ou de um ser supremo (ou mais de um), no caso Deus, que seria a razão da ocorrência dos fatos não redutíveis à experiência em si, ou seja, compreensíveis pela lógica do conhecimento empírico (Campos, 2000).

Não se pode restringir este tipo de conhecimento às religiões. Obviamente, as religiões são parte do conhecimento religioso, mas este é mais amplo. Qualquer conhecimento que seja baseado em conceitos que não possam ser discutidos, testados ou questionados pode ser religioso (Popper, 1975; Peluso, 1995).

Para as grandes massas do passado e do presente da história da humanidade, a religião tem seus fundamentos em dogmas e ritos, que são aceitos pela fé e não podem ser provados e nem se admite a crítica, porque ela é a única fonte de verdade.

A teoria de Auguste Comte¹ tem uma visão negativa do conhecimento teológico-religioso, pois mostra na Lei dos Três Estados (TEOLÓGICO, METAFÍSICO e POSITIVO) que o Estado Teológico é o estágio mais atrasado, no qual o ser humano, devido à sua ignorância, ainda não conhece as coisas reais e naturais dos fenômenos e de suas explicações. Segundo Comte, a ação direta e contínua de forças fictícias e agentes sobrenaturais (magias, misticismo, fetiches, duendes, demônios, espíritos, deuses, Deus etc.) explica todas as anomalias aparentes do universo.

¹ É considerado o pai da filosofia positivista (1798-1857) in: COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Seleção de textos: José Arthur Giannotti. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores – inclui vida e obra).

Campos (2000) ajuda a entender que, assim como o conhecimento empírico, muitas das informações contidas em textos religiosos, como o Velho Testamento ou o Alcorão, são reveladoras de informações científicas, embora tenham sido originadas por meio da vivência religiosa. Não se pode, portanto, desprezar (ou menosprezar) esta forma de conhecimento, mas assumi-la como verdadeira é muito arriscado, pois o ato de fé que caracteriza esta forma de conhecimento nem sempre é suficiente para a explicação dos fenômenos.

O conhecimento religioso possui um campo de explicação e validade muito bem delimitado, mas, muitas vezes, este se sobrepõe ao conhecimento empírico e à ciência. Assim, o conhecimento religioso possui três características fundamentais:

- a) *Dogmático*: baseia-se em uma ideia, conceito ou condição que não é passível de ser contestada e/ou testada, sempre apresentando motivos não racionais para esta condição.
- b) *Não testável*: pois não aceita ser testado – comprovado – exceto por seus próprios princípios ou métodos, o que pode ser considerado tendencioso, por ser construído a partir de um ponto-chave de caráter hipotético. Todo conhecimento religioso tem lógica interna (coerência entre seus conceitos, componentes), mas isto não garante que seja verdadeiro ou científico.
- c) *Depende da crença/da fé*: como não dispõe de qualquer evidência que não seja atribuída a um profeta, mestre ou mesmo diretamente a Deus, o conhecimento religioso nasce com um ato de fé do indivíduo. Este ato de fé pode ser espontâneo, quando ocorre conscientemente, ou induzido, quando determinado por fatores externos ao sujeito (por exemplo, pressões familiares, grupais, culturais etc.).

2.4 Conhecimento filosófico

Do grego *philo* (amante) e *sophia* (sabedoria), a filosofia tenta substituir o princípio da autoridade, sustentáculo próprio do saber

teológico, pela razão ou pelo pensamento reflexivo. O conhecimento filosófico procura respostas para as perguntas fundamentais da existência, mediante o raciocínio lógico.

De onde surgiu o cosmos? Existe outra vida após a morte? Matéria e espírito são inseparáveis? Além da aparência, existe uma essência das coisas? O que é a consciência, a razão, a verdade, a liberdade? Qual é o fundamento do sentimento ético? A felicidade reside no exercício do livre-arbítrio, satisfazendo os instintos individuais, ou na observância dos preceitos sociais? Para responder a essas e outras perguntas existenciais, o ser humano exercitou sua inteligência em várias áreas do saber filosófico, tais como: a *Cosmologia*, que formula hipóteses para explicar a origem do universo; a *Lógica*, que estuda as regras do raciocínio correto para se chegar a qualquer tipo de conhecimento; a *Ética*, que analisa os conceitos do bem e do mal, do certo e do errado, as normas morais do comportamento humano; a *Estética*, que investiga a essência do belo e as categorias do mundo sensível; a *Epistemologia ou Teoria do Conhecimento*, que tem como objeto o estudo da natureza da verdade, a confiabilidade do saber e o método correto de investigação (D'Onofrio, 1999).

O conhecimento filosófico antecedeu, historicamente, o aparecimento da ciência, surgindo há algumas centenas de anos antes desta. Embora a diferença histórica não seja significativa, existem dois aspectos que devem ser considerados. O primeiro é que, ao contrário da ciência, essa forma de conhecimento teve impacto rapidamente sobre a sociedade, sendo reconhecida e valorizada (Chaui, 1999). O segundo aspecto diz respeito à sua importância para o surgimento da ciência, pois foi em seu seio que esta começou a ser pensada, discutida e debatida.

Ferrari (1982) informa que a Filosofia é uma forma racional de conhecimento, não admitindo a intuição ou a fé como origem. É uma forma de conhecimento que tem a condição de colocar suas hipóteses antecipadamente, mesmo que nunca possam ser testadas. O conhecimento filosófico recorre à experiência pessoal e subjetiva, evitando a experimentação. Na construção da verdade

no conhecimento filosófico, o cerne se encontra na *lógica interna* entre os conceitos, ou seja, na *coerência lógica* entre as relações e os seus diversos componentes teóricos.

O conhecimento filosófico procura conhecer as causas reais dos fenômenos, não as causas próximas, como as ciências particulares, mas as causas profundas e remotas de todas as coisas.

O conhecimento filosófico possui maior profundidade, universalidade e radicalidade nos seus argumentos, que o conhecimento científico. Enquanto as ciências estudam as leis pelas quais se regem determinados fenômenos, fatos ou acontecimentos particulares, o conhecimento filosófico unifica todo o conjunto das leis científicas. A ciência é o saber parcialmente unificado, enquanto a Filosofia é o conhecimento totalmente unificado. A Filosofia apresenta-se, pois, como o exame crítico das condições de certeza das próprias ciências. Ela é considerada a mãe de todas as ciências (Kant, 1978).

2.5 Conhecimento científico

O termo latino *scientia* (ciência, saber) deu origem a vários cognatos na língua portuguesa: ciente, discente, docente, cientista, científico, cientificar, cientismo. Num sentido amplo, portanto, a palavra ciência diz respeito a qualquer tipo de saber. Por isso, fala-se de ciências físicas, biológicas, humanas etc. (Abbagnano, 1970).

Na Antiguidade Greco-Romana, não havia muita distinção entre as várias atividades do espírito: era chamado de “sábio” aquele que sabia das coisas. Assim, por exemplo, Aristóteles, além de tratar de filosofia, escreveu obras sobre poética, estética, ética, política, retórica, física, astronomia, zoologia.

Ainda na Renascença, encontra-se o ser humano com um saber enciclopédico. Haja vista Leonardo da Vinci (1452-1519), que, além do artista imortal da pintura, foi também poeta, arquiteto, escultor, engenheiro, cartógrafo, geólogo, botânico, físico, tendo inventado maquinarias que o tornaram precursor da aviação, da hidráulica, da óptica, da acústica.

Num sentido estrito, o termo científico relaciona-se ao estudo da natureza física, visando à compreensão de seus fenômenos, à sua classificação e à dominação dela por parte do ser humano e em seu benefício, usando métodos rigorosos de investigação (D’Onofrio, 1999).

A ciência diferencia-se das demais formas de conhecimento justamente por possuir um método, ou seja, um conjunto de princípios que norteiam a conduta do cientista ao longo da produção do conhecimento (Rudio, 1985).

Algumas características básicas fazem parte do conhecimento científico dentro das concepções modernas de ciência, como segue:

2.5.1 Busca de princípios explicativos e visão unitária da realidade

O conhecimento científico surge da necessidade do ser humano de não assumir uma posição meramente passiva, de testemunha dos fenômenos, sem poder de ação ou controle desses. Cabe ao homem propor uma forma *sistemática, metódica e crítica* da sua função de *desvelar* o mundo, compreendê-lo, explicá-lo e dominá-lo. É a necessidade de compreender a cadeia de relações que se esconde por trás das aparências sensíveis dos objetos, fatos ou fenômenos.

O ser humano, por meio do conhecimento científico, procura *descobrir os princípios explicativos* que servem de base para a compreensão da organização, classificação e ordenação da natureza em que está inserido.

2.5.2 Dúvida, investigação e conhecimento

O conhecimento científico é um produto resultante da investigação científica. Surge de uma dúvida e, conseqüentemente, do desejo de fornecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas. É produto, portanto, da necessidade de alcançar um conhecimento mais “seguro”.

A investigação científica se inicia quando se descobre que os conhecimentos existentes, originários quer das crenças do senso comum, das religiões ou da mitologia, quer das teorias filosóficas ou científicas, são insuficientes e impotentes para explicar os problemas e as dúvidas que surgem.

Iniciar uma investigação científica é reconhecer a crise de um conhecimento já existente e tentar modificá-lo, ampliá-lo ou substituí-lo, criando um novo que responda à pergunta existente. Em síntese,

[...] a investigação científica se inicia, portanto: (a) com a identificação de uma *dúvida*, de uma pergunta que ainda não tem resposta; (b) com o reconhecimento de que o *conhecimento existente é insuficiente* ou inadequado para esclarecer essa dúvida; (c) que é necessário *construir uma resposta* para essa dúvida e (d) que ela ofereça provas de *segurança e de confiabilidade* que justifiquem a crença de ser uma boa resposta (de preferência, que seja correta) (Koche, 2002, p. 30).

2.5.3 Ideal da racionalidade e a verdade sintática

O ideal da racionalidade está em atingir uma sistematização coerente do conhecimento presente em todas as suas leis e teorias.

A verificação da coerência lógica entre os enunciados, ou entre teorias e leis, é um dos mecanismos que fornece um dos padrões de aceitação ou rejeição de uma teoria pela comunidade científica: os padrões da *verdade sintática*. Os enunciados científicos devem estar isentos de ambiguidade e de contradição lógica.

2.5.4 Ideal da objetividade e a verdade semântica

O ideal de objetividade pretende que as teorias científicas sejam construções conceituais que representem com fidelidade o mundo real, as quais contenham imagens dessa realidade que sejam “verdadeiras”, evidentes, impessoais, passíveis de serem submetidas a testes experimentais e aceitas pela comunidade científica como provadas em sua veracidade.

A objetividade do conhecimento científico se fundamenta em dois fatores, interdependentes entre si: (a) a possibilidade de um enunciado poder ser testado por meio de provas factuais e (b) a possibilidade dessa testagem e seus resultados poderem passar pela avaliação crítica intersubjetiva feita pela comunidade científica.

Segundo Popper (1977), um enunciado é dito objetivo quando, alheio às crenças pessoais, puder ser apresentado à crítica, à discussão, e puder ser intersubjetivamente submetido à prova e compreendido por todos (verdade semântica).

2.5.5 Linguagem específica e poder de crítica

A linguagem do conhecimento científico utiliza enunciados e conceitos com significados bem específicos e determinados. A significação dos conceitos é determinada à luz das teorias que servem de marcos teóricos da investigação, proporcionando-lhes, dessa forma, um sentido unívoco, consensual e universal. No entanto esse elevado poder de teste que está presente no conhecimento científico não lhe confere maior estabilidade. Ao contrário, ele se torna cada vez mais vulnerável à crítica, à localização dos erros, assumindo um caráter hipotético, de aceitação provisória, suscetível de reformulação ou substituição.

2.5.6 Caráter hipotético do conhecimento científico

O conhecimento científico, embora mais seguro, é também falível. Devido à natureza hipotética do conhecimento científico, ele deve ser constantemente submetido a uma revisão crítica, tanto na consistência lógica interna das suas teorias quanto na validade dos seus métodos e técnicas de investigação.

Como afirma Bunge (1969), o conhecimento científico é aquele que, obtido pelo método científico, pode continuamente ser submetido à prova, enriquecer-se, reformular-se ou até mesmo superar-se mediante o mesmo método. Nesse mesmo sentido, Popper (1975, p. 139) afirma que: “Uma explicação é algo sempre incompleto: sempre

podemos suscitar um outro porquê. E esse novo porquê talvez leve a uma nova teoria, que não só ‘explique’, mas corrija a anterior”.

A atitude científica consiste em não dogmatizar os resultados, mas tratá-los como eternas hipóteses que necessitam de constante investigação e revisão crítica. Ter espírito científico é estar exercendo essa constante crítica e criatividade em busca permanente da verdade.

Para que um conceito ou ideia obtenha o reconhecimento da ciência, são necessários três aspectos. São eles:

- a) **Ter método:** necessita ser produzido a partir da aplicação de um conjunto de princípios que tenham o *status* de científico.
- b) **Ser sistemático:** deve buscar produzir regras, princípios ou leis que expliquem a natureza do fenômeno pesquisado.
- c) **Ser objetivo:** o conhecimento científico deve ser relatado da forma mais simples e direta possível, para garantir que suas explicações sejam compreensíveis para todos os indivíduos.

Para Popper (1975), um conhecimento adquire o *status* de científico se responder a quatro condições:

- a) **Replicabilidade:** é a possibilidade de se realizar novamente a pesquisa, com o mesmo padrão e conduta metodológica adotada, e de se atingir resultados estatisticamente semelhantes, demonstrando que o conhecimento reflete uma regra e não uma exceção.
- b) **Fidedignidade:** é determinada a partir da replicabilidade da pesquisa. Uma vez que os resultados foram confirmados pela replicabilidade do estudo, uma pesquisa será mais fidedigna na medida em que tais resultados puderem ser generalizados para condições além de uma pesquisa específica com riscos cientificamente aceitáveis, ou seja, dentro da margem de erro que todo conhecimento possui, uma vez que a descoberta reflete, de fato, a realidade.
- c) **Generabilidade:** se os resultados foram confirmados por meio da replicação e são fidedignos, estes podem ser utilizados na

explicação do fenômeno em condições naturais, ou seja, além dos limites da pesquisa. É determinada pela confiabilidade no método de pesquisa utilizado, sendo uma condição definida pelo tamanho e pela forma como a amostra foi recolhida.

- d) **Falseabilidade**: o conhecimento só será científico se for passível de ser falseável, ou seja, demonstrar-se que sua validade não é total, que pode existir erro em sua concepção e que, portanto, não é definitivo nem único, sendo apenas mais um degrau na construção do saber científico.

2.6 Processo de produção do conhecimento

A preocupação com o conhecimento não é nova. Praticamente todos os povos da Antiguidade desenvolveram formas diversas de saber. Entre os egípcios, a trigonometria; entre os romanos, a hidráulica; entre os gregos, a geometria, a mecânica, a lógica, a astronomia e a acústica; entre os indianos e muçulmanos, a matemática e a astronomia; e, entre todos, consolidou-se um conhecimento ligado à fabricação de artefatos de guerra. As imposições derivadas das necessidades práticas da existência foram sempre a força propulsora da busca dessas formas de saber.

Somente um povo da Antiguidade teve a preocupação mais sistemática e filosófica com as condições de formação do conhecimento: foram os gregos. Paralelamente ao conhecimento empírico legado pelos povos do Oriente, Mesopotâmia e Egito, os gregos desenvolveram um tipo de reflexão – a intuição que se destacou pela possibilidade de gerar teorias unitárias sobre a natureza e desvincular o saber racional do saber mítico. Isso não quer dizer que os gregos tivessem abandonado sua mitologia e cosmologia em favor de um saber racional, mas tão somente começaram a ter consciência das diferenças entre essas duas formas de *logos* (Matallo Jr., *in* Carvalho, 1989).

Essa questão do processo de produção do conhecimento será retomada no tópico referente ao Projeto de Pesquisa, inclusive no

que concerne aos conceitos e passos formais, aplicáveis às distintas áreas do conhecimento.

3 A LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Já é de domínio público a ideia de que a leitura muda ao longo da vida de uma pessoa, porque muda o uso que se faz dela, em vista dos diferentes tipos de condicionamentos. Então, desde muito cedo, os leitores devem ser estimulados a decodificarem, compreenderem e interpretar os textos lidos. Na atualidade, mais do que em qualquer outra época, as pessoas são muito cobradas para que leiam com autonomia não apenas os textos relacionados às atividades profissionais, mas os de cultura geral e de entretenimento.

Em razão da multiplicidade e variedade de textos disponíveis nos livros, periódicos e na *internet*, não há condições humanas e nem tempo suficiente para se ler tudo o que se gostaria e tudo o que mereceria ser lido. Em vista disso, é preciso saber escolher a leitura que melhor atenda às necessidades do momento e que seja a mais confiável possível.

3.1 Algumas técnicas de leitura

Há inúmeras estratégias que podem aperfeiçoar a leitura, tornando-a mais eficiente. Uma delas é a técnica SQ3R, de Morgan e Deese (Universidade de Ohio, EUA). Essa técnica de estudo propicia maior eficiência à leitura, por meio de cinco passos, a saber: 1º - **Survey** (levantamento), 2º - **Question** (pergunta), 3º - **Read** (leitura), 4º - **Recite** (repetição) e 5º - **Review** (revisão).

- 1) O primeiro passo (*survey* = levantamento) corresponde a examinar o texto e definir claramente o que se está procurando ou o que se deseja aprender. Nessa fase, é importante ter uma visão geral do texto em exame, se ele está subdividido em tópicos, o que trata cada um deles etc.

- 2) O segundo passo (*question* = pergunta) corresponde à necessidade de formular perguntas, preferencialmente obedecendo à sequência do próprio texto a ser lido. Via de regra, consiste em transformar o título de um tópico em pergunta.
- 3) No terceiro passo (*read* = leitura), faz-se a leitura propriamente dita, tendo-se sempre em mente as perguntas formuladas no segundo passo.
- 4) No quarto passo (*recite* = repetição), deve-se ler o tópico até que se consiga responder à pergunta correspondente, preferencialmente com as próprias palavras. Nessa fase, caso seja possível, pode-se fazer anotações à parte, sublinhar se for preciso. Deve-se fazer isso na sequência dos tópicos.
- 5) No quinto passo (*review* = revisão), deve-se rever os aspectos principais, começando por repetir as perguntas para respondê-las sem consultar o texto original ou as anotações.

É importante salientar que a técnica SQ3R, a rigor, corresponde ao método analítico, que consiste em decompor o texto em frações inteligíveis. Então, é melhor que o faça parágrafo a parágrafo, o que implica, às vezes, ter de fazer perguntas sem a existência de tópicos ou subtópicos. Nesse caso, a pergunta deve sintetizar a ideia principal.

Por sua vez, Harlow (1980 *apud* Lakatos; Marconi, 1992, p. 20) apresenta cinco procedimentos ou tipos de leitura, como segue:

- 1) Leitura de ***scanning***, na qual se procura um tópico específico da obra, valendo-se do índice ou da leitura de uma ou outra parte, de modo rápido, visando encontrar certas frases ou palavras-chave que possam dar ideia do que se busca.
- 2) Leitura de ***skimming***, na qual se busca captar o sentido geral da obra, todavia sem entrar em detalhes e minúcias. Corresponde a uma espécie de varredura do texto, valendo-se dos tópicos, subtópicos e ilustrações para se encontrar a sua essência. É também procedimento que supõe maior rapidez do que o normal de cada pessoa, não se está lendo palavra por palavra.

- 3) Leitura de **significado**, que implica encontrar a visão geral do conteúdo, naquilo que consistir fundamental, deixando-se de lado os aspectos secundários ou que não interessem à pesquisa que esteja sendo feita. Deve-se proceder a uma leitura atenciosa, embora sem retrocessos a tópicos já lidos.
- 4) Leitura de **estudo**, que implica a mais completa apreensão possível do conteúdo da obra. Para tanto, deve-se buscar compreender os significados o mais claramente possível. Por conseguinte, os procedimentos devem ser os de ler e reler; se necessário, utilizar fontes paralelas, como dicionários; além, é claro, de se fazer resumos do conteúdo.
- 5) Leitura **crítica**, que corresponde, além da leitura de estudo, à necessidade de formular pontos de vista sobre a obra lida. Para tanto, pode-se valer de outros conhecimentos para avaliar com isenção os conteúdos apresentados no texto, em termos de atualidade, relevância, fidedignidade, correção etc.

Além dos procedimentos de leitura acima mencionados, ainda se pode apresentar outros tipos, que sugerem procedimentos ora distintos, ora semelhantes aos já descritos, como se pode ver a seguir:

- 1) Moral (1955 *apud* Lakatos; Marconi, 1992, p. 21) indica a leitura de **erudição**, subdividida em a) leitura-trabalho, b) leitura-crítica e c) leitura-descanso.
- 2) Cervo e Bervian (1978 *apud* Lakatos; Marconi, 1992, p. 21) apresentam três modalidades de leitura: **formativa**, de **distração** e **informativa**. A leitura informativa, segundo esses autores, abrange quatro fases: a) de reconhecimento ou pré-leitura, b) seletiva, c) crítica ou reflexiva e d) interpretativa.

3.2 A questão da interpretação

A leitura, com finalidade científica, pressupõe um procedimento básico: não pode ser realizada de forma descuidada e relapsa. Tal cuidado deve ser levado em conta para não se perder as ideias que realmente são de interesse da pesquisa que se estiver realizando e

nem correr o risco de se deturpar o pensamento do autor consultado. Isso corresponde à necessidade de interpretar corretamente as ideias e os conceitos presentes no texto consultado. Interpretar, pois, uma leitura é dar significado às ideias presentes no texto lido, é aclarar, explicar o sentido; ou seja, induzir algo da leitura, sem distorcer o pensamento presente na obra, embora formulando claramente um juízo a respeito dela.

4 A QUESTÃO DA REDAÇÃO

A redação técnica e/ou científica é também conhecida como redação profissional, por ser peculiar a um grupo profissional, como de fiscais, médicos, engenheiros, advogados, professores etc. Apesar disso, há de existir no redator algo de iniciativa própria e criatividade, para que o seu texto não se torne um mero exercício de cópia padronizada, muitas vezes sem estilo.

A redação técnica e/ou científica não deve se prestar para elucubrações, divagações e exercícios de mera subjetividade. Ao contrário, o redator deve dizer de forma clara, objetiva e direta aquilo que pensa, de modo que leitores ou ouvintes saibam também com clareza o que se pretendia dizer, logo que acabarem de ler ou ouvir.

Da consideração acima, pode-se dizer que é aconselhável que o redator deve colocar-se no lugar do destinatário. Isso evita lacuna no entendimento da mensagem contida no texto, notadamente quando se destina a pessoas de um menor nível de escolaridade.

É importante também fazer um esquema prévio, ordenando os tópicos a serem discutidos. Quando um texto não aborda os tópicos de forma ordenada, tende a ser confuso em sua compreensão. Nada mais desagradável tentar explicar algo a alguém quando não se sabe o que se quer dizer com absoluta clareza de ideias.

É também indispensável que a escrita seja natural, concisa e correta. Para tanto, o redator deve evitar o uso de linguagem artificial e rebuscada na forma, visto que isso dificulta a compreensão e causa má impressão no leitor. Igualmente, o relator deve ser direto

nas afirmações e perguntas, sem, no entanto, tornar-se grosseiro e inoportuno. Sobre isso, Beltrão (1979, p. 28) destaca:

Tenha sempre o objetivo da mensagem [...]. Se lhe pedem recomendações, faça-as; se lhe pedem informações, forneça-as; se lhe pedem opiniões [ou pareceres] prove-as quanto ao seu ponto de vista e defina-as consistentemente. Não empregue palavras ambíguas ou frases equivocadas.

Do ponto de vista de Azevedo (1999, p. 23-6), devem ser seguidos na produção de textos científicos princípios de comunicação que confirmam clareza, concisão, coerência, correção e precisão, quais sejam:

- 1) **Clareza** - o texto deve ser escrito para ser entendido; a dificuldade do leitor pode estar na impossibilidade de compreender o assunto, na forma em que está apresentado, daí que um texto bem escrito não é obscuro. Para tanto, é preciso lembrar que um pensamento claro gera um texto claro e torna-se ainda melhor quando for escrito em conformidade com as regras gramaticais.
- 2) **Concisão** - o texto deve dizer o máximo utilizando o menor número de palavras. O autor de um texto conciso não se deixa dominar pelas palavras, mas as faz dizer o que ele pretende que seja dito. O texto e as palavras não são um fim em si mesmo, mas um meio de se dizer algo. Para isso, o autor deve usar frases curtas e parágrafos breves.
- 3) **Correção** - o texto deve estar grafado corretamente, pontuado adequadamente e ter as suas concordâncias regidas conforme as regras. A revisão textual e gramatical é procedimento indispensável.
- 4) **Encadeamento** - o texto deve ter frases, parágrafos e tópicos organizados de modo lógico e harmônico. Para tal, tanto se pode adotar a lógica indutivo-dedutiva, analítico-sintética, hipotético-dedutiva como a dialética.
- 5) **Consistência** - O texto deve usar os verbos nos mesmos tempos, preferencialmente na voz ativa, e os pronomes nas mesmas

pessoas. Ademais, o texto deve oferecer uma informação na qual se possa acreditar e de forma firme, para não causar insegurança.

- 6) **Precisão** - o texto não pode ser ambíguo. A exatidão conceitual é indispensável para a boa compreensão da mensagem pretendida.
- 7) **Correção política** - o autor deve prestar muita atenção para o princípio do “politicamente correto”, no sentido de evitar contratempos e dissabores, especialmente no tocante a expressões que possam conotar etnocentrismo, racismo etc.

O mesmo autor acima citado dá “**dez conselhos práticos**”, aqui adaptados, para quem deseja elaborar bons textos técnicos e/ou científicos, como segue:

- a) escrever frases breves e parágrafos curtos. Dizer o máximo no menor espaço possível. Não alongar as frases com o uso abusivo de “o qual”, “cujo” e gerúndios;
- b) as frases e os parágrafos devem estar encadeados logicamente, com cada frase ou parágrafo desembocando naturalmente no que vem a seguir. Do contrário, o texto ficará semelhante a uma “colcha de retalhos”;
- c) evitar, a todo custo, as generalizações do tipo: “a maioria acha”, “todos sabem”, “sabe-se que”. Caso contrário, o texto será tido como superficial e generalista;
- d) procurar não repetir 'palavras, especialmente dos verbos e substantivos. O melhor nesse caso é usar sinônimo. Quando a repetição de palavras é frequente, diz-se que o autor do texto tem vocabulário pobre;
- e) evitar os modismos linguísticos, via de regra, frutos de colóquios acadêmicos, como: “em nível de”, “colocação”, “Fulano vai dizer que”, “vamos estar falando nesta oportunidade”, “quero estar colocando para vocês”, “fazendo um gancho nas colocações de Fulano,” “a princípio”, “as colocações de Fulano implicam em”;
- f) evitar redundâncias, como: “Os alunos são a razão de ser da Escola tal”, “A criança representa o futuro da nação”;

- g) é sempre bom abster-se de superlativos, aumentativos, diminutivos e adjetivos em demasia. Quando isso acontece, o autor passa uma imagem de pessoa vaidosa e exibicionista;
- h) é aconselhável fazerem-se poucas citações textuais. É melhor reescrevê-las, creditando, entretanto, os méritos da ideia ao autor. Isso corresponde a fazer paráfrase;
- i) as notas de rodapé devem ser usadas para definições e informações que, embora importantes, acabam truncando por demais o texto;
- j) escrever para outrem, não para si. Só os incautos escrevem para não ser lidos, ou os vaidosos demais, que escrevem para si mesmos, em uma extrema atitude narcisista.

Somando-se a esses “**dez conselhos práticos**”, sugere-se ainda que o texto de natureza técnica ou científica preocupe-se em:

- a) não “misturar” o tratamento pessoal com o impessoal; por exemplo: “nós pretendemos/pretende-se”. Deve-se padronizar;
- b) usar corretamente o advérbio **onde** (de lugar), ou seja, exclusivamente para indicar lugar. A má redação usa o **onde** para circunstâncias, modo e tempo. É errado dizer: “Durante a reunião, onde a mulher disse”;
- c) evitar expressões estrangeiras e, quando indispensáveis, fazê-las de modo correto, escrevendo-as em itálico;
- d) evitar os jargões, enquanto linguagem de um determinado grupo. Via de regra, eles se tornam uma espécie de dialeto inteligível só para os iniciados;
- e) não usar eufemismo;
- f) resistir ao uso de neologismo;
- g) evitar tratar o nome de instituições ou setores de repartições ou empresas por suas siglas. O público externo não tem obrigação de conhecê-las. A regra é colocar o nome da instituição por extenso, seguido da sigla entre parênteses. Exemplos: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Católica

Dom Bosco (UCDB). Exceção é feita no caso em que a sigla transforma-se em marca, como: VARIG, PETROBRAS, IBGE, IBOPE; ou no caso de siglas de partidos políticos, como: PMDB, PT, PTB, PMN, PDT, PSDB etc.

SEGUNDA PARTE

5 A PESQUISA CIENTÍFICA

Neste tópico, serão apresentados conceitos, tendências, abordagens, métodos, tipos de pesquisa e alguns procedimentos de coleta de dados.

5.1 Conceituações de pesquisa

Entende-se por *pesquisa* a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É ela que alimenta a atividade de ensino e a atualiza diante da realidade do mundo, vinculando pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São fruto de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos (Minayo, 1996).

Pode-se dizer que a pesquisa é a busca de uma resposta significativa a uma dúvida ou a um problema. Para que a pesquisa receba a qualificação de pesquisa científica, deve caracterizar-se por meio da efetivação de um processo que, mediante a aplicação da Metodologia Científica e de técnicas adequadas, procura obter dados fidedignos, para se conhecer e compreender um dado fenômeno.

A pesquisa é um processo reflexivo, sistemático, controlado e crítico, que conduz à descoberta de novos fatos e das relações entre as leis que regem o aparecimento ou a ausência deles.

O espírito científico pode ser edificado e aprimorado e representa conquistas que a pessoa vai obtendo ao longo do tempo, mediante dedicação e rigor na aplicação de técnicas de estudo e procedimentos indicados pela metodologia científica.

Todo trabalho de pesquisa requer imaginação criadora, iniciativa, persistência, originalidade e dedicação do pesquisador. Porém todo estudante que vai aos poucos criando hábitos sistematizados de estudos, de montagem de documentação, percorrerá as fases do método de pesquisa sem grandes dificuldades.

Na verdade, a pesquisa científica pode até se valer inicialmente de certa intuição, mas deve ter como critério básico a adoção de procedimentos metodológicos e de técnicas que propiciem absoluto rigor no exame dos dados em questão. O método deve ser visto como orientador e indicador de um caminho, e não apenas como roteiro formal.

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos ciclo da pesquisa, ou seja, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações (Minayo, 1996, p. 25-6).

O termo pesquisa é polissêmico e, por conseguinte, encerra em si vários significados, a exemplo do que destaca Michaelis (1998, p. 1608): “Ação ou efeito de pesquisar; busca, indagação, inquirição, investigação [...]”.

Em sentido etimológico, a palavra **pesquisa** é originada do Espanhol, que, por sua vez, herdou-lhe do verbo latino *perquiro*, com significado de procurar, buscar com cuidado, procurar por toda parte, informar-se, inquirir, perguntar, indagar bem, aprofundar na busca. Salienta-se que o significado do verbo em Latim dá a ideia de busca feita com cuidado e profundidade (Bagno, 1998).

Há, todavia, segundo Ávila (2000, *passim*), certos preconceitos e banalizações acerca da ideia de pesquisa. Tanto a ciência, de quem é irmã gêmea, quanto a pesquisa, ora são consideradas deusas inatingíveis por pessoas comuns, ora são banalizadas no dia a dia,

nos mais diferentes ambientes, quer sejam escolares, universitários, quer sejam populares e até mesmo oficiais. É claro que essa ideologia tende a se multiplicar e, com certeza, traz muitos prejuízos, notadamente quanto à postura a ser assumida pelas pessoas diante da necessidade de avançar na produção de conhecimento.

Decorre, do acima exposto, a necessidade de se entender o que é pesquisa, no sentido científico; ou seja, aquela estreitamente vinculada à produção ou reorganização de um conhecimento novo e que, de algum modo, representa benefício a um segmento da sociedade. Em vista disso, é possível salientar com Gressler (*apud* Ávila, 2000, p. 85) que:

Pesquisa é um inquérito ou exame cuidadoso para descobrir novas informações ou relações, ampliar e verificar o conhecimento existente. [...], a pesquisa científica pode ser entendida como forma de observar, verificar e explanar fatos para os quais o homem [*sic*] necessita ampliar sua compreensão, ou testar a compreensão que já possui a respeito dos mesmos.

Salienta-se, pois, que, para realizar uma boa pesquisa, é preciso fazer confrontos de dados, evidências e informações coletadas sobre determinado assunto com o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Assim, a pesquisa científica pode ser entendida como um modo de o pesquisador colocar em prática seu conhecimento sobre o objeto de estudo, à luz das teorias já sistematizadas (Lüdke; André, 1986).

Assim sendo, é preciso superar os preconceitos sobre a ideia de pesquisa científica, bem como não deixá-la cair na banalização, e dizer com Bagno (1998, p. 18) que a pesquisa, enquanto algo sério, “[...] é a investigação feita com o objetivo expresso de obter conhecimento preciso”. É, pois, decorrente deste conceito a ideia de que a pesquisa é fundante da ciência, ou seja, antes de existir as ciências, como são conhecidas na atualidade, primeiro existiram as pesquisas que lhe deram origem. Disso também decorre a possibilidade do nascimento de novas ciências, visto que a pesquisa está mais do que nunca incorporada como necessidade no comportamento das sociedades, as mais diversas.

Em vista do acima dito, salienta-se que a produção de conhecimento e, por conseguinte, a prática de pesquisa, não mais estão restritas ao mundo acadêmico, universitário, escolar e dos institutos especificamente criados para tal. A pesquisa atualmente faz parte do cotidiano de muitas empresas, nas mais distintas áreas. Via de regra, essas pesquisas são ditas *Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)*. Em síntese, pode-se destacar com Bagno (1998, p. 21) que a pesquisa está presente: “[...] no dia-a-dia, nas ações mais corriqueiras, no desenvolvimento da ciência, no avanço tecnológico e no progresso intelectual de um indivíduo”.

Dito isso, salienta-se que a pesquisa visa essencialmente à produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente e fidedigno. Aqui a ideia de novo está de acordo com o preenchimento de uma lacuna no conhecimento disponível de determinada área (Luna, 2000). Por sua vez, Ribas (1999, p. 13) enfatiza que “[...] pesquisa é todo trabalho de identificação e apresentação de informações para satisfazer certa finalidade, com utilização de metodologia científica”¹.

Nessa mesma linha de raciocínio, Ávila (2000, p. 64ss) enfatiza também que a pesquisa subentende

[...] recurso sistemático de geração, ampliação e redimensionamento de conhecimento que reproduz artificial ou provocadamente a metodologia natural de que a mente humana se vale para desenvolver o processo de formulação e dinamização do conhecimento.

Este mesmo autor, acima citado (p. 85-6), em uma tentativa de elaborar uma síntese histórica, apresenta um elenco de conceitos de pesquisa, do que aqui se vale para salientar os seguintes:

a) De John Dewey (*in*: Abbagnano, 1982):

¹ Ribas (2000) conceitua **metodologia científica** como sendo o “[...] conjunto de definições, procedimentos, rotinas, métodos e técnicas utilizados para obtenção e apresentação das informações desejadas. Enquanto **método** é o caminho a seguir, técnica é a arte ou maneira (procedimentos práticos) de percorrer esse caminho”.

[...] transformação controlada ou direta de uma situação indeterminada em outra, que seja determinada, nas distinções e relações que a constituem, de maneira a converter os elementos da situação originária em uma totalidade unificada.

b) De Pierson (1968, p. 329 e 360):

Investigação sistemática levada a efeito no mundo real [e não apenas no de ideias]; na significação científica do conceito, sempre se orienta pelas teorias anteriores e se esforça para relacionar com elas, logicamente, todas as novas descobertas, verificando assim a teoria anterior, modificando-a ou mostrando a necessidade de abandoná-la.[...] A pesquisa tem apenas um valor instrumental; sua finalidade não é eliminar as teorias e sim melhorá-las; é a de nos ajudar a conseguir um corpo de conhecimentos que tenham sido verificados, não apenas no mundo das idéias, mas também, e mais significativamente, no mundo das coisas.

c) De Barbieri (1990, p. 56):

Por pesquisa se entende aqui o conjunto de atividades realizadas de forma intencional e sistemática para produzir novos conhecimentos. [Novo aqui não significa necessariamente inédito em termos absolutos].

d) De Selltitz *et al.* (1965, p. 5):

O objetivo da pesquisa é descobrir respostas para perguntas, através do emprego de processos científicos. Tais processos foram criados para aumentar a probabilidade de que a informação obtida seja significativa para a pergunta proposta e, além disso, seja precisa e não-viesada. Certamente, não existe garantia de que qualquer empreendimento de pesquisa apresente, na realidade, informação significativa, precisa e não-viesada.

e) De Demo (1990, p. 36):

Pesquisa é um diálogo inteligente com a realidade. [...] é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que apareça à primeira vista. Ademais, nossos esquemas explicativos nunca esgotam a realidade, porque esta é mais exuberante que aqueles.

5.2 Tendências e abordagens

A depender do objeto de pesquisa e do tipo de aproximação que dele se faz, é possível se falar em **tendências, abordagens ou natureza e tipos** de pesquisa. Todavia se adianta que nem sempre é fácil fazer-se nítida distinção entre os três termos aqui citados. Não raramente, um termo pode ser tomado pelo outro e vice-versa, a depender quase sempre do que se quer obter como resposta do objeto, pois isso implica procedimentos de coleta, análise e interpretação de dados.

Ainda que de modo apressado e superficial, tem-se sobre os termos mencionados os seguintes entendimentos, no universo da pesquisa científica:

5.2.1 Tendências

As tendências dizem das possibilidades epistemológicas² para explicação do estudo que estiver sendo levado a efeito. Pode-se, por exemplo, falar em tendência marxista, fenomenológica, existencialista, materialista, espiritualista, dialética, histórico-crítica, funcionalista, estruturalista, empírico-analítica, fenomenológico-hermenêutica e histórico-crítico-dialética, entre outras. Falar das tendências corresponde, de algum modo, a dizer das correntes ou escolas de pensamento.

Enquadrar uma pesquisa em determinada tendência quer dizer que ela está se valendo das categorias de análise daquela tendência. Então, salienta-se aqui a necessidade de se conhecer as categorias de análise (ferramenta) utilizadas na tendência de opção para a pesquisa.

5.2.2 Abordagens

As abordagens em pesquisa referem-se aos procedimentos de aproximação do objeto de pesquisa, em termos de coletas, análise e

² Epistemologia vem do grego *episteme*, com o significado de ciência, conhecimento. Então, epistemologia tem o significado de saber na origem, saber como se sabe, matriz de entendimento.

interpretação de dados. Via de regra, podem também ser tomadas pela ideia de tendência. Todavia é preferível limitar-se às seguintes possibilidades: abordagem qualitativa, abordagem quantitativa, abordagem quantiquantitativa, abordagem qualiquantitativa, abordagem diagnóstica e abordagem prognóstica.

- 1) **Abordagem qualitativa:** é aquela cujos dados não são passíveis de serem matematizados. É uma abordagem largamente utilizada no universo das ciências sociais e, por conseguinte, da educação, quando a opção é trabalhar principalmente com representações sociais, que grosso modo podem ser entendidas como *a visão de mundo*. Buscar uma explicação da realidade via abordagem qualitativa corresponde a compreendê-la a partir da revelação dos mapas mentais dos sujeitos-objeto da investigação. Interessa, pois, nessa abordagem, apreender as percepções comuns e incomuns presentes na subjetividade das pessoas envolvidas na pesquisa, notadamente na condição de objeto-sujeito. Prestam-se como instrumentos de coleta de dados, nessa abordagem, a entrevista, os questionários abertos, os registros fotográficos, as filmagens, a técnica de discussão em grupo, a observação sistemática e participante e outras que o investigador poderá criar e/ou adaptar.
- 2) **Abordagem quantitativa:** é aquela cujos dados coletados podem ser matematizados, ou seja, a análise é feita mediante tratamento estatístico. O pesquisador se vale de tabelas, gráficos, porcentagens e estudos probabilísticos. Prestam-se como instrumentos/procedimentos de coleta de dados os questionários fechados, a aplicação de testes padronizados de múltipla escolha, os experimentos em laboratórios e a observação sistemática com registro em escala de mensuração. Alerta-se para o fato de que é sempre possível uma análise qualitativa, a partir de dados quantitativos.
- 3) **Abordagem qualiquantitativa:** é aquela que envolve aspectos qualitativos e quantitativos, dando, todavia, ênfase aos aspectos qualitativos.
- 4) **Abordagem quantiquantitativa:** é aquela que envolve aspectos qualitativos e quantitativos, com ênfase nos aspectos quantitativos.

- 5) **Abordagem diagnóstica:** é aquela que naturalmente envolve conhecer como é o objeto de pesquisa. Implica analisá-lo minuciosamente e dizer o mais detalhada e sistematicamente todas as suas características.
- 6) **Abordagem prognóstica:** é aquela que também naturalmente envolve conhecer o objeto de pesquisa em uma perspectiva futura, reconstituindo o todo anteriormente diagnosticado. Implica apresentar sugestões e mapear a situação em termos futuros.

5.3 A questão do método

Faz-se ciência com fatos assim como se edifica uma casa com pedras, mas uma acumulação de fatos não é ciência, assim como não é uma casa um amontoado de pedras (Poincaré, 1985). Quando o ser humano começou a interrogar-se a respeito dos fatos do mundo exterior, na cultura e na natureza, surgiu a necessidade de uma metodologia da pesquisa científica. Nesse sentido, o método é, portanto, uma forma de pensar para se chegar à natureza de um determinado problema, quer seja para estudá-lo, quer seja para explicá-lo.

Método, do grego *methodus*, significa “o caminho” a percorrer para alcançar objetivos específicos. Evidentemente, a escolha do caminho para atingir a verdade implica a utilização de meios adequados para cada tipo de conhecimento. Não existe um único método de pesquisa científica, pois ele varia conforme o assunto e a finalidade.

É muito provável, salienta Oliveira (1998), que a sabedoria humana não resolva todos os problemas de modo sistemático. Mas, depois que o problema é resolvido, o método científico é utilizado para explicá-lo e expor a sua solução de modo ordenado, a fim de poder ser entendido por todos aqueles que estão no processo da produção científica e precisam compreender que a ciência tem um plano formal de desenvolvimento. Dessa forma, o método propicia:

- 1 – apresentar o tema;
- 2 – enunciar o problema;
- 3 – rever a bibliografia existente;

- 4 – formular hipóteses e variáveis;
- 5 – observar e fazer os experimentos;
- 6 – interpretar as informações; e
- 7 – tirar conclusões.

O método se faz acompanhar de técnicas, que funcionam como suportes físicos. São os instrumentos que o auxiliam para que se possa chegar a um determinado resultado. Entretanto os métodos admitem certas possibilidades de classificação, segundo critérios previamente estabelecidos; por exemplo: quanto aos objetivos, quanto às bases lógicas e bases técnicas, como segue:

5.3.1 Quanto às bases lógicas ou de abordagem

Abordagem ou base lógica de um método é o conjunto de procedimentos utilizados na investigação de fenômenos ou no caminho para chegar-se à verdade. Segundo Cervo e Bervian (1983, p. 23):

Em seu sentido mais geral, o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade.

Admitindo-se a distinção entre métodos de abordagem e métodos de procedimento, pode-se dizer que os métodos de abordagem referem-se ao plano geral do trabalho, a seus fundamentos lógicos, aos processos de raciocínio adotado.

O método de procedimentos tem caráter específico, relacionando-se diretamente com as diversas etapas do trabalho científico.

Conforme o tipo de raciocínio empregado, os métodos de abordagem classificam-se em: analítico, sintético, dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, cartesiano e dialético.

1) Método analítico: vai-se do todo às partes; ou seja, decompõe-se o todo em suas partes constituintes e busca-se compreender como essas partes se articulam entre si.

2) **Método sintético:** vai-se das partes ao todo, recompondo-o.

Ávila (2000, p. 73) salienta que “Não há síntese sem análise, ou seja, o processo analítico do raciocínio também se desenvolve ao tipo da trajetória ‘bumerangue’, vai decompondo [...] e volta recompondo o que foi e está sendo entendido”.

3) **Método indutivo:** vai-se da amostra (concreto) para o abstrato, com vistas à generalização; ou seja, vai-se do particular para o geral.

A indução percorre o caminho inverso da dedução. A cadeia de raciocínio estabelece conexão ascendente, do particular para o geral. Neste caso, as constatações particulares é que levam às teorias e leis gerais.

Exemplo de raciocínio indutivo:

O calor dilata o ferro _____ particular.

O calor dilata o bronze _____ particular.

O calor dilata o cobre _____ particular.

Logo, o calor dilata todos os metais _____ geral, universal.

A dedução e a indução, tal como a síntese e a análise, não são métodos isolados de raciocínio e pesquisa. Elas se completam na realidade e só são separadas para efeito de estudo e facilidades didáticas. A conclusão estabelecida pela indução pode servir de princípio – premissa maior – para a dedução, mas a conclusão da dedução pode também servir de princípio da indução seguinte – premissa menor – e assim sucessivamente.

Exemplo: (Indução)

O cobre conduz eletricidade, o ferro e o zinco também.

O cobre, o ferro, o zinco etc. são metais.

Logo, todos os metais conduzem eletricidade.

A conclusão deste raciocínio indutivo serve de premissa maior para o raciocínio dedutivo:

Todos os metais conduzem eletricidade.

Ora, a prata é metal.

Logo, a prata conduz eletricidade.

Entretanto deve-se observar que, se uma das premissas não for verdadeira, a conclusão também não o será.

Exemplo:

Todos os homens são honestos (premissa maior falsa).

Ora, os ladrões são homens (premissa menor verdadeira).

Logo, os ladrões são honestos (conclusão falsa).

De certa forma, o método indutivo confunde-se com o experimental, que compreende as seguintes etapas:

Observação – manifestações da realidade, espontâneas ou provocadas.

Hipótese(s) – tentativa de explicação.

Experimentação – observa-se a reação de causa-efeito, imaginada na etapa anterior.

Comparação – classificação, análise e crítica dos dados recolhidos;

Abstração – verificação dos pontos de acordo e de desacordo dos dados.

Generalização – consiste em estender a outros casos, da mesma espécie, um conceito obtido com base nos dados observados.

4) **Método dedutivo:** vai-se do geral para o particular. Este método foi criado na Grécia (antiga), consolidado por Aristóteles (Ribas, 2000). De acordo com Andrade (2003, p. 131), a “[...] dedução é o caminho das consequências, pois uma cadeia de raciocínio em conexão descendente, isto é, do geral para o particular, leva à conclusão”. Por esse método, partindo-se de teorias e leis gerais, pode-se chegar à determinação ou previsão de fenômenos particulares.

Exemplo de raciocínio dedutivo:

Todo homem é mortal _____ universal, geral (premissa³ maior).

Pedro é homem _____ particular (premissa menor).

Logo, Pedro é mortal _____ conclusão.

³ Premissa: que é mandada primeiramente. Cada uma das duas primeiras proposições de um silogismo que serve de base à conclusão (Novo Dicionário Aurélio, 1986).

5) **Método hipotético-dedutivo**: é considerado lógico por excelência. Acha-se historicamente relacionado com a experimentação, motivo pelo qual é bastante usado no campo das pesquisas das ciências naturais.

Conforme Koche (2002, p. 71), o método hipotético-dedutivo apresenta-se como o processo do conhecer como resultado de um questionamento elaborado pelo sujeito que põe em dúvida o conhecimento já produzido, por percebê-lo ou como teoricamente inconsistente, ou mesmo incompatível com outras teorias, ou como inadequado para explicar os fatos.

Na ciência contemporânea, a pesquisa é um processo decorrente da identificação de dúvidas e da necessidade de elaborar e construir respostas para esclarecê-las, como afirma Popper (1975, p. 140-1):

[...] sugeri que toda discussão científica partisse de um problema, ao qual se oferecesse uma espécie de solução provisória, uma teoria-tentativa, passando-se depois a criticar a solução, com vistas à eliminação do erro, e, tal como no caso da dialética, esse processo se renovaria a si mesmo, dando surgimento a novos problemas.

A investigação científica se desenvolve, portanto, porque há a necessidade de construir e testar uma possível resposta ou solução para um problema decorrente de algum fato ou de algum conjunto de conhecimentos teóricos. E, as soluções elaboradas, enquanto conhecimentos, não são espelho fiel que reproduz a realidade, mas teorias criadas que se apresentam como *modelos hipotéticos ideais*, as quais utilizam conceitos e símbolos elaborados e desenvolvidos para representá-la e que devem ser rigorosamente testadas e criticadas à luz do conhecimento disponível.

A imaginação e a criatividade exercem um papel fundamental no processo de elaboração das hipóteses, pois é por meio delas que se rompe a forma usual de perceber as relações que há entre os diferentes fenômenos e se propõem novas relações, percebendo novos problemas e novas soluções.

A consequência prática em termos de investigação científica é de que, ao utilizar o método hipotético-dedutivo, o pesquisador jamais estará preocupado em buscar apenas casos positivos para confirmar sua hipótese, mas deverá submetê-la a testes rigorosos, com o intuito de encontrar algum caso que a falseie. Se, após passar pelos mais variados testes, nas mais variadas circunstâncias, a hipótese ainda se mantiver incólume, então será possível dizer que ela está corroborada. Se, porém, os falseadores potenciais forem confirmados, isto é, se a hipótese for rejeitada por alguma evidência empírica, o pesquisador deverá retornar ao ponto inicial da pesquisa, reavaliando todo o seu trabalho, podendo reformular suas hipóteses, aumentando-lhes seu conteúdo, ou criar outras e submetê-las a novas testagens. Adiante se verá como elaborar hipótese, quando da orientação para elaboração de projeto de pesquisa.

6) **Método cartesiano**: refere-se aos estudos de René Descartes (1596-1650), cujos princípios básicos constam a seguir.

- 1) Duvidar sempre do conhecimento;
- 2) Regra da análise: dividir (decompor) o todo (dificuldade) em partes cada vez menores;
- 3) Regra da síntese: conduzir (recompor) os pensamentos partindo dos objetos (coisas) mais simples para os mais complexos (ordenar);
- 4) Regra da evidência: não aceitar nada como verdadeiro sem ser reconhecido como tal pela evidência (alma); e
- 5) Regra da verificação (revisão): fazer enumerações completas para nada omitir e voltar ao momento inicial de dúvida (dúvida metódica ou dúvida como método).

7) **Método dialético**: parte da necessidade da indução e da dedução para o raciocínio, caracterizando-se por ser entendido como a conciliação dos contrários. Hegel foi quem definiu suas regras fundamentais, em três momentos: 1) **Tese** (afirmação), 2) **Antítese** (negação) e 3) **Síntese**. Aqui a síntese é entendida como resultado do confronto dos dois momentos anteriores, o qual não marca uma

parada definitiva, mas suscita uma nova negação. Na Antiguidade, Sócrates e Platão são considerados os pais da dialética e, mais recentemente, Karl Marx, por tê-la usado amplamente, como ferramenta de seus estudos.

Do grego “*dialetkos*”, significa debate, forma de discutir e debater.

O método dialético não envolve apenas questões ideológicas, geradoras de polêmicas. Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, em que há certos princípios comuns, como os que seguem:

a) Princípio da unidade e luta dos contrários

Os fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos.

No movimento dialético, as coisas trazem em si as suas contradições. São levadas a transformar-se no seu contrário. O vivo, por exemplo, caminha para a morte. Conclui-se, de acordo com Hegel (1999)⁴, que uma coisa é, ao mesmo tempo, ela própria – **Tese** – e uma contrária – **Antítese**.

A coisa no momento é simplesmente uma **Síntese**. No método dialético, há duas divisões opostas: a que eleva o ser para a sua própria construção e outra que o leva para a destruição desta mesma construção, para ser precisamente o que não é.

b) Princípio da transformação das mudanças quantitativas em qualitativas

Quantidade e qualidade são características inerentes a todos os objetos e fenômenos, e estão inter-relacionados. No processo

⁴ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filósofo alemão (Stuttzgart, 1770 – Berlim, 1831). Seu sistema repousa no projeto de “pensar a vida” – o modo de colocar o ser e o pensamento, opondo-os, num primeiro momento, e, depois, superando esta posição – na medida em que o mundo, o conhecimento desse mundo e o discurso pelo qual esse conhecimento se exprime são concebidos como o desenvolvimento do conceito. Este procedimento é o da obra “A fenomenologia do Espírito” (1807). (LAROUSE CULTURAL – Folha de São Paulo – Nova Cultural Ltda., 1995/1998).

de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas.

Considere-se qualitativo quando ocorre a mudança na natureza. Caso se queira uma certa quantidade de água, sua temperatura vai subindo quantitativamente 10, 15, 20... 90 graus centígrados; aos 100 graus, entretanto, ocorre uma mudança brusca de estado físico. Ela entra em ebulição. Trata-se de uma mudança qualitativa. Ela deixa o estado líquido e passa para o gasoso, pela evaporação.

c) Princípio da negação da negação

O desenvolvimento processa-se em espiral, isto é, suas fases repetem-se, mas em nível superior. Cada coisa é um processo, isto é, uma marcha, um tornar-se. Examina-se uma pera, vê-se que é uma síntese momentânea deste processo. Antes de ser pera, foi flor e, posteriormente, poderá ser uma árvore. Conclui-se que está, no momento, submetida a uma lei interna de movimento. Dessa forma, as coisas não são consideradas como realizadas, mas, isto sim, em processo de realização. As coisas se modificam e se transformam em virtude das leis internas, do seu autodinamismo e das contradições que encerram.

O mundo é o conjunto de todos os processos, pelos quais tudo sofre uma transformação concentrada e progressiva. Este encadeamento dos processos não é circular, mas espiral. Basta ver que uma pera gera uma árvore, mas uma árvore gera milhares de peras que não são integralmente idênticas à ancestral.

Do exposto, deduz-se que o método dialético é contrário a todo o conhecimento rígido. Tudo é visto em constante mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma.

5.3.2 Quanto às bases técnicas

1) **Método observacional:** fundamenta-se em procedimentos sensoriais, como ver, sentir, escutar etc.

2) **Método comparativo**: ressalta as diferenças e as similaridades entre grupos ou coisas. É também conhecido como estudo correlacional, em que se correlacionam variáveis.

O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento.

3) **Método estatístico**: embora suas explicações não possam ser consideradas verdadeiras de modo absoluto, são muito utilizadas como procedimentos de auxílio a outras modalidades de pesquisa. Este método fundamenta-se na utilização da teoria estatística das probabilidades. Suas conclusões apresentam grandes probabilidades de serem verdadeiras, embora admitam certa margem de erro. A manipulação estatística permite comprovar as relações dos fenômenos entre si e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significação.

5.3.3 Quanto aos procedimentos

Ao contrário dos métodos de abordagem, tem caráter mais específico, relacionando-se não com o plano geral do trabalho, mas com suas etapas.

1) **Método histórico**

É um tipo de estudo que envolve procedimentos que procuram reconstruir o passado, de modo sistemático e crítico, evidenciando e descrevendo evidências.

Consiste em investigar os acontecimentos, processos e instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade atual. Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função.

2) Método funcionalista

Utilizado por Bronislaw Malinowski (1884-1942), é, a rigor, mais um método de interpretação do que de investigação. Enfatiza as relações e o ajustamento entre os diversos componentes de uma cultura ou sociedade. Portanto estuda a sociedade do ponto de vista da função de suas unidades, visto que considera toda atividade social e cultural como funcional ou como desempenho de funções.

O pensador clássico do funcionalismo é Émile Durkheim (1858-1917), com as obras: 1. *Divisão do trabalho social* (1893), 2. *As regras do método sociológico* (1895) e 3. *O suicídio* (1897). Alguns autores o denominam de estruturalismo e estruturo-funcionalismo. Na linguística, denomina-se estruturalismo “*tout court*” e, na economia, é chamado de monetarismo. “O funcionalismo vê a sociedade como um organismo, com órgãos e funções perfeitos, harmoniosamente vinculados entre si, num processo normal, sem conflito, num equilíbrio que gera novos equilíbrios, por meio da mudança social no decorrer do tempo” (Megale, 1990, p. 68). Os problemas sociais e as crises institucionais são excepcionais, anormais e patológicos que a sociedade tem condições de resolver. O funcionalismo predominou até os anos de 1950, principalmente na Antropologia e na Linguística.

3) Método estruturalista

Gil (1988, p. 38-9) afirma: “O termo estruturalismo é utilizado para designar as correntes de pensamento que recorrem à noção de estrutura para explicar a realidade em todos os níveis”. Foi desenvolvido por Claude Lèvi-Strauss⁵. Parte de um fenômeno concreto atinge o nível do abstrato por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo, retornando ao concreto, dessa vez como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social.

⁵ (Bruxelas, 28 de novembro de 1908 – Paris, 30 de outubro de 2009). Antropólogo, professor e filósofo francês (nascido na Bélgica), fundador da antropologia estruturalista, em meados da década de 1950.

O método estruturalista, portanto, caminha do concreto para o abstrato e vice-versa, dispondo, na segunda etapa (do abstrato para o concreto), de um modelo para analisar a realidade concreta dos diversos fenômenos. É um tipo de estudo que se baseia na ideia de estrutura, em que:

- a) Em sentido lógico, lembra uma planta ou plano de uma relação: duas relações têm a mesma estrutura quando o mesmo plano vale para ambas (são análogas), equivale à construção, constituição (Cf. Russerl). Constituição econômica da sociedade em que entram as relações de produção e as de trabalho. A superestrutura é a constituição jurídica, estatal, ideológica da própria sociedade (Cf. Marx, 1859). É também sinônimo de forma (aparece no gestaltismo ou estruturalismo ou psicologia natural. É sinônimo de sistema de totalidade das relações). Subentende um conjunto de elementos quaisquer. Para Lévi-Strauss (Antropologia), compreende um sistema de elementos tal que uma modificação qualquer de um implica modificação de todos os outros, e considera-o como um modelo conceitual que deve dar conta dos fatos observados e permitir que se preveja de que modo reagirá o conjunto no caso da modificação de um dos elementos.
- b) A estrutura compreende um plano hierarquicamente ordenado, isto é, uma ordem finalística para conservar o próprio plano. Para Dilthey⁶, a estrutura psíquica é entendida como a ordem segundo a qual, na vida psíquica desenvolvida, os fatos psíquicos de qualidades diferentes estão ligados reciprocamente por uma relação interna que pode ser imediatamente vivida. O estruturalismo faz uma indicação das unidades elementares do mundo histórico. Os indivíduos, as épocas, as comunidades, as instituições, os sistemas de cultura são uma conexão dinâmica centrada em si mesma. A estrutura é a forma relativa à função (Biologia). O estruturalismo alinhou-se contra o historicismo, o idealismo e o humanismo (Abbagnano, 1999).

⁶ DILTHEY, Wilhelm Christian Ludwig (Alemanha, 19 de novembro de 1833 – Itália, 1º de outubro de 1911), filósofo hermenêutico, psicólogo, historiador, sociólogo e pedagogo.

4) Método fenomenológico

A fenomenologia, inicialmente descrita por Edmund Husserl (1859-1938) e Max Scheler (1874-1928), trouxe, nos anos de 1920, uma nova discussão no seio das Ciências Humanas, configurando-se como um viés necessário à compreensão da *práxis* social. Fenômeno, da expressão grega *Fainomenon*, é derivado do verbo *Fainestai*, ou mostrar-se a si mesmo, ou aquilo que se mostra ou se manifesta.

A fenomenologia é uma corrente de pensamento que surgiu no começo do século XX, como reação ao positivismo científico, já que a ciência não captaria toda a realidade. Seria a ciência das essências (ideias universais), fundada nos fenômenos captados pela consciência. Husserl acaba caindo em postura idealista, ao considerar que é a consciência que cria o fenômeno, enquanto Scheler, com sua teoria dos valores objetivos, reconhece que a consciência apenas capta os fenômenos, postura mais realista.

O método fenomenológico⁷ é o estudo dos fenômenos. Enfatiza a descrição cuidadosa de fenômenos em todas as áreas de experiência. Os fenomenologistas enfatizam os aspectos subjetivos dos comportamentos das pessoas. Entende-se que este método qualitativo possibilita a observação e a descrição de como ocorre a experiência por meio da qual se conhece o objeto investigado, reavivando a temática suscitada e permitindo a compreensão dos diversos significados oferecidos no interior das relações cotidianas.

Segundo Schultz (1979), confrontando Husserl e Max Weber (1864-1920), pelo método fenomenológico,

[...] ampliam-se as características da compreensão, do significado subjetivo e da ação. O ponto principal é o mundo cotidiano, do sentido comum, e este é o campo da ação social que inscreve a subjetividade e gera a possibilidade de compreender a ação do outro, ou seja, a intersubjetividade.

⁷ Consultar MARQUES, Victor Hugo de; MACIEL, Josemar de Campos; MARQUES, Heitor Romero. **Heidegger e método proêmio metodológico em fenomenologia**. Campo Grande: Life, 2020.

5.4 Tipos de pesquisa

5.4.1 Quanto aos objetivos

1) **Análise de conteúdo:** é pesquisa bibliográfica em si, mas também procedimento subsidiário a outros tipos de estudo. Consiste em analisar e interpretar contextualizadamente os escritos contidos em livros, jornais, revista, periódicos, monografias, dissertações, teses etc. sobre um mesmo assunto, preferencialmente de um mesmo autor. Os objetivos desse tipo de pesquisa e/ou procedimento são aqueles estabelecidos no projeto do pesquisador e podem consistir em descrever, interpretar, comparar, identificar etc. figuras de linguagens, representações individuais e/ou coletivas, mensagens veladas ou explícitas.

2) **Analítico:** tipo de estudo que visa, como o termo indica, analisar uma dada situação (objeto de estudo), mediante procedimentos de decomposição do todo estudado, visando não apenas conhecer seus elementos constituintes, mas, sobretudo, como eles se articulam entre si.

3) **Avaliação:** trata-se de pesquisa aplicada para avaliar principalmente instituições, programas sociais e políticas públicas, visando ao melhoramento, como educação no sentido geral, saúde, métodos de ensino, treinamentos etc. As técnicas utilizadas são variadas; por exemplo: a entrevista, a observação sistemática e participante, formulários, questionários, discussão em grupo etc.

4) **Censitário:** procedimento que visa levantar informações padronizadas de todos os elementos do universo pesquisado.

5) **Clínico:** procedimento empregado principalmente nas ciências humanas e também médicas. As técnicas mais utilizadas são a entrevista, a história de vida, o aconselhamento, a anamnese, a psicodiagnose e os exames laboratoriais.

6) **Descritivo:** procedimento que visa, como o termo indica, descrever e caracterizar fenômenos e populações, estabelecendo relações entre variáveis intervenientes e fatos.

7) **Etnográfico:** é um tipo de investigação voltada para a descrição de determinado povo em particular, cujas categorias de análise são

a língua, raça, religião, costumes, tradições etc.

8) **Experimental:** é um tipo de investigação que se vale dos métodos experimentais, cujas variáveis são manipuláveis, e seus resultados, controlados. Trabalha-se, via de regra, com a relação: causa-efeito.

9) **Exploratório:** é procedimento adotado para se obter mais informações sobre determinado tema, até mesmo com a finalidade de se chegar a problemas específicos e estabelecer hipóteses, com vistas a estudos posteriores.

10) **Ex post facto:** é um tipo de estudo e procedimento no qual o pesquisador não tem controle das variáveis independentes, porque suas manifestações já ocorreram ou porque elas não são manipuláveis.

11) **História de vida:** via de regra, é um procedimento de estudo que visa subsidiar outras pesquisas. Não se trata de autobiografia, embora possa ser utilizada como fonte de informação.

12) **História oral:** é procedimento na linha da pesquisa qualitativa, na qual o levantamento de dados é obtido de forma exclusivamente oral, gravado ou não.

13) **Levantamento:** é um tipo de pesquisa que utiliza procedimentos semelhantes aos adotados na pesquisa exploratória, com a diferença de que aqui se faz interações diretamente às pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Serve também para identificar e catalogar elementos pertencentes a determinado universo.

14) **Naturalista:** procedimento que procura descrever o comportamento humano tal como ocorre, natural e espontaneamente. É um estudo de cunho qualitativo e pode ser empregado com facilidade na sociologia, psicologia social e antropologia cultural.

15) **Painel:** a rigor, é um procedimento adotado como auxiliar de determinado tipo de pesquisa, no qual se deseja controlar alguma variável ao longo da linha do tempo. Por isso, adotam-se um ou mais grupos fixos de pessoas que periódica e regularmente prestam informações.

16) **Piloto:** a chamada pesquisa-piloto consiste em procedimento que visa testar preliminarmente instrumentos de coleta de dados,

como modelo de questionário, entrevista estruturada, protótipos de equipamentos e aparelhos etc.

17) **Psicodrama**: é um tipo de procedimento adotado em pesquisa de natureza qualitativa e visa ao conhecimento por meio de métodos dramáticos, valendo-se de cenários, atores, diretores, auxiliares e auditório.

18) **Semiótica**: procedimento de pesquisa que visa estudar os sinais e seus significados, dentro de cada época, cultura e área de conhecimento. É bastante utilizado para estudar os tipos e níveis de comunicação, a exemplo do significado das imagens, painéis e *outdoor*.

19) **Sociodrama**: é um procedimento que visa auxiliar nas pesquisas qualitativas para estudar as relações sociais entre grupos e as ideologias representativas entre eles. O protagonista é sempre o grupo.

5.4.2 Quanto à participação do pesquisador (relação sujeito-objeto de pesquisa)

1) **Participante**: é um tipo de pesquisa qualitativa, nas investigações etnográficas e socioeducacionais, com plena participação do pesquisador na comunidade pesquisada (objeto de pesquisa), inclusive no que concerne à análise e ao encaminhamento de soluções para seus problemas fundamentais. Via de regra, este tipo de pesquisa tem sido desenvolvido entre as populações empobrecidas e marginalizadas.

2) **Pesquisa-ação**: é um tipo de pesquisa qualitativa que se aproxima da pesquisa participante. É também conhecida como pesquisa-intervenção, uma vez que o pesquisador, em estreita articulação com o segmento pesquisado, desenvolve ações para resolução dos problemas fundamentais detectados. Para Thiollent (1981), é um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. O pesquisador desempenha papel ativo no equacionamento

dos problemas encontrados, não só faz a investigação, mas procura desencadear ações e avaliá-las com a participação da população envolvida.

3) **Empírico-analítica:** é um tipo de pesquisa em que o pesquisador mantém distância estratégica do objeto de pesquisa, buscando o quanto possível não se envolver subjetivamente com as variáveis intervenientes. Neste caso, a análise se dá sobre dados colhidos empiricamente. Nas ciências naturais, isso ocorre, via de regra, por experimentos, quer em laboratórios fechados, quer em ambiente exterior. Nas demais ciências, os dados são colhidos empiricamente, por meio de entrevistas, aplicação de questionários e observação sistemática.

5.4.3 Quanto à coleta de dados

1) **Pesquisa de campo:** é aquela que coleta dados primários, ou seja, aqueles obtidos diretamente na fonte, independentemente se a abordagem é qualitativa ou quantitativa. O campo aqui tem sentido genérico: pode ser um laboratório, uma lavoura, uma escola, uma sala de aula, entre outros tantos exemplos.

2) **Revisão bibliográfica:** é aquela cujos dados são secundários e obtidos mediante consulta feita nos livros, revistas, jornais, enciclopédias etc. Para consecução dessa tarefa, pode-se utilizar a técnica de fazer apontamentos, por meio de fichas de citações, resumo ou esboço, sumário e comentário e análise. Também são usadas as resenhas, resenhas e sínteses diversas.

3) **Análise documental:** é um tipo de pesquisa cujos procedimentos, via de regra, são próximos e complementares à revisão bibliográfica. Consiste em exames e análises de documentos, como atas, ofícios, memorandos, cartas, contratos, acórdãos, projetos, mapas, processos, fotografias etc.

4) **Estudo de caso:** consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. Foi criado por Frédéric Le Play

(1806-1882), que o empregou para estudar famílias operárias na Europa.

O estudo de caso pode também abranger o conjunto de atividades de um grupo social particular. O método implica respeitar, em primeiro lugar, a vida do grupo em sua unidade concreta, evitando a dissociação prematura de seus elementos.

Salienta-se que uma pesquisa necessariamente não precisa ser enquadrada em uma tipologia. Isso equivale a dizer que uma mesma pesquisa, ao ser caracterizada no Projeto, no Relatório ou na Monografia, pode ser naturalmente classificada, valendo-se de diferentes adjetivações. Um exemplo disso poderia ser assim: A PESQUISA EM QUESTÃO SE CARACTERIZA COMO SENDO DE CAMPO, DE NATUREZA QUALITATIVA E DIAGNÓSTICA, E SE CONFIGURA COMO UM ESTUDO DE CASO DO TIPO DESCRITIVO E ETNOGRÁFICO.

CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA				
TENDÊNCIAS	NATUREZA	ABORDAGENS	MÉTODO	TIPOS
<p>Empírico-analítica; Fenomenológico-hermenêutica; Histórico-crítico-dialética; Marxista; existencialista; Materialista; espiritualista. [SÃO POSSIBILIDADES EPISTEMOLÓGICAS]</p>	<p>Básica, pura ou fundamental: Objetiva gerar conhecimentos novos para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista. <i>Visa</i> abastecer as inovações da ciência aplicada. Aplicada: Objetiva gerar conhecimentos para aplicações práticas, dirigidos à solução de problemas específicos.</p>	<p>Qualitativa; Quantitativa; Qualiquantitativa; Quantitativa; Diagnóstica; Prognóstica.</p>	<p>Quanto às bases lógicas: Analítico-sintético; Indutivo-dedutivo; Hipotético-dedutivo; Cartesiano e dialético. Quanto às bases técnicas: Observacional; Comparativo; Estatístico. Quanto aos procedimentos: Histórico; Funcionalista; Estruturalista; Observação participante; Fenomenológico.</p>	<p>Quanto aos objetivos: Análise de conteúdo; Análítico; Avaliação; Censitário; Clínico; Descritivo; Transversal ou seccional [incidência e prevalência]; Longitudinal ou horizontal [retrospectiva e prospectiva]; Etnográfico; Experimental; Exploratório; <i>Ex post facto</i>; História de vida; História oral; Levantamento; Naturalista; Painel; Psicodrama; Semiótica; Sociodrama; Piloto. Quanto à participação do pesquisador: Participante; Pesquisa-ação; Empírico-analítica. Quanto à coleta de dados: De campo; Revisão da literatura (narrativa, integrativa, sistemática, metanálise); Análise documental; Estudo de caso.</p>

TIPOS DE DELINEAMENTOS EPIDEMIOLÓGICOS OBSERVÁVEIS: CARACTERÍSTICAS, VANTAGENS E DESVANTAGENS ⁸		
TRANSVERSAL OU SECCIONAL		LONGITUDINAL OU HORIZONTAL
PREVALÊNCIA OU FREQUÊNCIA	INCIDÊNCIA	PROSPECTIVA OU DE PROJEÇÕES
Estuda a situação de exposição e efeito de uma população em um único momento.	Identifica o aparecimento de novos casos.	Coortes⁹ (expostos e não expostos): Estudo no tempo, para a frente; O ponto de partida para o futuro é a exposição ao fator em estudo.
VANTAGENS		
Prevalência: Simples e rápido; Relativamente econômico; Permite conhecer a prevalência associada aos agentes suspeitos; Permite a descrição da população.		PROSPECTIVA OU DE PROJEÇÕES
	RETROSPECTIVA Tipo caso-contrôle: Simples; Relativamente fácil e barato; Gera novas hipóteses; Usado com frequência.	Coortes: Informa incidência; Permite calcular o risco relativo; Indivíduos são observados com critérios diagnósticos uniformes; Conhecem-se com precisão as populações expostas e não expostas; Mais fácil de evitar vieses.
DESVANTAGENS		
Prevalência: Não quantifica o risco de desenvolver a doença; A sequência temporal do fenômeno não aparece; Limita-se epidemiologicamente, ao não poder estabelecer associação de causa-efeito; Pode induzir facilmente a associações ou interpretações falsas ou fortuitas.	RETROSPECTIVA Tipo caso-contrôle: Não determina a incidência; pouco útil quando há baixa frequência de exposição ao agente causal; Dificulta identificar grupos de controle; Risco de vieses ou distorções; Baseia-se na memória.	PROSPECTIVA OU DE PROJEÇÕES Coortes: Resultado em longo prazo; Desenvolvimento complexo; Alto custo; Inadequado para investigar doenças de baixa frequência; Risco de viés/visão premeditada do observador; Eventuais mudanças de investigadores; Perda dos membros das coortes.

⁸ Material organizado a partir de colaboração da Dra. Karla Toledo Candido Muller (UCDB). As explicações restringem-se às constantes desta tabela.

⁹ Estudo de **coorte** é um tipo de pesquisa em que o investigador se limita a observar e analisar a relação existente entre a presença de fatores de riscos ou características e o desenvolvimento de enfermidades, em grupos da população. Em epidemiologia, **coorte** identifica um grupo de pessoas com uma experiência em comum.

5.5 Alguns procedimentos de coleta de dados

5.5.1 Amostragem

Em geral, as pesquisas são realizadas por meio de amostras. Isto se justifica porque nem sempre é possível obter as informações de todos os indivíduos ou elementos que compõem o universo ou a população que se deseja estudar. Outras vezes, o pesquisador não tem recursos e nem tempo para trabalhar com todos os elementos.

O universo da pesquisa significa o conjunto, a totalidade de elementos que têm determinadas características, definidas para um estudo.

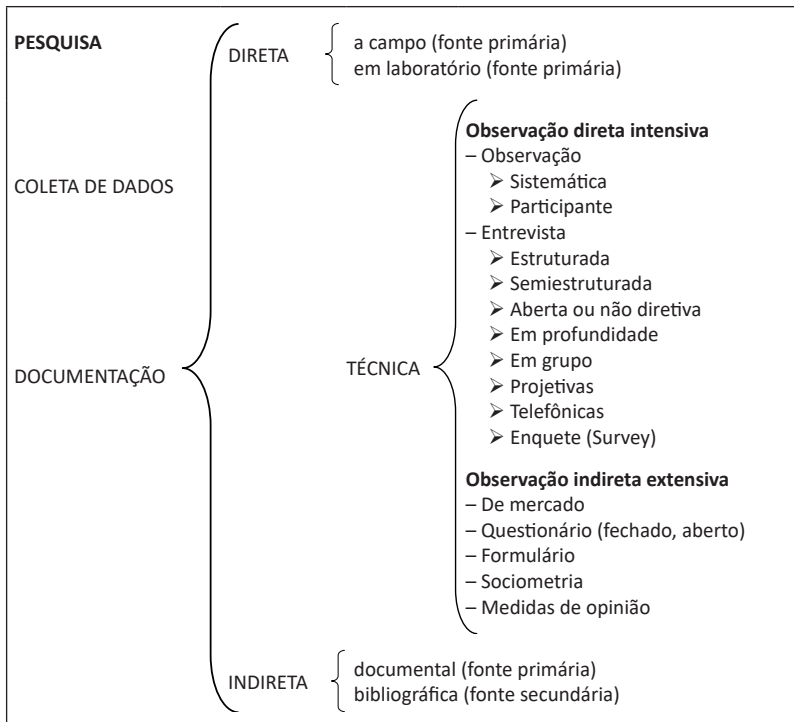
Cada unidade ou membro do universo denomina-se elemento. Um conjunto de elementos representativos deste universo ou população compõe a amostra. Portanto a amostra é um subconjunto representativo do conjunto da população.

A fim de resguardar a cientificidade do estudo e as condições para a comprovação das hipóteses, é necessário ter uma amostra representativa do universo. As representatividades da amostra estão relacionadas com a regra ou o plano de seleção definido para a escolha dos elementos e a proporção de elementos selecionados em relação ao universo. Barros e Lehfeld (1996) indicam dois tipos de amostra, a saber:

- 1) Amostras probabilísticas: neste tipo de amostragem, os elementos do universo da pesquisa têm a mesma chance de serem escolhidos. São selecionados aleatoriamente ou ao acaso. Existe uma probabilidade igual para todos os elementos de serem sorteados.
- 2) Amostras não probabilísticas: estas amostras são compostas de forma acidental ou intencional. Os elementos não são selecionados aleatoriamente. Com o uso desta tipologia, não é possível generalizar os resultados das pesquisas realizadas, em termos da população. Elas não garantem certeza quanto à representatividade do universo.

Toda pesquisa científica, independentemente da tendência, abordagem ou tipo, precisa se valer de adequados procedimentos de coleta de dados. O melhor procedimento de coleta de dados será sempre em função do tipo de problema a ser resolvido pela pesquisa, ou seja, depende sempre do objeto de estudo.

A coleta de dados tem sempre, na pesquisa, a finalidade de gerar uma documentação ou acervo de dados. Por sua vez, essa **documentação** busca fontes: **direta** ou **indireta**. Melhor elucidação se pode ter mediante análise do quadro seguinte:



5.5.2 Roteiro de entrevista e de questionário

Cuidados especiais devem ser tomados quanto à elaboração de roteiros de entrevistas (estruturadas) e questionários, lembrando que cada pergunta ou questão representa, a rigor, uma categoria (artigo) de análise que o pesquisador fará constar em seu relatório, artigo, monografia, dissertação ou tese. Então, elaborar bons instrumentos¹⁰ de coleta de dados representa passos significativos em qualquer pesquisa. Por isso, sugerem-se aqui alguns cuidados a serem observados:

- 1) Só se deve perguntar aquilo que efetivamente auxiliar na resposta do problema de pesquisa.
- 2) Deve-se ser breve e conciso o quanto possível.
- 3) Jamais se faz pergunta que possa causar constrangimento ao entrevistado ou pesquisado.
- 4) Não se deve fazer pergunta que envolva cálculos matemáticos.
- 5) Nada deve ser subentendido, mas perguntado claramente, sem conotações ou “pegadinhas”.
- 6) Evitar, ao máximo, entrevistas e questionários muito longos, com detalhes difíceis de serem respondidos.
- 7) Evitar entrevistas cujos registros dependam somente da memória, dando-se preferência ao procedimento de anotações imediatas ou gravações.

¹⁰ Os instrumentos de coleta de dados têm uma variabilidade muito grande, em função do problema de pesquisa, que, por sua vez, sugere esta ou aquela tendência, abordagem ou tipo de pesquisa. Há sempre possibilidade de se criar algo novo em termos de roteiro de entrevista, modelo de questionário, modelo de formulário, ou se aplicar modelos clássicos, validados e padronizados. Todavia salienta-se que os instrumentos de coleta de dados devem estar estreitamente vinculados ao problema de pesquisa, à hipótese ou questão norteadora. E, por isso, deve-se tomar todo cuidado para somente colher dados que ajudem a responder ao problema e confirmar ou negar a hipótese ou questão norteadora. Cada quesito de um roteiro de entrevista, modelo de questionário ou item de formulário ou de roteiro de observação sistemática deve ser posteriormente descrito e analisado no documento final originário da pesquisa, seja ele um artigo científico, relatório, monografia, dissertação ou tese. De toda forma, os modelos de que se fala aqui devem constituir apêndice(s) ou anexo(s) do Projeto de Pesquisa e do documento final de relato da pesquisa.

- 8) Pode-se, ocasionalmente, esclarecer o entrevistado ou pesquisado sobre alguma questão; todavia, nunca interferir na resposta.
- 9) Assegurar absoluto sigilo de identificação do entrevistado ou pesquisado, a menos que o objetivo da pesquisa seja justamente explicitar o ponto de vista de determinada pessoa, mediante pleno consentimento.
- 10) Lembrar-se de que ninguém está obrigado a conceder entrevista ou responder a questionário.

5.5.3 Lembranças importantes

Salienta-se que o questionário pode ser aberto, fechado ou misto em relação ao tipo de formulação de perguntas. Os questionários fechados, ou de múltipla escolha, são próprios de pesquisa de abordagem quantitativa, e os dados por ele colhidos deverão receber tratamento estatístico, por meio da elaboração de tabelas, gráficos e outros instrumentos matemáticos. As questões abertas dos questionários são próprias das pesquisas qualitativas.

Por sua vez, a entrevista pode ser feita por meio de roteiro ou livremente. Quando se der por roteiro, diz-se que ela é estruturada ou semiestruturada quando reservar oportunidade a perguntas feitas no “calor da conversa”. Quando ocorrer sem nenhum roteiro prévio, diz-se que a entrevista é não estruturada, aberta ou não diretiva. Como no caso dos questionários abertos, as entrevistas são próprias das pesquisas qualitativas, que visam, acima de tudo, atingir a subjetividade dos entrevistados.

6 ESTADO DA QUESTÃO, DA ARTE, DO CONHECIMENTO E REVISÃO DA LITERATURA

O **estado da questão**, da arte, do conhecimento e a revisão da literatura são procedimentos que o pesquisador deve adotar, desde a concepção inicial da pesquisa, até o fechamento do relatório final.

Corroborando o pensamento de Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p. 33), diz-se que:

A finalidade do “estado da questão” é de levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma, da delimitação do problema específico de pesquisa.

Depreende-se do pensamento dos autores acima citados que determinar o estado da questão, quando da elaboração de um projeto de pesquisa ou procedimento equivalente, corresponde à construção do objeto de investigação, e, para tanto, a busca seletiva e crítica nas fontes de informação restringe-se aos estudos e parâmetros próximos às especificidades do interesse do pesquisador.

Por sua vez, o **estado da arte** ou do conhecimento¹¹ tem por objetivo mapear e discutir a produção científica em determinado campo do conhecimento, utilizando principalmente as fontes disponíveis em forma de resumos e catálogos. É a rigor uma espécie de inventário da produção científica sobre o tema a ser pesquisado (Nóbrega-Therrien; Therrien, 2004). Essas informações, via de regra, devem constar da introdução dos trabalhos científicos.

No que se refere à **revisão da literatura**, Echer (2001, p. 8) salienta que ela se inicia

[...] antes do tema estar bem definido e vai até quando o pesquisador sentir-se familiarizado com os textos, a ponto de simplificá-los, criticá-los e discriminá-los segundo a intenção do seu projeto de pesquisa. A revisão de literatura inicial não descarta nenhum texto que trate da questão a ser estudada, até que se delinieie o tema e nele, o problema a ser estudado. Deste modo, à medida que o pesquisador avança na revisão de literatura, vai aprendendo a ser seletivo e a aprofundar as buscas; então, seu interesse converge para leituras de outras pesquisas, articulando e selecionando os seus achados

¹¹ Consultar: MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Priscila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do conhecimento**. Curitiba; CRV, 2021.

com as possibilidades e limitações do seu projeto. Também é importante priorizar a consulta bibliográfica de leituras sobre resultados de pesquisa, livros, relatórios, periódicos e projetos aprovados.

É preciso esclarecer em que parte de um trabalho científico se insere o estado da questão, o estado da arte e a revisão da literatura, bem como se deve fazer isso. Antes, porém, é preciso salientar o caráter dinâmico da metodologia da pesquisa, que, paulatinamente, por ações dos pesquisadores, vai fazendo pequenas adaptações às normas da ABNT, mediante procedimentos próprios de outros sistemas, como do Sistema de Vancouver, da Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ), da Associação Americana de Psicologia (APA), de tal forma que, por vezes, notam-se, nos trabalhos científicos, alguns procedimentos incorretos. Nas adaptações feitas a partir do Sistema de Vancouver, há, naturalmente, lugares específicos para o estado da questão, da arte e da revisão da literatura. O estado da questão, o estado da arte ou do conhecimento são naturalmente inseridos na introdução do trabalho, e a revisão da literatura, em tópico específico, visto que o Sistema de Vancouver prevê a seguinte estrutura:

- 1 INTRODUÇÃO;
- 2 REVISÃO DA LITERATURA;
- 3 CASUÍSTICA;
- 4 MATERIAL E MÉTODOS;
- 5 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS;
- 6 DISCUSSÃO;
- 7 CONCLUSÃO.

No sistema de normalização preconizado pela ABNT, deve-se inserir o estado da questão, o estado da arte ou do conhecimento na INTRODUÇÃO do trabalho científico [projeto de pesquisa, artigo, monografia, dissertação e tese], e a revisão da literatura, ao longo dos tópicos do respectivo trabalho, mediante as variadas formas de citação.

O cuidado especial que deve ser adotado é com relação à forma de apresentação do estado da questão, do estado da arte ou

do conhecimento na introdução de um trabalho. Tem sido comum encontrarem-se citações nas suas variadas formas na introdução dos trabalhos científicos, o que caracteriza um equívoco. Tanto o estado da questão quanto o estado da arte ou do conhecimento devem ser feitos mediante apresentação dos autores e até mesmo de suas respectivas obras, e não pela citação formal de seus textos.

A título de exemplo, poder-se-ia apresentar o estado da questão sobre o tema *Interdisciplinaridade em ciência e tecnologia*, afirmando assim: “Colabora de modo acentuado no tema aqui proposto o trabalho de Arlindo Philippi Jr. e Antonio J. Silva Neto (2011)” ; ou sobre o tema de *Economia Criativa*, afirmando: “Particularmente importante para o tema aqui discutido é o trabalho de Pereira e Goes (2016) publicado pelo IPEA”.

No sentido de melhor sistematizar o estado da questão, o estado da arte ou do conhecimento e a revisão da literatura, apresenta-se o quadro a seguir:

SINOPSE DE COMPARAÇÃO ENTRE O ESTADO DA QUESTÃO, O ESTADO DA ARTE OU DO CONHECIMENTO E A REVISÃO DE LITERATURA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Características	Estado da Questão	Estado da Arte ou do Conhecimento	Revisão de Literatura
Objetivos	Delimitar e caracterizar o objeto da investigação de interesse do pesquisador e a consequente identificação e definição das categorias centrais da abordagem teórico-metodológica.	Mapear e discutir uma certa produção científica/acadêmica em determinado campo do conhecimento.	Desenvolver a base teórica de sustentação/análise do estudo, ou seja, a definição das categorias centrais da investigação.
Procedimentos	Levantamento bibliográfico seletivo para identificar, situar e definir o objeto de investigação e as categorias de análise.	Levantamento bibliográfico em resumos e catálogos de fontes relacionados a um campo de investigação.	Levantamento bibliográfico para a compreensão e explicitação de teorias e categorias relacionadas ao objeto de investigação identificado.
Fontes de Consulta	Teses, dissertações, relatórios de pesquisa e estudos teóricos.	Predominantemente resumos e catálogos de fontes de produção científica.	Teses, dissertações, relatórios de pesquisa e estudos teóricos.
Resultados	Clareia e delimita a contribuição original do estudo no campo científico.	Inventário descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema investigado.	Identifica o referencial de análise dos dados.

Fonte: Therrien e Nóbrega-Therrien (2004), com acréscimos.

7 TÉCNICAS DE REGISTRO E DE COMUNICAÇÃO

Uma vez lida uma obra ou parte dela, um artigo científico, um ensaio ou se assistido a um filme ou a uma conferência em que há material escrito ou audiovisual, fazem-se necessárias algumas providências no sentido de se identificar e registrar os aspectos fundamentais do respectivo conteúdo.

O citado registro pode ser apresentado de diferentes formas e obedecer a distintos critérios, a depender das necessidades e condições do usuário. Pode-se, para tanto, usar folhas de papel, preferencialmente do tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), digitadas, ou fichas de cartolina pautada, de preferência no tamanho¹² de 12,5 cm x 20 cm. O preenchimento de fichas pode ser feito de forma manuscrita ou mediante recorte impresso, ou ainda de forma virtual, criando-se uma ficha padrão no Word.

Quando o objetivo do usuário é registrar o conteúdo da obra, são indicados: a sinopse, a síntese e o resumo.

7.1 Sinopse

A sinopse é a representação concisa e seletiva de um conteúdo. Ela deve ser preferencialmente redigida pelo autor do texto ou pelo editor da obra, mas nada impede que outra pessoa estudiosa a faça. É conveniente que estudantes da graduação e da pós-graduação se habituem a elaborar sinopse a partir de seus próprios trabalhos de pesquisa. Ela é distinta pelas seguintes características:

- 1) Como trabalho de síntese, é uma apresentação condensada do texto de uma publicação, mediante explicitação de suas ideias principais, sem emissão de juízo de valor.
- 2) Acompanha o trabalho e visa permitir ao leitor decidir sobre a conveniência ou interesse em consultar a própria publicação.

¹² Salvador (1974, p. 88) indica ainda a ficha média, para esta finalidade, nas dimensões de 10 cm x 15 cm.

- 3) Pode ser colocada antes do sumário e, no caso de artigo técnico-científico, pode figurar logo abaixo da indicação do título e da autoria ou ao final do texto, antes das referências.

7.2 Síntese

A síntese representa uma espécie de súpula do assunto contido em uma ou mais obras. Visa reproduzir de modo condensado os elementos essenciais, sem, contudo, emitir juízo de valor a respeito deles.

7.3 Resumo

Resumo é a ordenação sistemática e breve dos diversos aspectos de um tema. Exige cuidadosa leitura do texto para se identificar com a máxima precisão as ideias e os pensamentos do autor¹³. O resumo pode ser indicativo e informativo.

7.3.1 Resumo indicativo ou descritivo

No resumo indicativo, descrevem-se os principais tópicos do texto original e indicam-se sucintamente seus conteúdos, os objetivos, a metodologia, o referencial teórico e as conclusões. Portanto requer atenta leitura do texto, para que nenhum aspecto essencial seja despercebido. Quanto à extensão, não deve ultrapassar 15 ou 20 linhas, com utilização de frases curtas e de sentido completo, que geralmente correspondem a cada elemento fundamental do texto, sem, contudo, limitar-se à enumeração pura e simples das partes do trabalho. Não se emite juízo de valor.

7.3.2 Resumo informativo ou analítico

O resumo informativo é também conhecido como resumo expandido e nele se faz uma redução do texto a 1/3 (um terço) ou

¹³ Nos resumos, não são permitidas as opiniões pessoais daquele(a) que o elabora, conforme indica a ABNT-NBR: 6028, maio/2021, p. 1-2.

1/4 (um quarto) do original, abolindo-se gráficos, tabelas, citações, exemplificações muito abundantes, mantendo-se, todavia, as ideias principais. Expõem-se as finalidades, metodologias, resultados e conclusões.

7.4 Paper e banner

7.4.1 Paper

A palavra *paper* (em inglês) sugere exatamente o seu significado de dicionário, um papel, no qual se registra determinado conteúdo, visando à sua comunicação. A rigor, é um pequeno artigo científico e, como tal, serve para comunicar os resultados parciais ou finais de uma pesquisa, em seminários, congressos, simpósios, colóquios ou outras reuniões científicas. Tal como o artigo científico, sua aceitação poderá estar sujeita a julgamento por comissão específica, e sua extensão geralmente não deve ultrapassar 20 folhas.

Quase sempre, um *paper* é de natureza técnica e, por conseguinte, sua finalidade é buscar a solução de um problema específico, formulando hipóteses, apresentando e discutindo dados, mediante o desenvolvimento de uma metodologia própria. Para tanto, um *paper* pode envolver aplicação de fórmulas, utilização de gráficos, quadros de referência, questionários e roteiros de entrevistas próprios ou padronizados, apresentar adendos, anexos e referências. Como em qualquer outro trabalho científico, um *paper* pode e deve conter fundamentação teórica mediante a utilização de citações textuais e paráfrases.

Salienta-se que é sempre possível a elaboração de um *paper* no universo das ciências jurídicas, sociais, educacionais e da Filosofia. Para isso, basta a correta adequação da metodologia.

No caso de pesquisas de natureza eminentemente técnica ou relacionadas às ciências naturais e da saúde, sugere-se a seguinte estrutura para a elaboração de um *paper*:

- Título;

- Autoria (nome completo): com indicação de credenciais em rodapé;
- Resumo em língua vernácula;
- Resumo em língua estrangeira;
- Introdução;
- Revisão da literatura;
- Metodologia operacional (materiais, métodos);
- Apresentação de resultados;
- Discussão de resultados;
- Conclusão;
- Referências;
- Apêndices e anexos.

7.4.2 *Banner*

Do inglês, *banner* quer dizer bandeira, estandarte. Via de regra, um *banner* mede 60 cm x 100 cm ou 80 cm x 120 cm. É um instrumento bastante utilizado para fazer comunicação científica em congressos, seminários, encontros ou outras reuniões científicas. Geralmente, os *banners* são expostos nas entradas de salões e anfiteatros onde estejam ocorrendo os eventos científicos. Frequentemente, deve constar de um *banner* o título da comunicação científica, nome(es) do(s) pesquisador(es), incluindo orientador(a), se for o caso, metodologia empregada, descrição sucinta do caso em estudo, objetivos, estágio de desenvolvimento, local e resultados alcançados na pesquisa.

7.5 Resenha

Pretende-se aqui apresentar alguns conceitos sobre resenha crítica, suas finalidades e sugestões de estruturas.

7.5.1 Conceituações e finalidades

Variados são os conceitos de resenha crítica, todavia sua elaboração requer certa maturidade intelectual, domínio ao menos

elementar dos métodos de investigação e amplo conhecimento dos temas tratados pela obra que se comenta.

Exige-se, antes de tudo, fidelidade à palavra do autor comentado, para evitar-se a deformação de seu pensamento. Isenção de ânimo, aversão à polêmica fácil e imparcialidade são atitudes essenciais para quem comenta uma obra (Salvador, 1974).

Pode-se fazer resenha crítica de livros, peças de teatro, filmes, artigos científicos, relatórios, uma conferência etc. A resenha crítica pode referir-se a toda obra, como também pode centrar-se sobre os aspectos mais importantes. Do ponto de vista de Salvador (1974, p. 160):

A resenha crítica é um tipo especial de resumo de livros. É um artigo científico sobre um assunto, a propósito da literatura e da crítica de um livro. O livro, suas teses, seus métodos, suas formas de exposição são como que um ponto de referência para um estudo exaustivo de um assunto. Para a realização de uma resenha crítica utilizam-se, pois, as opiniões de diversas autoridades científicas em relação com as defendidas pelo autor e estabelece-se todo tipo de comparações com os enfoques, métodos de investigação e recursos técnicos de outros autores.

Muito embora o autor acima indicado defenda a ideia de que o resenhista deva ser uma pessoa especialista na área, a resenha também pode ser feita por estudantes, como um exercício de compreensão e aprendizagem. Em uma abordagem semelhante ao autor acima citado, Lakatos e Marconi (1994, p. 88) salientam que:

Resenha crítica é uma descrição minuciosa que compreende certo número de fatos: é a apresentação do conteúdo de uma obra. Consiste na leitura, no resumo, na crítica, na formulação de um conceito de valor do livro feitos pelo resenhista. A resenha, em geral, é elaborada por um cientista que, além do conhecimento sobre o assunto, tem a capacidade de juízo crítico. [...] A finalidade de uma resenha é informar o leitor, de maneira objetiva e cortês, sobre o assunto tratado no livro, evidenciando a contribuição do autor: novas abordagens, novos conhecimentos, novas teorias. A resenha visa,

portanto, a apresentar uma síntese das idéias fundamentais da obra.

Do ponto de vista das autoras acima indicadas, então, o resenhista deve ter competência para, além de resumir a obra, apontar possíveis falhas e erros de informação encontrados e, ao mesmo tempo, tecer elogios aos méritos da obra. Isso implica maturidade por parte do resenhista, que, não obstante seja um especialista na área, não tem o direito de fazer juízo de valor ou mesmo deturpar o pensamento do autor.

Denominando de resenha bibliográfica, Oliveira (1997, p. 120) afirma que a resenha:

[...] tem por finalidade, na vida acadêmica, fazer com que o estudante ou pesquisador tenha conhecimento prévio do conteúdo de uma obra ou de artigos de revistas científicas ou especializadas e que possa ser exposta verbalmente para um determinado grupo de pessoas, sob a coordenação de um professor orientador. A resenha poderá ser informativa, crítica ou crítico-informativa, com relação às idéias do autor, de forma pormenorizada e metódica.

A partir do pensamento do autor indicado logo acima, é preciso entender que a apresentação a que ele se refere subentende a existência de algo escrito, cujo conteúdo é o suporte da exposição do resenhista. Ademais, ele registra que a resenha crítica pode ser feita a partir de artigos científicos, o que sem dúvida é uma grande vantagem para a iniciação científica, notadamente de acadêmicos.

Com a mesma terminologia anterior, Fragata (1973, p. 127 *apud* Cordeiro, 1999, p. 131) salienta que:

[...] a resenha crítica ou bibliográfica vai além do assunto: acrescenta-lhe um juízo crítico. Sua finalidade principal é orientar o leitor para o interesse e o valor da obra. Assim como o resumo, a recensão crítica ou bibliográfica não é necessariamente um trabalho científico: sua finalidade é principalmente vulgarizada, ainda que se refira muitas vezes a obras elaboradas cientificamente.

O autor acima citado não considera necessariamente a recensão ou resenha crítica ou bibliográfica um trabalho científico.

É claro que a cientificidade de um trabalho não é dada pela sua simples denominação, o que implica dizer que uma resenha crítica, bibliográfica ou recensão pode, sim, ser científica, desde que sua elaboração tenha seguido os cânones da metodologia científica. Por sua vez, Santos (2000, p. 34) argumenta que:

[...] de modo geral, resenhar consiste em examinar e apresentar o conteúdo de obras prontas, acompanhado ou não de avaliação crítica. É talvez o nível mais elementar de pesquisa científica, e caracteriza-se apenas como pesquisa exploratória; pois, embora possa conter uma crítica, o texto base já está pronto. Como trabalho de ponta, é normalmente feita por pessoas com sólidos conhecimentos na área, já que o trabalho de crítica demanda ‘olho clínico’ apurado. É, também, excelente exercício inicial de autonomia intelectual, uma vez que o exame de obras já prontas oportuniza treinamento de compreensão e crítica, além do contato mais aproximado com bons autores e com o pensamento já elaborado, o que, para o iniciante, servirá de modelo interessante de produção científica.

Como se vê na citação acima, chama-se a atenção para o fato de que a resenha crítica deve servir como excelente exercício de maturação intelectual, e isso implica dizer que ela é procedimento ideal para estudantes. O que certamente pode e deve variar é o grau de exigência em conformidade com o nível de ensino e a necessidade de cada matéria de estudo. Certamente, o que se espera de um aluno do ensino médio em termos de resenhar uma obra literária não é a mesma coisa que de um universitário, e muito menos de um pós-graduando ou especialista na área. Do ponto de vista de Azevedo (1996, p. 32), a resenha representa:

[...] uma apreciação crítica sobre determinada obra [...] e] visa incentivar a leitura do livro comentado. Trata-se, geralmente, de um texto curto para publicação em periódicos especializados. Seu tamanho pode variar em duas laudas (para jornais não especializados) e dez laudas (publicações científicas).

7.5.2 Estrutura

A estrutura de uma resenha crítica pode ser idêntica à do resumo de livros e, por isso, comporta também várias tarefas, tais como: enumerar brevemente os principais aspectos de seu conteúdo, assinalar o sistema de validade da exposição ou das técnicas literárias empregadas, destaque às contribuições do autor à matéria tratada e emissão de parecer a respeito do valor intelectual ou artístico da obra (Salvador, 1974).

Em decorrência do acima exposto e em vista da similaridade entre resumo e resenha crítica, há aqui duas possibilidades de estrutura. Na primeira, segue-se a lógica do autor da obra e, na segunda, faz-se no estilo de apontamentos em forma de sumário, no qual o resenhista segue um plano original.

Salvador (1974), valendo-se de ensinamentos de Lauro de Oliveira Lima¹⁴, sugere um roteiro, tanto para obras literárias quanto científicas, mediante desenvolvimento do pensamento reflexivo, ou seja: analítico-sintético.

1) Modelo de Lauro de Oliveira Lima (*apud* Salvador, 1974)

- a) introdução;
- b) evocação da obra;
- c) análise dos conteúdos essenciais;
- d) descoberta da contribuição ou do sentido da obra;
- e) apreciação da obra;
- f) indicação de nova forma de pensar, agir e sentir.

Na introdução, o resenhista deve situar o autor e a obra, quer em relação às correntes científicas, filosóficas ou literárias, quer em relação às circunstâncias históricas, culturais, sociais e econômicas em que autor e sua obra estão ou estiveram inseridos. Para tanto, o resenhista pode valer-se de outras fontes documentais ou bibliográficas.

¹⁴ LIMA, Lauro de Oliveira. Como usar de informação. In: LIMA, Lauro de Oliveira. **Escola secundária moderna**. Rio de Janeiro: INEP, 1962, p. 236.

No tópico sobre a evocação da obra, o resenhista deve dar uma visão geral desta, enumerando e descrevendo os temas, as cenas, as sequências principais. É, a rigor, um brevíssimo resumo-sumário da tese do autor, argumento ou assunto principal, assinalando as proposições fundamentais da exposição.

No que se refere à análise dos conteúdos essenciais, desdobra-se o conteúdo, classificando, definindo, distinguindo aspectos, pontos de vista, contrastes etc. Em se tratando de obras científicas, destacam-se os argumentos do autor. No caso de obras literárias, deve-se analisar a maneira de ser, atuar e pensar dos personagens, bem como as significações em termos de valores humanos.

Para o resenhista descobrir a contribuição ou o sentido da obra, implica trabalho de síntese e abstração. Nesse sentido, é útil compará-la com outras de assunto similar ou com outras obras do mesmo autor.

A apreciação da obra em si consiste em indagar a respeito de seu valor em termos da verdade ou em termos de seu valor estético. Em síntese, é o julgamento da obra. Isso pode ser feito no conjunto da obra como um todo ou em suas partes. Tanto em um caso como em outro, podem ser apreciados: forma de expor, de descrever, de narrar e de dissertar, a linguagem, o estilo etc. Além disso, nesse tópico, pode-se apreciar se as contribuições são verdadeiras, se a mensagem é válida e a relevância para a vida humana.

No tocante à nova forma de pensar, agir ou sentir corresponde a saber se a obra suscita novos pensamentos e nova maneira de agir, além de descobrir quais as preocupações principais que ela apresenta e que ideais sugere.

2) Modelo de Antonio Rubo Müller¹⁵ (*apud* Lakatos; Marconi, 1992, p. 92-3)

1) *Obra*

a) autoria (autor ou autores);

¹⁵ Então diretor da Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

- b) título (incluindo o subtítulo, se houver);
- c) comunidade onde foi publicada;
- d) firma publicadora;
- e) ano de publicação;
- f) edição (a partir da segunda);
- g) número de páginas ou de volumes;
- h) formato (em cm);
- i) preço.

2) *Credenciais da autoria*

- a) nacionalidade;
- b) formação universitária ou especializada;
- c) títulos;
- d) cargos exercidos;
- e) outras obras.

3) *Conclusões da autoria*

- a) Quer separadas no final da obra, quer apresentadas no final dos capítulos, devem ser sintetizadas as principais conclusões a que o autor da obra resenhada chegou em seu trabalho.
- b) Caso não se apresentem separadas do corpo da obra, o resenhista, analisando o trabalho, deve indicar os principais resultados obtidos pelo autor.

4) *Digesto*

- a) resumo das principais ideias expressas pelo autor;
- b) descrição sintetizada do conteúdo dos capítulos ou parte em que se divide a obra.

5) *Metodologia da autoria*

- a) método de abordagem (indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo, dialético);
- b) método de procedimento (histórico, comparativo, monográfico, estatístico, tipológico, funcionalista, estruturalista, etnográfico etc.);
- c) modalidade empregada (geral, específica, intensiva,

extensiva, técnica, não técnica, descritiva, analítica etc.);
d) técnicas utilizadas (observação, entrevista, formulários, questionários, escalas de atitudes e de opinião etc.).

6) *Quadro de referência da autoria*

- a) corrente de pensamento em que se filia (evolucionismo, materialismo histórico, historicismo, funcionalismo etc.);
- b) modelo teórico (teoria da ação social, teoria sistêmica, teoria da dinâmica cultural etc.).

7) *Quadro de referência do resenhista*

8) *Crítica do resenhista*

- a) julgamento da obra do ponto de vista metodológico:
 - coerência entre a posição central e a explicação, discussão e demonstração;
 - adequado emprego de métodos e técnicas específicas.
- b) mérito da obra:
 - originalidade;
 - contribuição para o desenvolvimento da ciência, quer por apresentar novas ideias e/ou resultados, quer por utilizar abordagem diferente;
 - estilo empregado.

9) *Indicações do resenhista*

- a) A quem é dirigida (especialista, estudantes, leitores em geral)?
- b) Fornece subsídios para o estudo de que disciplina(s)?
- c) Pode ser adotada em que tipo de curso?

3) Modelo de Cordeiro¹⁶ (1999, p. 131)

- 1) *Referência bibliográfica*: fazem-se informações sobre o autor, título, número de edição, local de publicação, editora ou casa publicadora e número de páginas.

¹⁶ A formatação em itens numéricos é uma interpretação livre, a partir de texto corrido.

- 2) *Credenciais do autor*: devem conter informações gerais sobre o autor e sua autoridade no campo científico.
- 3) *Resumo*: é uma síntese detalhada das ideias principais e das características especiais da obra resenhada.
- 4) *Conclusão*: é o resumo das deduções a que chegou o autor.
- 5) *Quadro de referência*: indicação do modelo ou teoria que serviu de base para o autor da obra.
- 6) *Metodologia*: indicação do método seguido pelo autor: racional-dedutivo, experimental-indutivo, fenomenológico, dialético, além das técnicas utilizadas.
- 7) *Crítica do resenhista*: é o julgamento da obra do ponto de vista metodológico, analisando seus méritos, sua forma e estilo.
- 8) *Indicação do resenhista*: deve esclarecer a quem deve ser recomendada a obra (especialistas, estudantes, público em geral).

4) Modelo de Santos (2000, p. 35)

- 1) *Identificação da obra*: fichamento, que inclui autor, título, imprensa, total de páginas resenhadas.
- 2) *Credenciais do autor*: os créditos: formação, publicações, atividades desenvolvidas na área.
- 3) *Conteúdo*: as ideias principais, pormenores importantes, pressupostos para o entendimento do assunto.
- 4) *Conclusões*: localização (na obra) e breve explicação das conclusões do autor.
- 5) *Crítica*: determinação histórica e metodológica (científica, jornalística, didática) da obra, contribuições importantes, estilo, forma, méritos, considerações.

5) Modelo de Algarte (UnB)¹⁷

¹⁷ Modelo originalmente concebido por Roberto Aparecido Algarte, da UnB, e apresentado no Programa de Mestrado em Educação da UCDB, no ano de 1996.

1 INTRODUÇÃO

Na introdução, são feitas breves indicações da estrutura da obra resenhada, da metodologia utilizada pelo autor e da finalidade da obra.

2 RESUMO

O resumo deve ser preferencialmente em forma de síntese breve e objetiva do conteúdo. Refere-se às ideias principais do autor. Deve ser feito por tópicos ou capítulos, partes etc. da obra. Neste tópico, não deve haver comentários do resenhista.

3 ANÁLISE DO PONTO DE VISTA DA FORMA

- 3.1 Forma de apresentação
- 3.2 Sequência lógica do(s) texto(s)
- 3.3 Tipo de linguagem empregada
- 3.4 Lógica descritiva e objetividade

4 ANÁLISE DO PONTO DE VISTA DO CONTEÚDO

- 4.1 Consistência dos argumentos
- 4.2 Posições teórico-práticas
- 4.3 Atualidade do tema/proposta
- 4.4 Pertinência da discussão (tema, pesquisa)
- 4.5 Oportunidade da discussão
- 4.6 Relevância do tema no contexto social, político, econômico etc.

5 CONCLUSÃO

Sobre o alcance que o tema propõe, do ponto de vista do resenhista:

Em virtude das variações conceituais, há, como visto, variação estrutural para elaboração de resenhas críticas. Todavia há duas grandes formas básicas que podem ser adotadas quando da feitura de uma resenha. A primeira é aquela em que o resenhista dialoga com o autor na medida em que faz o resumo do conteúdo.

A segunda é quando se deixam todos os comentários para a seção crítica propriamente dita. Mas, de uma ou outra forma, o resultado final de uma resenha deve ser um diálogo cortês com o autor, em que se evidenciam os eventuais avanços e equívocos.

Isso posto, acredita-se ser a resenha um excelente instrumento de aprendizagem e deve ser elaborada não apenas para cumprir obrigações estudantis e/ou profissionais.

Não há, a rigor, entre os modelos sugeridos, um que seja melhor: o que se pode dizer é que fica a critério do resenhista a escolha do modelo que melhor atenda suas necessidades.

7.6 Artigo técnico-científico

7.6.1 Conceitos e objetivos

Dentre os vários tipos de material escrito objetivando a publicação científica, figura o **artigo científico**, distinto do artigo noticioso, de natureza descritiva ou narrativa, destinado a jornais e revistas populares ou institucionais.

Autores, os mais distintos e renomados, têm procurado conceituar e indicar objetivos e estrutura para o artigo científico. Um desses autores é Cordeiro (1999, p. 128), que, ao explicitar o seu conceito, afirma que “[...] artigo científico é a informação escrita que constitui o conteúdo principal de revistas especializadas, uma vez que não apresenta ainda matéria suficiente para um livro. Acompanham esse mesmo conceito Bastos e Keller (1991, p. 68), quando discutem a questão da apresentação de trabalhos científicos. Por sua vez, Santos (2000, p. 41) salienta que o artigo científico:

[...] visa publicar resultados de um estudo. Embora tenha formato reduzido (entre 5 e 10 páginas), é sempre um trabalho completo, um texto integral. São geralmente utilizados como publicações em revistas especializadas, seja para divulgar conhecimentos, seja para comunicar resultados ou novidades a respeito de um assunto, como ainda para contestar, refutar ou apresentar outras soluções de uma situação controvertida.

Não diferindo dos autores acima indicados, Lakatos e Marconi (1992, p. 84) confirmam os conceitos já explicitados, bem como a finalidade dos artigos científicos, salientando que eles:

[...] são pequenos estudos, porém completos, que tratam de uma questão verdadeiramente científica, mas que não se constituem em matéria de um livro. Apresentam o resultado de estudos ou pesquisas e distinguem-se dos diferentes tipos de trabalhos científicos pela sua reduzida dimensão e conteúdo. São publicados em revistas ou periódicos especializados e formam a seção principal deles.

Destaca-se aqui que um artigo científico se presta para apresentar os resultados de alguma pesquisa concluída ou em andamento, seja ela de análise documental, revisão bibliográfica ou de campo. O artigo científico proporciona não só a ampliação do conhecimento como também a profundidade de discussão sobre determinados assuntos específicos. Lakatos e Marconi (1992, p. 85) lembram que “[...] os artigos científicos, por serem completos, permitem ao leitor, mediante a descrição da metodologia empregada, do processamento utilizado e resultados obtidos, repetir a experiência”.

7.6.2 Estrutura

A estrutura do artigo científico pode sofrer ligeiras variações, de autor para autor. Todavia eles se assemelham, na maioria das vezes, notadamente quanto aos princípios gerais de início, meio e fim. A seguir, são apresentados alguns exemplos de estrutura, conforme os respectivos autores.

1) Para Santos (2000, p. 42):

- título (subtítulo);
- autor(es);
- créditos do(s) autor(es): formação, outras publicações, atividades importantes desenvolvidas ou em desenvolvimento relativas ao assunto;
- introdução;

- o corpo do artigo (com subtítulos, porém não com capítulos);
- conclusão;
- referências.

Este mesmo autor faz distinção do artigo-relatório, dizendo que ele deve ter a seguinte estrutura:

- título (subtítulo);
- autor(es);
- créditos do(s) autor(es);
- sinopse ou resumo;
- introdução;
- corpo do relatório (referencial teórico, metodologia e materiais, apresentação dos resultados, análise e interpretação dos resultados, recomendações e sugestões, se for o caso);
- conclusão;
- referências.

2) Para Cordeiro (1999, p. 129):

- Cabeçalho: título e subtítulo, nome, credenciais e o local de atividade do autor.
- Resumo: pode ser colocado entre o título e o texto ou no final da publicação. Deve ser escrito em Português, Inglês ou em outra língua de difusão internacional.
- Corpo: constituído de introdução, texto e conclusão:
 - a) *Introdução* – formulada de maneira clara e simples, apresenta de forma sintética o problema, incluindo ainda justificativa, objetivos, metodologia, delimitação, abordagem e a ideia central.
 - b) *Texto* – é o corpo do trabalho (desenvolvimento). Apresenta as informações e os argumentos de forma detalhada, ou seja, deve conter a exposição, a explicação e a demonstração do material, assim como a avaliação dos resultados, comparando-os com obras anteriores.
 - c) *Conclusão* – faz-se a síntese final dos resultados da pesquisa ou o resumo dos principais argumentos, por meio

de deduções lógicas.

- Parte referencial: compõe-se de bibliografia, apêndices ou anexos, agradecimentos e data.

3) Para Bastos e Keller (1991, p. 67), seguindo a estrutura de relatório:

- Apresentação: capa e folha de rosto.
- Sinopse ou abstract: pequeno resumo da natureza da pesquisa, a ser incluído entre o sumário e o corpo do trabalho.
- Sumário: relação das partes principais do trabalho.
- Introdução: inclui objetivos, justificativas e hipóteses sobre as quais se trabalhou.
- Metodologia: inclui abordagem (indutiva, dedutiva, dialética etc.), procedimento (corrente metodológica – histórica, tipológica, funcionalista, estruturalista etc.), técnicas utilizadas (observação, entrevista, formulário, questionário etc.), universo da pesquisa (grupo, local, população-alvo etc.), amostragem (probabilística, aleatória, intencional etc.).
- Embasamento teórico: teoria que sustenta o trabalho, levantamento de estudos já realizados sobre o assunto e definição de conceitos.
- Apresentação e análise de dados: os dados coletados são apresentados, obedecendo-se à ordem das hipóteses com as quais se relaciona.
- Interpretação: a partir dos dados, evidencia-se a confirmação ou rejeição das hipóteses.
- Conclusões: decorrência natural da análise e interpretação dos dados.
- Recomendações e sugestões: indicações práticas extraídas das conclusões.
- Apêndice: tabelas, quadros, gráficos ilustrativos que não figuram no texto.
- Anexo: elementos de outra autoria que servem para esclarecer o artigo ou relatório.
- Bibliografia: relação de obras e documentos consultados.

4) Para Azevedo (1996, p. 78-9):

- Introdução: são estabelecidas as delimitações da pesquisa, os problemas de que trata e os objetivos desejados.
- Revisão da literatura: é indicado o estágio da investigação do problema a partir da bibliografia disponível.
- Materiais e métodos: são apresentados as técnicas de coleta de dados, os instrumentos de análise, os materiais e os equipamentos utilizados.
- Resultados: são oferecidos os resultados da pesquisa.
- Discussão: são comentados os resultados da pesquisa.
- Conclusões: são indicadas, de modo sintético, as descobertas do autor, a partir dos dados apresentados anteriormente.
- Entende-se que este modelo não prescinde de referências e opcionalmente de apêndices e anexos.

5) Para Lakatos e Marconi (1992, p. 85-6):

- Preliminares: cabeçalho – título (e subtítulo) do trabalho, autor(es), credenciais do(s) autor(es), local de atividade.
- Sinopse: resumo do trabalho redigido pelo próprio autor ou editor e publicado ao mesmo tempo que o trabalho. Pode ser colocado entre o título e o texto ou ao final da publicação. Deve ser escrito em Português, Inglês ou outra língua de difusão internacional.
- Corpo do artigo:
 - a) *introdução*: apresentação do assunto, objetivo, metodologia, limitações e proposição;
 - b) *texto*: exposição, explicação e demonstração do material, avaliação dos resultados e comparação com obras anteriores; e
 - c) *comentários e conclusões*: dedução lógica, baseada e fundamentada no texto, de forma resumida.
- Parte referencial:
 - a) *bibliografia*;

- b) *apêndices ou anexos (quando houver necessidade);*
- c) *agradecimentos; e*
- d) *data.*

Os exemplos acima, de estrutura de artigo científico, servem para mostrar que, embora variando em um ou outro aspecto mais específico, há vários elementos comuns entre eles. Com relação à estrutura, destaca-se o fato de que o artigo científico obedece, como qualquer outro trabalho científico, ao princípio de início, meio e fim. Salienta-se também que não é necessário colocar capa e folha de rosto como nos trabalhos monográficos. A seguir, algumas **folhas-guias** para dar uma ideia de formatação de artigo científico.

PRIMEIRA FOLHA

Configuração de página:

Esquerda: 3 cm

Superior: 2 cm

Direita: 2 cm

Inferior: 2 cm

TÍTULO DO ARTIGO
(Cf. ABNT – NBR 6022/2018)
Autoria do artigo¹

RESUMO: escreve-se aqui o resumo do artigo (do tipo indicativo) com no máximo 250 palavras, usando letras menores que a do texto, em espaço simples (Cf. ABNT – NBR 6028).

Palavras-chave:;;;

ABSTRACT: traduz-se o resumo do vernáculo para uma língua estrangeira, conforme a exigência da revista a que se destina o artigo.

Keywords:;;

Nesta mesma primeira folha, pode-se começar a redação do corpo do artigo. Deve-se lembrar que pode haver tópicos e subtópicos, e que eles são precedidos de números sequenciais alinhados à margem esquerda. Os exemplos são ilustrativos.

1 INTRODUÇÃO (todas as letras em maiúsculo e negrito).

Parágrafo

2 NOME DO TÓPICO PRIMÁRIO (todas as letras em maiúsculo e negrito).

Parágrafo

2.1 Nome do subtópico secundário (somente a primeira inicial da primeira palavra em maiúsculo, com negrito. Exceção se faz ao nome próprio).

Parágrafo

2.2 Nome do subtópico secundário (idem ao 2.1).

2.2.1 Nome do subtópico terciário (somente a primeira inicial da primeira palavra em maiúsculo, sem grifo. Exceção se faz ao nome próprio).

Parágrafo

2.2.2 Nome do subtópico terciário (idem ao 2.2.1).

Parágrafo

2.2.2.1 Nome do subtópico quaternário (somente a primeira inicial da primeira palavra em maiúsculo, sem grifo).

2.2.2.2 Nome do subtópico quaternário (idem ao 2.2.2.1).

3 NOME DO TÓPICO PRIMÁRIO (Idem a 1 e 2).

¹ Em nota de rodapé, apresentar na primeira folha as credenciais da autoria.

FOLHAS-GUIAS PARA CONTINUIDADE DO ARTIGO

4 NOME DO TÓPICO PRIMÁRIO (Como em 1, 2 e 3).

Parágrafo.....

5 CONCLUSÃO

Parágrafo.....

REFERÊNCIAS

Seguir as normas constantes da NBR 6023, de nov. 2018.

7.7 Arte e técnica de fazer apontamentos

7.7.1 Considerações gerais

Feita a leitura de alguma obra, é mister não confiar inteiramente na memória, especialmente quando se trata de revisão bibliográfica ou de literatura como suporte de pesquisa. Daí a necessidade de se fazer apontamentos para efeito de registro, de modo organizado e sistemático. No entendimento de Salvador (1974, p. 82):

Tomar apontamentos é transladar, formal ou conceptualmente, os dados, fatos ou proporções *notáveis* de uma fonte, oral ou escrita, para um caderno, pasta ou ficha de uso pessoal. Podem-se tomar apontamentos de aulas ouvidas ou de livros lidos [e filmes assistidos].

Via de regra, poderão ser adotadas duas maneiras básicas de procedimentos para se agir com eficiência, quando da elaboração de apontamentos:

- 1) Partir de um problema/tema de pesquisa a ser resolvido ou de objetivos a serem alcançados com o estudo. Neste caso, nem sempre é necessário revisar obras inteiras, bastando localizar os tópicos contidos nelas que respondam de modo mais direto e específico ao problema/ tema de pesquisa.
- 2) Revisar as obras que fundamentam teoricamente o problema/tema de pesquisa, com o intuito de encontrar no contexto as respostas procuradas.

De toda forma, aconselha-se “[...] tomar notas somente depois de ler criticamente todo o texto” (Salvador, 1974, p. 83), em que se vai fazendo anotações provisórias para, posteriormente, fixar-se tão somente nos aspectos fundamentais.

Tão importante quanto saber encontrar respostas diretas e indiretas (relações) ao problema/tema de pesquisa é saber classificá-las e catalogá-las para facilitar o trabalho quando da redação do relatório.

Por fim, um bom apontamento apresenta algumas características que precisam ser observadas por quem pesquisa, a saber:

- a) a anotação deve indicar com precisão os termos que respondem de modo direto ou indireto ao problema/tema de pesquisa ou ao objetivo a ser alcançado;
- b) o apontamento deve não apenas fazer referência ao conteúdo buscado, mas apresentá-lo de modo explícito;
- c) indicar com clareza a fonte de consulta, de modo que, se for necessário voltar a ela, não haja dificuldades em termos de localização.

7.7.2 Tamanhos de ficha

O sistema de fichas foi empregado, pela primeira vez, pelo abade Rozier, da Academia Francesa de Ciências, ainda no século

XVIII (Salvador, 1974). Há tamanhos universais de fichas que poderão ser adotados para se fazer referências e apontamentos, quais sejam:

Pequeno: 7,5 cm x 12,5 cm.

Médio: 10 cm x 15 cm.

Grande: 12,5 cm x 20 cm.

A escolha por um dos tamanhos é inteiramente opcional e depende do menor ou maior poder de síntese ou prolixidade de quem faz pesquisa.

7.7.3 Estrutura de ficha

A ficha, quer seja bibliográfica, quer seja de apontamento, deve ser estruturada em três partes principais: **cabeçalho, referência e corpo**.

- 1) O **cabeçalho** compreende o TÍTULO REMOTO, TÍTULO PRÓXIMO, TÍTULO ESPECÍFICO e CLASSIFICAÇÃO.
- 2) A **referência** corresponde de modo prático à transcrição da folha de rosto da obra ou, mais precisamente, à transcrição dos dados da ficha matriz ou catalográfica. As variações são as contidas na ABNT – NBR 6023, de nov. 2018.
- 3) O **corpo** nas fichas bibliográficas é constituído por comentários e, nas fichas de apontamentos, por citações, resumos e análises ou comentários.

7.7.4 Tipos de fichas

Igualmente, há tipos mais ou menos universais de fichas; por exemplo:

- a) bibliográfica ou referência;
- b) apontamentos: citação, esboço, resumo ou sumário e comentário analítico.

A adoção de um ou outro tipo de ficha depende das necessidades impostas pela pesquisa ou do interesse e das habilidades do(a)

pesquisador(a). As explicações e os exemplos seguintes poderão ser úteis nessa tomada de decisão.

7.7.4.1 Ficha bibliográfica ou referência

TÍTULO REMOTO Ex.: GEOGRAFIA HUMANA	TÍTULO PRÓXIMO Ex.: TERRITORIALIDADE	Ordem de classificação	
	TÍTULO ESPECÍFICO Ex.: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Idem	Idem
MARQUES, Heitor Romero; CÁRPIO, José Martín (Org.). Territorialidade e o desenvolvimento sustentável . Campo Grande: UCDB, 2003. 238 p.			
DEVEM CONSTAR PREFERENCIALMENTE NO CORPO DESTA MODELO DE FICHA OS SEGUINTE COMENTÁRIOS:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Menção do campo do saber, o conteúdo tratado e sua atualidade, em termos de recorte da literatura específica. 2. Indicação dos aspectos significativos tratados. 3. Destaque à relevância e às contribuições em termos sociais, econômicos, educacionais, políticos, religiosos, ambientais, filosóficos, científicos etc. 4. Indicação de como a matéria é tratada e, se possível, a metodologia empregada pelo autor, com indicação breve das fontes de dados, que podem ser primárias (análise documental, entrevistas, aplicação de questionário, observação, formulário etc.) e secundárias (análise da literatura, estatísticas já existentes etc.). 5. Conclusões alcançadas pela obra e recomendações e sugestões do autor. 6. Breve juízo pessoal a respeito do tema e da obra. 			

VERSO DA FICHA BIBLIOGRÁFICA OU REFERÊNCIA

<p>Como se deduz, pode-se usar o verso da ficha de referência, girando-a 180 graus, para cima ou para baixo, em relação aos olhos do leitor.</p> <p>Salvador (1974) sugere que, na elaboração deste modelo de ficha, adote-se o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) brevidade – em geral, poucas sentenças são suficientes para se expressar o essencial; b) uso de verbos ativos – por exemplo, analisa, compara, contém, critica, sugere, define, descreve, examina, apresenta, registra, revisa, além de outros, como argumenta, demonstra, correlaciona, identifica etc.; c) objetividade e não repetição (desnecessária), como as expressões – este livro, esta obra, este artigo, o autor etc.; d) indicação se a ficha se refere a uma obra inteira ou parte dela. <p>NOTA: USA-SE UMA ÚNICA FICHA BIBLIOGRÁFICA OU DE REFERÊNCIA POR OBRA OU PARTE DE OBRA.</p>
--

7.7.4.2 Ficha tipo citação

TÍTULO REMOTO Ex.: GEOGRAFIA HUMANA	TÍTULO PRÓXIMO Ex.: DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MATO GROSSO DO SUL	Ordem de classificação.	
	TÍTULO ESPECÍFICO Ex.: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS	Idem	Idem
Página	MARQUES, Heitor Romero <i>et al.</i> (Org.). Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas. 2. reimp. Campo Grande: UCDB, 2001. 284 p.		
75	<p>NESTE TIPO DE FICHA, DEVE SER OBSERVADO O SEGUINTE:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indicação se a(s) ficha(s) se refere(m) a uma obra inteira ou parte dela. 2. Toda citação feita em ficha deve vir entre aspas, com indicação do(s) número(s) de página(s). Exemplo: “Para que a pequena empresa seja altamente competitiva no mercado, devem ser desenvolvidas estratégias que possibilitem a criação de um tecido institucional de apoio à atividade turística da região por meio de um esforço combinado das entidades representativas, entidades governamentais, universidades, etc.” 		
80-1	<ol style="list-style-type: none"> 3. A transcrição deve ser textual, inclusive com erros conceituais ou gráficos, se houver. Neste caso, usa-se o termo <i>sic</i> entre colchetes logo após a expressão. Exemplo (hipotético): “[...] supõe-se que o professor tenha uma porção [<i>sic</i>] mágica nas mãos capaz de transformar a sociedade de uma hora para outra.” 		
246	<ol style="list-style-type: none"> 4. A supressão breve (uma ou mais palavras) deve ser indicada utilizando-se, no local da omissão, reticências, no início ou ao final do texto, e entre colchetes, no meio. Exemplo: “[...] O Professor Medson Janer da Silva manteve visitas esporádicas na comunidade de Rochedinho [...] quando da realização da missa. Durante a semana, quando para lá se deslocava, fazia com que as reuniões ocorressem na igreja católica...” 		

VERSO DE UMA FICHA DE CITAÇÃO

53	<p>5. A supressão longa [de um ou mais parágrafos] deve ser indicada com uma linha pontilhada.</p> <p>Exemplo: “O discurso que se articula a respeito da educação em vista do desenvolvimento local em escala humana ainda está em fase de maturação enquanto produto de concepções heteronômicas”. [...]</p>
262	<p>Quando da análise integrada, visando a ordenação do território é preciso considerar que a educação termina em última instância, decidindo a sorte da democracia e dos rumos do desenvolvimento...”</p>
204	<p>6. A sentença deve ter sentido completo e, para tanto, pode-se usar um complemento ou interpolação que aparece dentro de um colchete.</p> <p>Exemplo: “A cidade [Campo Grande] apresenta uma grande disparidade entre ‘pobreza’ e a ‘riqueza’ de seus moradores, fato que reflete nos padrões de vida e nas diferenças marcantes de seus habitantes.”</p> <p>7. Usa-se a expressão latina <i>apud</i> (= citado por) para indicar quando o pensamento transcrito for de outra pessoa, que não o autor da obra.</p> <p>Exemplo: “Pontes de Miranda <i>apud</i> Hely Lopes Meirelles, ‘sustenta que’ o Município (brasileiro) é entidade intra-estatal rígida, como a União e o Estado-membro.”</p> <p>8. Usa-se o anverso e verso de tantas quantas fichas deste modelo forem necessárias.</p> <p>Nos exemplos citados aqui, a indicação de páginas foi tomada cá e lá na obra.</p>

7.7.4.3 Ficha tipo esboço

TÍTULO REMOTO Ex.: EDUCAÇÃO	TÍTULO PRÓXIMO Ex.: METODOLOGIA	Ordem de classificação.	
	TÍTULO ESPECÍFICO Ex.: ENSINO SUPERIOR	Idem	Idem
Página	MARQUES, Heitor Romero. Metodologia do ensino superior . 2. ed. rev. Campo Grande: UCDB, 2002. 164 p.		
25-6	<p>NESTE TIPO DE FICHA, DEVE SER OBSERVADO O SEGUINTE:</p> <ol style="list-style-type: none"> Há grande semelhança com a ficha tipo resumo, pois se refere à apresentação das principais ideias expressas pelo autor. A lógica a ser seguida é a do autor, o que corresponde a ir, página a página da obra ou parte dela, e isso pode resultar em trabalho extenso. Nada havendo de fundamental em uma ou mais páginas, deve-se desconsiderá-las. "[...] é mais indicada para quem possui bastante conhecimento sobre a matéria e necessita de poucas palavras para recordar as ideias" (Salvador, 1974, p. 105). Não se trata de uma transcrição textual, mas de uma síntese objetiva do conteúdo. Exige-se indicação de página(s). Usa-se o anverso e verso de tantas quantas fichas deste modelo forem necessárias para a consecução do trabalho. <p>Exemplo: As categorias que embasam a compreensão dos objetivos e fins da educação são: as <i>existenciais</i>, que compreendem a historicidade, sociabilidade, economicidade, o desenvolvimento, a modificabilidade; as <i>axiológicas</i>, que compreendem a liberdade, o sentimento, a moralidade e a intencionalidade; e, finalmente, as <i>teleológicas</i>, que compreendem a finalidade e a transcendentalidade.</p>		

VERSO DE UMA FICHA ESBOÇO

27	Os interesses individuais e coletivos são uma função das necessidades criadas pela sociedade, e, quanto mais plurais forem os grupos sociais, mais diversificados serão seus interesses. Os conflitos são uma decorrência direta disso.
28	A constante possibilidade educanda do ser humano estabelece conflito entre a moralidade objetiva e subjetiva. A moralidade objetiva é a do grupo, e a subjetiva é a do indivíduo.
29	Em todos os tempos, as organizações sociais em vista de seus interesses, crenças e valores sempre estabeleceram objetivos e fins para as variadas formas de educar.
30	Os professores acreditam que os objetivos da educação sejam: formar cidadãos conscientes, promover a integração, a orientação para as profissões, estimular todo o potencial do aluno, transmitir conhecimentos, levar o aluno a refletir sobre a sua realidade, suprir a deficiência familiar, instigar nos alunos a sede do saber, trabalhar pela promoção humana, resgatar a dignidade.

7.7.4.4 Ficha tipo resumo ou sumário

TÍTULO REMOTO Ex.: DIREITO – LINGUAGEM	TÍTULO PRÓXIMO Ex.: METODOLOGIA	Ordem de classificação.	
	TÍTULO ESPECÍFICO Ex.: TRABALHOS CIENTÍFICOS	Idem	Idem
<p>CASTILHO, Maria Augusta de. Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas. 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2002. 129 p.</p> <p>NESTE TIPO DE FICHA, DEVE SER OBSERVADO O SEGUINTE:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Este tipo de apontamento, para Salvador (1974, p. 105), é dito SUMÁRIO, e, para Lakatos e Marconi (1992, p. 60), RESUMO ou DE CONTEÚDO. 2. Exige grande capacidade de síntese e por isso caracteriza-se por ser um apontamento notadamente breve. 3. Dispensa muito trabalho manual e incentiva o processo de estudo aprofundado e de leitura reflexiva e sintética dos escritos. 4. Não é uma espécie de índice da obra consultada, mas um tipo de sumário organizado na lógica do pesquisador, com suas palavras. 5. Necessariamente, não precisa obedecer estritamente à estrutura da obra consultada, que é a lógica do autor. Não há, portanto, necessidade de indicação de número de página(s). 6. Ao final, redige-se um resumo, contendo a essência do texto. 7. Usa-se o anverso e verso de tantas quantas fichas deste modelo forem necessárias para a consecução do trabalho. 			

VERSO DE UMA FICHA TIPO RESUMO OU SUMÁRIO

Exemplo:

Antes mesmo de se pensar em monografia é preciso estabelecer o mínimo de planejamento de pesquisa, da qual ela é uma decorrência natural. O planejamento de pesquisa é a discussão, e o projeto de pesquisa é o plano de trabalho propriamente dito. Há uma ordem de elaboração de projeto de pesquisa e uma ordem de apresentação. Um bom roteiro necessariamente inclui informações gerais sobre a pesquisa, justificativa, objetivos, revisão da literatura, problema, hipótese(s), metodologia, bibliografia básica, recursos humanos, cronograma de execução física, orçamento etc.

A estrutura formal da monografia jurídica apresenta elementos pré-textuais, textuais ou corpo da monografia e elementos pós-textuais. No corpo da monografia, deve aparecer a revisão da literatura ou o referencial teórico, a metodologia aplicada da pesquisa e a apresentação, análise e interpretação dos dados.

Para se elaborar uma boa monografia, é preciso ainda saber utilizar e indicar figuras, gráficos e tabelas, bem como saber fazer citações diretas, indiretas e citação de citação, além das notas de rodapé.

7.7.4.5 Ficha tipo comentário analítico

TÍTULO REMOTO Ex.: ANTROPOLOGIA	TÍTULO PRÓXIMO Ex.: SOCIEDADE KAIOWÁ/GUARANI	Ordem de classificação.	
	TÍTULO ESPECÍFICO Ex.: MODO DE SER E TER	Idem	Idem
<p>BACKES, José Licínio. A escola indígena intercultural: espaço/tempo de afirmação da identidade étnica e de desconstrução da matriz colonial. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, MS, v. 15, n. 1, p. 13-19, jan./jun. 2014.</p> <p>NESTE TIPO DE FICHA, DEVE SER OBSERVADO O SEGUINTE:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Pode ser feito basicamente de dois modos: <ol style="list-style-type: none"> a) faz-se o resumo e, posteriormente, a crítica (= análise mediante critérios, comentários); b) faz-se o resumo e, simultaneamente, a crítica. 2. Poderão ser adotados os seguintes critérios de análise: <ol style="list-style-type: none"> 2.1 A metodologia. 2.2 O referencial teórico. 2.3 A relevância em termos: teórico, social, econômico, político, educacional, científico, sociológico, acadêmico, literário etc. 2.4 A linguagem. 2.5 A consistência dos argumentos. 3. A finalidade é sempre a de esclarecer os aspectos mais obscuros da obra e de destacar seus aspectos positivos. Para tanto, aconselha-se fazer comparações com outros trabalhos sobre o mesmo tema. 4. Usa-se o anverso e verso de tantas quantas fichas deste modelo forem necessárias para a consecução do trabalho. 			

VERSO DE UMA FICHA TIPO COMENTÁRIO ANALÍTICO

Exemplo:

É peculiar o modo de ser e ter na sociedade Kaiowá/Guarani. O modo de ser, embora caracteristicamente indígena, está sendo alterado por influência da sociedade de homens e mulheres não indígenas. Originariamente, o modo de ter é coletivo, quer na produção, quer no consumo. Todavia a proximidade com regiões urbanas tem inculcado uma lógica capitalista no seio da comunidade, alterando substancialmente o consumo, que, a rigor, passou a ser um arremedo do tipo de consumo do não indígena. O texto, em linguagem acessível, é muito relevante em termos de demonstração acerca da interculturalidade, com nítidas perdas de identidade da cultura Kaiowá/Guarani. O referencial teórico tem como base discussões precedentes em Antonio Jacob Brand. Os argumentos são consistentes e mostram com clareza a realidade de vida da população indígena em questão, fugindo da falácia e da vulgaridade. Deve ser consultado por estudantes de Antropologia e Sociologia, nas suas diferentes facetas e abordagens. Usa-se o anverso e verso de tantas quantas fichas deste modelo forem necessárias para a consecução do trabalho.

7.8 Dossiê

Em termos de dicionário, dossiê significa coleção de documentos relativos a um processo, a um indivíduo e, por extensão, a qualquer assunto. Então, nesse sentido, pode-se dizer em dossiê parcial ou completo, na medida em que apresenta apenas parte dos dados ou todos os dados esperados.

O dossiê de natureza científica refere-se, obviamente, a um levantamento, parcial ou completo, de todos os dados inerentes a uma pesquisa em andamento ou concluída. Representa, de algum modo, uma espécie de inventário investigativo sobre todos os aspectos que envolveram o processo de pesquisa. Além de conter todos os elementos de um relatório científico, o dossiê implica apresentação de dados externos à pesquisa. Via de regra, um dossiê se destina à apresentação e remessa a instituições e autoridades. No que concerne aos aspectos científicos, um dossiê deve obedecer aos mesmos critérios dos demais trabalhos científicos.

7.9 Memorial

Memorial é um documento que visa registrar e comunicar dados, quer sejam pessoais, quer sejam institucionais, de programas, projetos, de pesquisa etc.

Em termos estudantis e acadêmicos, o memorial serve como procedimento didático-pedagógico geralmente utilizado para apresentar a memória de uma disciplina, de um curso, de um seminário, de uma palestra.

Em um memorial estudantil e acadêmico, via de regra, deve-se apresentar um registro sucinto do conteúdo, seguido de um enriquecimento por meio de revisão bibliográfica de distintas fontes. Salvador (1974) salienta que se pode distinguir dois tipos de memórias: as recapitulativas e as científicas originais. As recapitulativas são aquelas solicitadas em fins de estudos de graduação e têm certas semelhanças com resumos de assuntos. As científicas originais são

aquelas próprias de estudos de pós-graduação, que coincidem com as teses de doutoramento.

As memórias recapitulativas têm como objetivo verificar se o acadêmico tem uma visão científica integrada, geral, aprofundada e sólida da cultura universitária. Ainda, para Salvador (1974, p. 165), “A memória recapitulativa torna-se, assim, um verdadeiro tratado, que apresenta todos os conhecimentos referentes a um assunto num conjunto completo e sistemático”.

A história de vida, as obras autobiográficas e os currículos plenos podem ser considerados memoriais, em seu sentido genérico, na medida em que registram e comunicam dados pessoais de interesse público.

7.10 Diário de campo

Diário de campo, como o próprio nome sugere, é um instrumento de registro de toda rotina e ocorrência durante a pesquisa de campo. Grosso modo, corresponde aos apontamentos durante o processo de coleta de dados de uma pesquisa. Todavia, com o avanço da tecnologia, os instrumentos atuais vão além da escrita manual. Já são de domínio público as possibilidades de utilização de registros fotográficos, filmagens, gravações sonoras, além dos recursos da informática, por meio de computadores portáteis (*notebook*) e GPS.

Chama-se atenção para o necessário rigor no que concerne aos registros dos dados de uma pesquisa, para que possam ser fidedignos e gerarem informações e conhecimentos confiáveis. Até mesmo aquilo que aparentemente é irrelevante não pode, à primeira vista, ser desprezado. Às vezes, são justamente dados assim que permitirão cruzamentos de futuras informações. Por isso, o diário de campo pode conter comentários, notas, explicações, obtidos além das entrevistas e da aplicação de questionários, por exemplo. Para tanto, o pesquisador deve munir-se sempre dos meios necessários aos seus registros e ter consciência de que a criatividade faz parte do universo da pesquisa.

7.11 Ensaio

O ensaio é um tipo de trabalho científico ou filosófico que, de modo formal, discursivo e concludente, apresenta uma exposição lógica e reflexiva, com rigorosa argumentação e alto nível de interpretação.

No ensaio, há maior liberdade por parte do autor, no sentido de defender determinada posição sem que tenha de se apoiar de modo rigoroso em documentação empírica e bibliográfica. Entretanto, o ensaio exige rigor lógico e coerência de argumentação, para o que são indispensáveis uma boa cultura geral e maturidade intelectual (Severino, 1976). Em assim sendo, espera-se do ensaísta originalidade e pleno domínio da metodologia que lhe dá base de investigação e do assunto a que se propõe discutir. Por isso, sempre se espera de um ensaísta uma postura problematizadora e instigadora de novos debates e pesquisas.

TERCEIRA PARTE

8 PROJETO DE PESQUISA

Apresentam-se, neste tópico, alguns conceitos, ordem de apresentação e ordem de elaboração de projetos de pesquisa.

8.1 Questões conceituais

A ideia primeira de projeto é lançar para frente. No caso, aqui, é lançar ideias de pesquisa para frente, é prever da forma mais minudente possível todas as etapas do trabalho, é determinar o mais precisamente possível onde se quer chegar com ele.

Falar em montagem de um projeto de pesquisa corresponde, pois, a responder preliminarmente às perguntas vistas no quadro seguinte:

Quadro 1 – Perguntas básicas para projeto de pesquisa

PERGUNTAS BÁSICAS	CORRESPONDÊNCIA
01. O quê?	01. Tema ou título
02. Onde?	02. Local, instituição
03. Por quem?	03. Pesquisador(es)
04. Para quem?	04. Programa
05. Do que se trata?	05. Resumo
06. Para quê?	06. Objetivos
07. Por quê?	07. Justificativa
08. Como?	08. Metodologia operacional
09. Quando?	09. Cronograma de execução física
10. Com quê?	10. Recursos
11. Quanto?	11. Cronograma de desembolso financeiro
12. A partir do quê?	12. Bibliografia/situação-problema
13. Que alternativas se apresentam?	13. Hipótese(s)

8.2 Estrutura ou ordem de apresentação

Apresentam-se, a seguir, os elementos de um projeto de pesquisa. A rigor, estes elementos formam o **SUMÁRIO** do projeto de pesquisa e representam a sua estrutura.

1 INTRODUÇÃO

2 JUSTIFICATIVA

3 OBJETIVOS DA PESQUISA

3.1 Geral

3.2 Específicos

4 METODOLOGIA OPERACIONAL DA PESQUISA

4.1 Problema e problemática

4.2 Hipótese(s) ou resposta(s) norteadora(s)

4.3 Fundamentação teórica

4.4 Caracterização da pesquisa

4.5 Abrangência da pesquisa

4.5.1 Área geográfica

4.5.2 Clientela: população-alvo e sujeito(s)

4.5.3 Recursos humanos

4.6 Procedimentos de coleta de dados

4.7 Procedimentos de análise e interpretação dos dados

5 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

6 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO

7 INDICAÇÃO DA NATUREZA FINAL DO DOCUMENTO A SER PRODUZIDO

REFERÊNCIAS

APÊNDICE(S)

ANEXO(S)

8.3 A ordem de elaboração do projeto

Sugere-se a seguinte ordem (passos) para elaboração do Projeto de Pesquisa:

PRIMEIRO PASSO: Identificação do problema e tema de pesquisa

Costuma-se dizer que esta é a fase crucial e determinante do planejamento de qualquer pesquisa. Consiste em encontrar, dentro da área de interesse, uma questão que mereça ser respondida, e, por conseguinte, receber investimento de tempo e recursos.

Um problema de pesquisa é sempre expresso por meio de uma pergunta nos moldes tradicionais, com utilização de expressões tais como: em quê? Qual? Por quê? Como?

Além de se formular a pergunta, é de praxe se explicar exatamente os seus significados. É, a rigor, retomar a questão de modo elucidativo, para que o examinador do Projeto de Pesquisa não tenha dúvidas do que o pesquisador pretende descobrir, explicar, caracterizar, identificar, demonstrar etc. A correta explicação do problema facilita a fixação dos objetivos da pesquisa.

A formulação do problema deve obedecer aos chamados critérios de delimitação, de modo que se inibam as tentativas de se ampliar demais o problema ou restringi-lo além do ideal. Pode-se delimitar um problema de pesquisa utilizando-se variáveis como: idade, sexo, raça, cor, região geográfica, patologias, dificuldades pessoais, tipos de agrupamentos humanos, escolaridade, situação financeira, classe social, religião, estado civil, períodos, espécie animal, espécie vegetal, fenômenos naturais etc.

O tema e o título do Projeto de Pesquisa serão sempre afirmativas correspondentes à pergunta identificadora do problema, ou seja, da pergunta do problema se tira o tema e o título do trabalho. Os exemplos seguintes são ilustrativos:

PROBLEMA 1: *Qual a relação entre nível socioeconômico e a alfabetização de crianças de seis e sete anos em escolas públicas?*

TEMA 1: *nível socioeconômico e alfabetização.*

TÍTULOS POSSÍVEIS:

1) **RELAÇÃO ENTRE NÍVEL SOCIOECONÔMICO E ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DE SEIS E SETE ANOS EM ESCOLAS PÚBLICAS.**

2) NÍVEL SOCIOECONÔMICO E ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM ESCOLAS PÚBLICAS.

PROBLEMA 2: *Qual a relação entre nível socioeconômico, escolaridade e crimes contra a vida, cometidos no período de 2000 a 2022 na Comarca de Campo Grande?*

TEMA 2: *nível socioeconômico e crimes contra a vida.*

TÍTULOS POSSÍVEIS:

- 1) RELAÇÃO ENTRE NÍVEL SOCIOECONÔMICO, A ESCOLARIDADE E O CRIME CONTRA A VIDA.
- 2) NÍVEL SOCIOECONÔMICO, A ESCOLARIDADE E O CRIME CONTRA A VIDA.

SEGUNDO PASSO: Formulação de hipótese(s) ou resposta(s) norteadora(s).

a) Hipótese(s)

A palavra hipótese vem de hipo = antes, anterior + tese = afirmação, verdade. Logo, hipótese é uma afirmação (mesmo que na expressão negativa) tida provisoriamente como verdade; ou seja, é algo que precisa ser confirmado ou refutado pela pesquisa. Diz-se pedagógica e didaticamente que a hipótese é uma resposta ao problema formulado e, como tal, deve ser redigida.

Muito embora possa se utilizar hipótese(s) em qualquer área do conhecimento, elas são mais apropriadas ao universo das ciências exatas e da natureza. As hipóteses, ao serem formuladas, deverão ser plausíveis, consistentes, compreensíveis, explicativas, específicas do problema e, se possível, verificáveis.

Quanto ao tipo, as hipóteses podem ser:

- 1) *Casuísticas*. São aquelas que, como o termo sugere, referem-se a um único caso, cuja expressão se dá por meio de uma afirmação acerca de um fato, fenômeno, pessoa ou objeto específico.
- 2) *De frequência de ocorrência*. São sentenças afirmativas acerca de tendência de ocorrência de determinados fatos ou fenômenos.

- 3) *De relação de associação*. São sentenças afirmativas que procuram estabelecer correlações entre a ocorrência entre dois ou mais fatos ou fenômenos.
- 4) *De relação de dependência*. Podem ser de dois tipos:
 - *Relação de causalidade*: quando um fenômeno é tido como causa fundamental e determinante de outro. Observa-se, aqui, que tal modo de hipotetizar é mais apropriado às ciências naturais.
 - *Relações assimétricas ou funcionais*: é quando a ocorrência de um fenômeno depende da influência do outro, ou seja, ocorre em função do outro.

Dencker (1998) salienta que as relações assimétricas entre variáveis podem ser:

- 1) *Entre estímulo e resposta*. Ex.: Estudante estimulado aprende melhor.
- 2) *Associação entre uma disposição e uma resposta*. Ex.: Professores tranquilos aceitam desafios.
- 3) *Associação entre atributos e uma disposição*. Ex.: Professores mais jovens não toleram indisciplina.
- 4) *Associação entre pré-requisito e efeito*. Ex.: A aprendizagem se dá com maior facilidade em ambiente de ordem e tranquilidade.
- 5) *Relação imanente entre duas variáveis*. Ex.: O surgimento de estudos sobre a aprendizagem com a observação da precocidade infantil.

Ainda no universo das hipóteses, salienta-se, com Barros e Lehfeld (*apud* Dencker, 1998), que as variáveis se classificam segundo o nível de abstração, o caráter escalar e a posição que ocupam em suas relações, como segue:

- a) *Variáveis quanto ao nível de abstração*.
 - *Gerais*: são aquelas que não podem ser mensuradas imediatamente.
 - *Intermediárias*: são aquelas mais concretas e próximas da realidade estudada e hipotetizada.

- *Empírica*: são aquelas que indicam imediatamente os elementos ou as características que serão observadas.

b) *Variáveis quanto à forma de mensuração.*

- *Nominais*: são aquelas que se referem a categorias distintas, como idade, sexo, escolaridade, raça etc.
- *Ordinais*: são aquelas em que determinadas características estão ordenadas, para efeito de classificação, como por exemplo a ordem socioeconômica, poder aquisitivo etc.
- *Intervalares*: são parecidas com as anteriores, todavia equidistantes em função de determinada unidade de medida, como faixa etária, renda familiar, nível de escolaridade etc.

c) *Variáveis quanto à posição*

- *Antecedente*: é aquela que explica o surgimento da variável independente.
- *Independente*: é aquela que funciona como um elemento que determina a variável dependente.
- *Interveniente*: é aquela que altera a relação entre a variável independente e dependente.
- *Dependente*: é, como o nome indica, aquela que depende da variável independente, ou seja, é determinada pela variável independente.

b) Resposta(s) norteadora(s)

A resposta norteadora é algo equivalente à hipótese, logo representa, no Projeto de Pesquisa, uma solução ao problema. Para Ávila (1996, p. 18):

[...] a questão [resposta] norteadora é aquela que orienta o encaminhamento de um processo de investigação, no âmbito de um plano, programa ou projeto, quando não se dispõe de subsídios básicos e indispensáveis à previsão e elaboração de hipótese ou mesmo objetivo preciso em matéria de efeito, resultado ou produto esperado. É, portanto, uma espécie de *estrela-guia* para que o pesquisador, orientado por ela, não se perca em sua marcha investigatória, mesmo não tendo

noção, de antemão, sobre o que virá a acontecer, no curso de seu trabalho, em termos de produto, resultado, solução ou resposta previsível para o problema da pesquisa.

Via de regra, a resposta norteadora aparece redigida como um texto corrido e representa, a rigor, a visão do pesquisador acerca do tema do trabalho. Certamente, essa visão do pesquisador deve refletir sua experiência na área de pesquisa, bem como seu conhecimento teórico sobre o assunto a ser pesquisado. Devido a isso, a pretendida resposta ao problema de pesquisa deve estar estreitamente relacionada à literatura disponível concernente ao respectivo segmento de pesquisa. Disso decorre a possibilidade de serem usadas, no texto referido, expressões do tipo: a literatura aponta para..., as evidências tais e tais indicam que..., as últimas pesquisas têm indicado que..., do ponto de vista tal, a questão se mostra como... etc.

TERCEIRO PASSO: Elaboração de objetivos.

Nesta fase, o pesquisador deve ter muito claro o que pretende alcançar com a pesquisa que estiver sendo proposta no projeto. É de praxe se estabelecer objetivo geral e objetivos específicos.

Os objetivos devem ser elaborados a partir do problema, usando-se verbos no infinitivo, e devem manter coerência com a justificativa. O objetivo geral representa a síntese do que se pretende alcançar com a pesquisa, e os objetivos específicos devem explicitar o desdobramento do objetivo geral. Cada objetivo específico constitui um tópico do relatório da pesquisa. Ao se formular o objetivo geral, são usados verbos de sentido mais fechado, como: compreender, conhecer, demonstrar, desenvolver, saber, estudar. Os objetivos específicos apresentam um caráter mais concreto, pois dizem respeito diretamente aos aspectos pontuais da pesquisa. Cada objetivo específico deve atingir um aspecto do tema, um viés a ser pesquisado. Ao se formular esses objetivos, são empregados verbos de sentido fechado; por exemplo: avaliar, caracterizar, categorizar, classificar, conceituar, correlacionar, definir, descrever, desdobrar, determinar, diagnosticar, diferenciar, dimensionar, discriminar, elaborar, enumerar, escolher,

especificar, estabelecer, exemplificar, explicar, formular, identificar, indicar, listar, operacionalizar, propor, relacionar, selecionar, verificar.

QUARTO PASSO: Justificativa.

A justificativa de um Projeto de Pesquisa é redigida de modo a explicitar a relevância de se levar avante a proposta. A rigor, é a defesa que o pesquisador faz sobre a importância daquele tema de pesquisa, naquele momento e naquelas circunstâncias. Em termos práticos, o pesquisador deve redigir um texto que permita ao avaliador do Projeto de Pesquisa se convencer da relevância de se levar a pesquisa adiante e, obviamente, investir tempo e dinheiro.

A relevância acima referida pode ser em termos pessoais, estudantis, acadêmicos, empresariais, institucionais, científicos, governamentais, econômicos, educacionais, políticos, jurídicos etc.

QUINTO PASSO: Caracterização da pesquisa.

Nesta fase de elaboração do Projeto de Pesquisa, caracteriza-se a pesquisa que se pretende realizar, indicando sua tendência, natureza, abordagem, método e tipo. Todavia aconselha-se que, além de fazer essas indicações, o pesquisador deve explicar, ainda que brevemente, o porquê da adoção deste ou daquele tipo, desta ou daquela abordagem, dando uma ideia de domínio da metodologia a ser utilizada.

SEXTO PASSO: Abrangência da pesquisa.

Uma vez caracterizada a pesquisa, é o momento de se indicar a sua abrangência em termos de área geográfica e clientela.

No que concerne à área geográfica, deve-se proceder à identificação e caracterização da localidade o mais precisamente possível. A importância disso reside no fato de que os resultados de uma pesquisa podem variar segundo as condições e circunstâncias do meio físico e sociocultural. De algum modo, isso representa uma justificativa da delimitação do problema.

Em termos de clientela, o pesquisador deve indicar com clareza quem é a população-alvo da pesquisa, ou seja, qual é o segmento que será beneficiado com o resultado da pesquisa. Poderá ser desde um pequeno segmento social, até a sociedade como um todo. Igualmente, deve-se indicar quem é o sujeito da pesquisa, isto é, aquele que é detentor da ação principal. A relevância disso está no fato de que, nas abordagens qualitativas, de uma forma geral, muitas vezes, o objeto de pesquisa se aproxima muito do sujeito da pesquisa, a ponto de se tornar difícil distinguir com clareza as dimensões subjetivas que cercam a questão.

Ainda, neste tópico, o pesquisador deve indicar os recursos humanos necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

SÉTIMO PASSO: Fundamentação teórica.

Nesta fase de elaboração do Projeto de Pesquisa, cuidará o pesquisador de indicar a teoria que fornece a orientação geral da pesquisa, que corresponde a contextualizar o tema dentro do debate teórico existente. Toda pesquisa deve basear-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a correta elucidação do problema proposto (Ribas, 1999).

A assertiva acima implica aceitar a ideia de que nenhuma pesquisa parte do ponto zero, ou seja, até mesmo para se propor um problema de pesquisa se parte de uma teoria anterior, fruto de outros trabalhos. Na verdade, é a teoria que sustenta a hipótese ou questão norteadora adotadas no universo da pesquisa. No entendimento de Luna (2000, p. 83):

[...] uma revisão teórica, em geral, tem o objetivo de circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo. A importância dessa circunscrição assume diferentes contornos dependendo do tipo de problema em estudo, da teoria em questão e, muito freqüentemente, do compromisso com a teoria da qual se julga o trabalho o mesmo da sua concepção de teoria.

É nesse espaço do Projeto de Pesquisa que se analisa a situação atual do conhecimento mediante a revisão da literatura existente,

buscando-se pesquisas similares sobre o tema e modelos teóricos existentes, com o objetivo de situar o estudo no contexto geral do conhecimento (Denker, 1998).

O quanto possível deve-se, então, no tópico de fundamentação teórica, manter um diálogo inteligente com os autores que estiverem emprestando suas luzes para clarear o caminho pretendido. Para isso, deve-se fazer citações e comentários da literatura ao alcance das mãos. Nesse mesmo sentido, Dencker (1998, p. 69) enfatiza que:

[...] essa revisão da literatura deve ser sintética e crítica, indicando as lacunas e falhas metodológicas dos estudos anteriores, bem como os conceitos e explicações consideradas clássicas, existentes na literatura, que servem de fundamento para a pesquisa.

OITAVO PASSO: Procedimentos de coleta de dados.

Nesta fase de elaboração do Projeto de Pesquisa, o pesquisador deve indicar e explicar, detalhadamente, todos os passos operacionais que serão adotados para a coleta de dados. Proceder assim é sinal de domínio da metodologia da pesquisa. Esses passos ou procedimentos deverão figurar no Cronograma de Execução Física, como se verá adiante.

NONO PASSO: Procedimentos de análise e interpretação de dados.

É necessário que conste do Projeto de Pesquisa os indicativos de procedimentos de análise e interpretação de dados. É, a rigor, uma previsão do que será feito para se analisar os dados coletados. No caso de pesquisas de natureza quantitativa, os dados devem ser matematizados e preferencialmente submetidos a tratamento estatístico, o que equivale à elaboração de tabelas, quadros, gráficos etc. Salienta-se que, não tendo o pesquisador pleno domínio da ciência estatística, é aconselhável buscar auxílio de um especialista na área. Ao contrário, corre-se o risco de não se aproveitar devidamente os dados colhidos. No caso de pesquisas qualitativas, os dados, como já dito anteriormente, não são passíveis de matematização.

Logo, devem ser organizados de forma a explicitarem os aspectos comuns e incomuns, congruentes e incongruentes, convergentes e divergentes das representações presentes nas falas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Então, na elaboração do Projeto de Pesquisa, é importante fazer indicações de como essas análises serão feitas. No que concerne à interpretação, o pesquisador deve fazer indicações bastante objetivas e claras de como pretende dar significado aos resultados encontrados, em função da(s) hipótese(s) ou resposta(s) norteadora(s).

DÉCIMO PASSO: Cronograma de execução física.

A elaboração do Cronograma de Execução Física visa apresentar um mapeamento operacional e cronológico. Tal procedimento corresponde à necessidade de estabelecer prazos para as distintas fases da pesquisa. A seguir, um exemplo meramente ilustrativo de um Cronograma de Execução Física. Todavia alerta-se para o fato de que o Cronograma de Execução Física não deve funcionar como uma espécie de “camisa de força” para o pesquisador, mas tão somente um referencial temporal, para que ele saiba coordenar o tempo disponível e cumprir as atividades sem traumas.

Quadro 2 – Exemplo genérico de Cronograma de Execução Física

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS	ANO MESES											Obs.
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	
1 Levantamento bibliográfico	x	x	x	x								
2 Elaboração de instrumentos de coleta		x										
3 Teste-piloto			x									
4 COLETA DE DADOS												
4.1 Revisão bibliográfica e análise documental	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
4.2 Aplicação de questionário e obs. participante			x	x								
4.3 Realização de entrevista e obs. participante			x	x	x							
4.4 Realização de experimentos												
4.5 Registro fotográfico e filmagem					x	x						
5 Análise e interpretação dos dados					x	x	x					
6 Tabulação de dados quantitativos												
7 Organização e categorização de dados qualitativos												
8 Redação e digitação preliminar da monografia, dissertação ou tese						x	x	x	x			
9 Revisão da redação preliminar									x			
10 Entrega/depósito da monografia ou...										x		
11 Apresentação/defesa da monografia ou...											x	

DÉCIMO PRIMEIRO PASSO: Cronograma de desembolso financeiro.

A elaboração do cronograma de desembolso financeiro corresponde à previsão de gastos com a execução do Projeto de Pesquisa. Tal previsão serve como balizamento pessoal para se saber das reais possibilidades de se levar avante a pesquisa proposta. Em outros termos, é fazer previsão de recursos materiais e financeiros. Nesse sentido, Ávila (1996, p. 24) destaca que:

[...] recursos são todos os meios que tornam possível a concretização do com quê, genericamente descrito em relação a cada procedimento [...]. Detalhar recursos, aqui significa, portanto, especificar, em listagem com discriminação própria [...] todos os suportes logísticos ou com quê, senão todos pelo menos os essencialmente básicos, necessários à ativação de todos e de cada procedimento previstos para a demonstração da hipótese, para a conquista do objetivo ou para o seguro

norteamento do processo de pesquisa, de acordo com a questão norteadora.

Os exemplos de Cronogramas de Desembolso Financeiro abaixo são também ilustrativos.

Quadro 3 – Exemplo genérico de Cronograma de Desembolso Financeiro (simplificado I)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R\$ 1,00											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	
1 Aquisição material permanente												
1.1 Máquina fotográfica	200											
1.2 Computador e impressora		250	250	250	250	250	250	250	250	250		
1.3 Filmadora		100	100	100	100	100	100	100	100	100		
1.4 Equipamentos diversos		100	100		100	100	100	100	100	100		
2 Estada e alimentação	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	
3 Transporte	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	
4 Pagamento: serviços de terceiros				100			100				100	
5 Aquisição de material de consumo	200			200			200				200	
6 Despesas com reprografia			50			50			50	200		
7 Participação: eventos científicos				80				80				
8 Despesas de telefone, fax, correio	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
9 Outros (especificar)	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
TOTAIS PARCIAIS	585	635	685	915	635	685	935	715	685	1135	185	
TOTAL GERAL	R\$ 7.610											

Quadro 4 – Exemplo genérico de Cronograma de Desembolso Financeiro (simplificado II)

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO EM R\$ 1,00	VALOR TOTAL
Material fotográfico	1	200	200
Materiais de consumo diversos		400	400
Telefone/internet		500	500
Total			

9 NORMAS DA ABNT PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

9.1 Estrutura de trabalho científico

A estrutura de um trabalho científico é estabelecida pela ABNT NBR n. 14724, reeditada em 2011. Fazem parte do conjunto dos trabalhos científicos as monografias, dissertações, teses, relatórios científicos e os trabalhos feitos durante a vida acadêmica no cumprimento de atividades discentes.

Em sentido etimológico, o termo **monografia** significa um trabalho escrito sobre um tema único. Para tanto, espera-se que seu autor seja capaz de apresentar argumentos suficientes para demonstrar aquilo que pretende com o seu trabalho de pesquisa. Em outros termos, pode-se dizer que a monografia é sempre resultado de uma pesquisa, seja ela um trabalho de campo, seja ela uma revisão bibliográfica.

A norma n. 14724, acima referida, faz as seguintes distinções conceituais ao se referir aos trabalhos científicos:

3.10

Dissertação

documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando a obtenção do título de mestre (p. 2).

3.33

Tese

documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição

para especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor) e visa a obtenção do título de doutor, ou similar (p. 4).

3.35

[Trabalhos acadêmicos,] trabalho de conclusão de curso de graduação [TCC], trabalho de graduação interdisciplinar [TGI], trabalho de conclusão de curso de especialização e/ou aperfeiçoamento

documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador (p. 4).

ESTRUTURA	ELEMENTOS	CONDIÇÃO
PARTE PRÉ-TEXTUAL	CAPA	Obrigatória
	LOMBADA	Opcional para capa dura
	FOLHA DE ROSTO	Obrigatória
	ERRATA	Opcional
	FOLHA DE APROVAÇÃO	Obrigatória no caso da existência de banca examinadora
	DEDICATÓRIA	Opcional
	AGRADECIMENTO	Opcional
	EPÍGRAFE	Opcional
	RESUMO NA LÍNGUA VERNÁCULA	Obrigatório
	RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA	Opcional
	LISTA DE ILUSTRAÇÕES	Opcional: desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos etc.
	LISTA DE TABELAS	Opcional
	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	Opcional
	LISTA DE SÍMBOLOS	Opcional
SUMÁRIO	Obrigatório	
PARTE TEXTUAL	INTRODUÇÃO	Delimitação e relevância do assunto, objetivos da pesquisa e metodologia
	DESENVOLVIMENTO	Exposição ordenada e pormenorizada do assunto. Divide-se em seções e subseções
	CONCLUSÃO	Conclusões sobre objetivos ou hipóteses

ESTRUTURA	ELEMENTOS	CONDIÇÃO
PARTE PÓS-TEXTUAL	REFERÊNCIAS	Obrigatórias (Cf. NBR 6023)
	GLOSSÁRIO	Opcional (em ordem alfabética)
	APÊNDICE(S)	Opcional (identificado[s] por letras maiúsculas)
	ANEXO(S)	Opcional (identificado[s] por letras maiúsculas)
	ÍNDICE(S)	Opcional (Cf. NBR 6034)

9.2 Estrutura de trabalho científico com experimento ou estudo de caso

Para trabalho científico resultante de experimentos ou estudo de caso nas áreas da saúde, ciências agrárias, bem como tecnológicas, sugere-se a seguinte **estrutura da parte textual**:

ELEMENTOS	FINALIDADES
1 INTRODUÇÃO	Delimitação e relevância do assunto, apresentação dos objetivos da pesquisa, breve referência à metodologia utilizada etc.
2 REVISÃO DA LITERATURA	Fundamentação teórica do assunto em discussão, indicação do “estado da arte”, apontamento de outros trabalhos já concluídos ou em andamento sobre o tema
3 CASUÍSTICA	Apresentação do caso em estudo, delimitação do problema
4 MATERIAIS E MÉTODOS	Descrição detalhada de todos os materiais (equipamentos, utensílios, substâncias etc.) e métodos aplicados na execução da pesquisa
5 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	Explicitação dos resultados da pesquisa, notadamente dos dados quantitativos, sem, contudo, discuti-los
6 DISCUSSÃO	Análise dos dados apresentados e correlações com a literatura
7 CONCLUSÃO	Conclusões sobre objetivos ou hipóteses
8 REFERÊNCIAS	Listagem em origem alfabética de obras/documentos efetivamente utilizados

Considerando a tradição científica brasileira e a necessidade de serem estabelecidos parâmetros, sugere-se a seguinte quantificação de folhas:

¹⁶ Não compoartam capa e folha de rosto.

TIPO DE TRABALHO CIENTÍFICO	NÚMERO MÍNIMO DE FOLHAS, EXCLUINDO-SE A PARTE PRÉ-TEXTUAL E PÓS-TEXTUAL
Artigos científicos ¹⁶	15 a 20
Trabalhos acadêmicos – similares (incluindo monografias)	35
Dissertações	85
Teses	130

A NBR n. 14724 orienta que a sequência dos elementos da capa seja: NOME DA INSTITUIÇÃO (*opcional*), NOME DO AUTOR, TÍTULO, SUBTÍTULO, se houver, etc. **Em muitas universidades, adotou-se a seguinte sequência dos elementos da capa:** NOME DO AUTOR, TÍTULO, SUBTÍTULO (se houver), NÚMERO DE VOLUMES (se houver mais de um), NOME DA INSTITUIÇÃO (**obrigatório**), LOCAL (cidade), ANO DE DEPÓSITO. [Cf. o modelo abaixo, **em papel A4**].

Folha-guia: CAPA (PAPEL A4)

<p>Papel A4</p> <p style="text-align: center;">4 cm da borda</p> <p style="text-align: center;">NOME DO ESTUDANTE</p> <p style="text-align: center;">[Em letras maiúsculas, centralizado, negrito, tamanho 14, fonte T.N.R. ou Arial]</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO DO TRABALHO</p> <p style="text-align: center;">[Em letras maiúsculas, centralizado, negrito, tamanho 16, fonte T.N.R. ou Arial]</p> <p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO</p> <p style="text-align: center;">CAMPO GRANDE - MS</p> <p style="text-align: center;">ANO</p> <p style="text-align: center;">[Em letras maiúsculas, centralizado, negrito, tamanho 14, fonte T.N.R. ou Arial]</p> <p style="text-align: center;">2 cm da borda</p>

Folha-guia: FOLHA DE ROSTO

Papel A4

NOME DO ESTUDANTE

TÍTULO DO TRABALHO

Trabalho/Monografia apresentado(a) à
Universidade Católica Dom Bosco, curso de
....., sob a orientação
do(a) Professor(a),
para efeito de,
.....

**CAMPO GRANDE – MS
ANO**

Folha-guia: ERRATA

Papel A4

ERRATA

1. Folha 18, parágrafo segundo: onde se lê américa do sul, leia-se: América do Sul.
2. Folha 20, parágrafo terceiro: onde se lê sessão, leia-se seção.
3. Folha 25, Quadro n. 10: onde se lê datos, leia-se: dados.
4. Folha 89, Apêndice B, onde se lê freira, leia-se feira agrícola.
5. Folha 92, Anexo C, onde se lê camilote, leia-se camalotes etc.

Folha-guia: FOLHA DE APROVAÇÃO

Papel A4

FOLHA DE APROVAÇÃO

Este documento corresponde à versão final da monografia (ou dissertação/tese) intitulada POTENCIALIDADE TURÍSTICA DE TACURU, apresentada por ISMAEL ESTENES CARAMALAC FILHO à Banca Examinadora do curso de Turismo da Universidade Católica Dom Bosco, tendo sido considerada aprovada.

Campo Grande, MSde20.....

1.
Nome e assinatura do presidente da Banca Examinadora
2.
Nome e assinatura de integrante da Banca Examinadora
3.
Nome e assinatura de integrante da Banca Examinadora

Folha-guia: RESUMO EM LÍNGUA VERNÁCULA

Papel A4

MARQUES, Idenir Balbuena. *O trabalho infantil e suas raízes*. 60 f. 2002. Monografia (Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.

RESUMO

Faz-se um texto, constituído de uma sequência de frases concisas e objetivas, com as seguintes características:

- mais ou menos 500 palavras;
- linguagem impessoal;
- sem parágrafos;
- sem citações de autores etc.;
- espaço simples.

Palavras-chave: trabalho infantil; menores; pobreza.
[Pode ser até 5 palavras-chave]

Folha-guia: RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Papel A4

MARQUES, Idenir Balbuena. *O trabalho infantil e suas raízes*. 60 f. 2002. Monografia (Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.

ABSTRACT

(A opção aqui foi o Inglês)

Esta folha é uma tradução literal da folha de resumo em língua vernácula.

Keywords: ; ;

Folha-guia: LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Papel A4

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

a) No corpo do trabalho, monografia, dissertação, tese etc.

Quadro 1 – segue o nome do quadro	p
Quadro 2 – segue o nome do quadro	p
Foto 1 – segue o nome da foto	p
Mapa 1 – segue o nome do mapa	p

b) Em apenso

Quadro 3 – segue o nome do quadro (Apêndice A)	p
--	---

OU

Apêndice A: Quadro 3 – segue o nome do quadro 3	p
Apêndice B: Foto 2 – segue o nome da foto 2	p

c) Em anexo

Anexo A: Quadro 4 – segue o nome do quadro 4	p
Anexo B: Mapa 2 – segue o nome do mapa 2	p

[Pode-se adotar os mesmos procedimentos para organizar as demais listas, quando houver]

Folha-guia: LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Papel A4

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

(alguns exemplos)

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
CF – Constituição Federal
APM – Associação de Pais e Mestres
BB – Banco do Brasil
CEE – Conselho Estadual de Educação
CEF – Caixa Econômica Federal
Cf. – Confira
CNE – Conselho Nacional de Educação
COMTUR – Conselho Municipal de Turismo
CPC – Código de Processo Civil
CPP – Código de Processo Penal
CRUB – Conselho das Universidades Brasileiras
ISBN – International Serial Book Number
kg – quilograma
PM – Polícia Militar
PRF – Polícia Rodoviária Federal
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Folha-guia: LISTA DE SÍMBOLOS

Papel A4

LISTA DE SÍMBOLOS

Esta folha é organizada segundo as necessidades do trabalho.

SUMÁRIO
[centralizado, negrito]

1	INTRODUÇÃO [no corpo do trabalho, aparece centralizado, em maiúsculo e negrito]....	p
2	NOME DO TÓPICO PRIMÁRIO OU CAPÍTULO [tudo em maiúsculo, em negrito].....	p
2.1	Nome do subtópico secundário [só a primeira letra em maiúsculo, em negrito]	p
2.2	Nome do subtópico secundário [idem]	p
2.2.1	Nome do subtópico terciário [só a primeira inicial maiúscula]	p
2.2.2	Nome do subtópico terciário [idem]	p
2.3	Nome do subtópico secundário	p
3	NOME DO TÓPICO PRIMÁRIO OU CAPÍTULO [tudo em maiúsculo, em negrito].....	p
3.1	Nome do subtópico secundário [só a primeira letra em maiúsculo, em negrito]....	p
3.1.1	Nome do subtópico terciário [só a primeira inicial maiúscula]	p
3.1.2	Nome do subtópico terciário [idem]	p
3.2	Nome do subtópico secundário [só a primeira letra em maiúsculo, em negrito]....	p
3.2.1	Nome do subtópico terciário [só a primeira inicial maiúscula]	p
3.2.2	Nome do subtópico terciário [idem]	p
4	NOME DO TÓPICO PRIMÁRIO OU CAPÍTULO [tudo em maiúsculo, em negrito].....	p
5	CONCLUSÃO [no corpo do trabalho, aparece centralizado, maiúsculo e negrito].....	p
	REFERÊNCIAS [idem]	p
	GLOSSÁRIO [idem].....	p
	APÊNDICES [idem]	p
	ANEXOS [idem]	p
	ÍNDICE(S) [idem, pode ser: analítico, remissivo, onomástico]	p

A numeração progressiva das seções de um documento e, por conseguinte, de um trabalho de natureza científica é fixada pela ABNT – NBR n. 6024, de março de 2012, que dá as condições para se organizar um “[...] sistema de numeração progressiva das divisões e subdivisões do texto de um documento, de modo a expor com clareza a sequência, importância e inter-relacionamento da matéria, e a permitir a localização imediata de cada parte”.

Essa mesma norma (ABNT – NBR n. 6024) acima indicada estabelece ainda que:

- a) as seções (ou parte, capítulo, tópico etc.) compreendem as partes em que se divide o texto de um documento, as quais contêm as matérias consideradas afins na exposição ordenada do assunto;
- b) as seções primárias são as principais divisões do texto, denominam-se capítulos e podem de ser divididas em seções secundárias; estas, em terciárias e assim sucessivamente.
- c) o indicativo de uma seção deve ser feito por um número arábico anteposto a cada seção, que permita sua localização imediata;
- d) o número indicativo de uma seção precede o título ou a primeira palavra do texto (quando não houver título) e é separado por um espaço;
- e) limitar o número das seções até a quinária;
- f) o número das seções primárias segue a sequência dos números inteiros a partir de 1, sendo que o indicativo de uma “[...] seção secundária é constituído pelo indicativo da seção primária a que pertence, seguido do número que lhe for atribuído na sequência do assunto e separado por ponto” e assim sucessivamente;
- g) caso seja necessário “[...] enumerar os diversos assuntos de uma dada seção (itens), esta pode ser subdividida em alíneas ordenadas alfabeticamente por letras minúsculas seguidas de parênteses”, separadas por ponto e vírgula e reentradas à margem esquerda, começando por letra minúscula;
- h) os nomes ou títulos das seções primárias, secundárias e terciárias são destacados gradativamente, usando-se racionalmente os recursos de negrito, itálico ou grifo, e redondo, caixa alta ou versal etc.;
- i) quando certa seção tem nome ou título, este deve ser colocado na mesma linha do número indicativo, e a “[...]”

matéria da seção pode começar na linha seguinte da própria seção ou em uma seção subsequente”.

10 CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

10.1 Sistemas de citação

Segundo o que consta da NBR 10520, de julho de 2023, citação é uma menção no texto, de uma informação colhida em outra fonte. Pode ser uma transcrição ou uma paráfrase, direta ou indireta, de fonte escrita ou oral. É indispensável mencionar os dados necessários à identificação da fonte da citação. Estes dados podem aparecer no texto, em nota de rodapé ou em lista no fim do texto. Qualquer que seja o sistema adotado, deve ser seguido consistentemente ao longo de todo o trabalho. **São três os sistemas de citação, a saber:**

10.1.1 Autor-data

No sistema autor-data, a indicação da fonte deve ser feita pelo sobrenome do autor ou pela instituição responsável, ou ainda pelo título de entrada seguido do ano da publicação do documento, separados por vírgula. O nome do autor ou da instituição, ou o título do documento, deve figurar com as letras maiúsculas e minúsculas.

Exemplo:

Para Monteiro (2004, p. 134), o “[...] projeto manifesta as pretensões de pesquisa”.

OU

O “[...] projeto manifesta as pretensões de pesquisa” (Monteiro, 2004, p. 134).

10.1.2 O numérico

No sistema numérico, as citações devem ter numeração única e consecutiva para todo o documento ou por capítulo. É desaconsel-

lhável recomençar a numeração das citações a cada página. Neste caso, a indicação da numeração no texto pode ser feita entre parênteses, ou situada pouco acima da linha do texto, colocada após a pontuação que fecha a citação. **Exemplo:**

Salienta Monteiro: “O que estamos querendo dizer é que precisamos de uma boa dose de autocrítica.” (16)

Salienta Monteiro: “O que estamos querendo dizer é que precisamos de uma boa dose de autocrítica.”¹⁶

As respectivas referências ou o texto da nota, neste caso, figuram ao final do texto, na mesma ordem em que aparecem no texto.

10.1.2.1 Notas de rodapé

As notas de rodapé são uma particularidade do sistema numérico e poderão ser de referências (bibliográficas) ou notas explicativas, devendo constar na mesma folha do indicativo numérico. A primeira citação de uma obra deve ter sua referência bibliográfica completa. As citações subsequentes da mesma obra podem ser referenciadas de forma abreviada, desde que não haja referências intercaladas de outras obras do mesmo autor ou de outros autores.

10.1.2.2 Notas de fim de texto

Seguem-se as mesmas regras das notas de rodapé, todavia posicionadas ao final do texto.

Na indicação destas referências subsequentes, podem ser adotadas as expressões latinas:

a) *apud* = citado por. Exemplo:

Segundo Montoro (1994, p. 105 *apud* Nunes, 2004, p. 237), “[...] ao lado do conhecimento discursivo ou mediato, representado pelos raciocínios dedutivo e indutivo, a ciência reconhece outra modalidade de conhecimento – imediato e direto – que é a intuição”.

OU

“[...] ao lado do conhecimento discursivo ou mediato, representado pelos raciocínios dedutivo e indutivo, a ciência reconhece outra modalidade de conhecimento – imediato e direto – que é a intuição” (Montoro, 1994, p. 105 *apud* Nunes, 2004, p. 237).

b) *Ibidem* ou *Ibid.* = mesmo autor e mesma obra. Usa-se *Id Ibidem* quando se quer se referir à obra imediatamente acima;

c) *Idem* ou *Id.*: autoria igual à anterior e obra diferente;

d) *Op. cit.* = *opus citatum* = obra citada. Usa-se esta expressão quando se quer repetir o autor e a obra, em outra página, ou quando há intercalação de outra referência. Neste caso, entra-se com o nome do autor, a expressão *op. cit. e depois* ano. Exemplo: Marcondes, José. *Op. cit.* p. 40 (indica-se o número da página caso se trate de uma transcrição).

O fato de indicar referências ao pé da página não quer dizer que não seja necessário apresentar as referências ao final do trabalho, em ordem alfabética, e não na sequência em que aparecem no texto ou nos rodapés das páginas.

10.2 Tipos de citação

São três os tipos de citação, demonstrados a seguir:

10.2.1 Citação direta

As citações diretas são transcrições fiéis ao original e podem ser textuais curtas ou textuais longas.

As textuais curtas são, como o termo indica, transcrições de até três linhas, com uso de aspas e no corpo do texto. Exemplo:

Para Ghiraldelli Júnior (2006, p. 31), “Muitas vezes, a pedagogia proposta pelo filósofo da educação não tem como ser efetivamente viabilizada. Mas o filósofo se veste de pedagogo e a organiza em detalhes – no papel, na própria cabeça”.

OU

“Muitas vezes, a pedagogia proposta pelo filósofo da educação não tem como ser efetivamente viabilizada. Mas o filósofo se veste de pedagogo e a organiza em detalhes – no papel, na própria cabeça” (Ghiraldelli Júnior, 2006, p. 31).

As Textuais longas são, como o termo indica, transcrições com mais de três linhas, com recuo obrigatório. Recomenda-se recuo de 4 cm, em espaço simples entre linhas e fonte menor que a utilizada no texto; ou seja, se usada fonte 12 no texto, colocar tamanho 11 para citações longas. Nesses casos, não se usam aspas. Por exemplo, nas palavras de Nunes (2004, p. 41-2):

A consciência é a base essencial de todas as representações, quer sejam científicas, quer vulgares, da realidade conhecida como objetiva. A consciência é a condição necessária para a afirmação das coisas que são estranhas à consciência. Se pudéssemos remontar todos os conhecimentos das coisas ditas objetivas e fôssemos voltando de forma a decompô-los, chegaríamos na essência primeira, que é a consciência. Daí concluir que as coisas ou objetos só têm realidade a partir da consciência.

OU

A consciência é a base essencial de todas as representações, quer sejam científicas, quer vulgares, da realidade conhecida como objetiva. A consciência é a condição necessária para a afirmação das coisas que são estranhas à consciência. Se pudéssemos remontar todos os conhecimentos das coisas ditas objetivas e fôssemos voltando de forma a decompô-los, chegaríamos na essência primeira, que é a consciência. Daí concluir que as coisas ou objetos só têm realidade a partir da consciência (NUNES, 2004, p. 41-2).

Nas citações textuais, devem ser indicadas as supressões e interpolações (comentários, ênfase ou destaque), do seguinte modo:

1. Supressões: [...].
2. Interpolações, acréscimos ou comentários: [blá-blá-blá].
3. Ênfase ou destaque: grifo ou **negrito** ou *itálico*.

10.2.2 Citação indireta

As citações indiretas são interpretações (reescrita do texto) com indicação de autoria, sem necessidade de indicar página, mas, obrigatoriamente, o ano da publicação da fonte. Exemplo:

Segundo Mezzaroba e Nunes (2004), quando se estuda um caso jurídico relevante, é bom prestar atenção à questão de ordem ética. A pesquisa não pode causar nenhum dano material ou moral a ninguém.

OU

Quando se estuda um caso jurídico relevante, é bom prestar atenção à questão de ordem ética. A pesquisa não pode causar nenhum dano material ou moral a ninguém (Mezzaroba; Nunes, 2004).

10.2.3 Citação de citação

A citação de citação ocorre quando o trecho citado era uma citação na obra consultada.

Os elementos devem ser indicados na seguinte ordem: autoria ou a primeira palavra do título; data; página do documento original, se houver; a expressão *apud*; autoria ou a primeira palavra do título; data; página da fonte consultada, se houver. Na lista de referências elencar somente a fonte consultada. (ABNT NBR 10520, 2023, p. 14).

Exemplo:

De acordo com Holanda (1998, p. 102 *apud* Costa, 2003, p. 87), “para se comunicar melhor com o seu público, uma marca deve investir em marketing digital”.

10.3 Referências

As referências representam o elenco de todas as obras, artigos, documentos, leis, teses, dissertações, monografias, relatórios, anais, jurisprudências, fotografias, vídeos, mapas, *CD-ROMs*, *softwares*, *sites* etc. que foram consultados para a elaboração do trabalho.

As referências devem ser organizadas em ordem alfabética por nomes de entrada, estes sempre com todas as letras maiúsculas (ABNT – NBR 6023, de ago. 2002).

Chama-se atenção para a necessidade de se indicar obras relacionadas à metodologia da pesquisa e do trabalho científico, em quaisquer que sejam as modalidades de trabalhos científicos.

As referências devem ser inseridas logo após a conclusão ou as considerações finais.

A expressão REFERÊNCIAS deve constar com todas as letras maiúsculas. Em artigo científico, deve figurar alinhada à margem esquerda do texto. Em outros trabalhos, deve constar centralizada em nova folha.

O espaçamento entre linhas deve ser simples e, entre uma referência e outra, deixar uma linha em branco.

As referências não são justificadas, e sim alinhadas à esquerda, para não quebrar o espaçamento interno entre um elemento e outro da mesma referência.

Abaixo, seguem exemplos de como indicar os variados casos:

10.3.1 Livro com um autor

MARQUES, Heitor Romero. **Metodologia do ensino superior**. 3. ed. Campo Grande, MS: UCDB, 2005. 163 p.

10.3.2 Livro com dois autores

SANTOS, Gildásio Mendes; FIORENTINI, Barbara. **Lanç@i as redes: para comunicar a mensagem cristã através da Internet**. Campo Grande, MS: UCDB, 2002. 120 p.

10.3.3 Livro com três autores

DINIZ, Maria Helena; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio; GEORKAKILAS, R. A. Steveson. **Constituição de 1988: legitimidade, vigência e eficácia, supremacia**. São Paulo: Atlas, 1999.

10.3.4 Livro com mais de três autores (convém indicar todos, mas é permitido que se indique apenas o primeiro, seguido de *et al.*

ANDERY, Maria Amália Pie Abib *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** 9. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2000.

10.3.5 Livro com um responsável pela coordenação, organização e/ou direção

MARQUES, Heitor Romero (Org.). **Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas.** 2. reimp. Campo Grande, MS: UCDB, 2001.

10.3.6 Livro com mesmo autor

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

10.3.7 Livro com volume

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego.** 4. ed. Tradução de Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2001. v. 1.

10.3.8 Livro com séries e coleções

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 11. ed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (O Mundo Hoje, v. 24).

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica.** 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. (Série Métodos em Direito, v. 1).

10.3.9 Monografia

LEME, Antenor Camargo. **O instrumento de trabalho da polícia judiciária**. 2003. 42 f. Monografia (Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Processual Penal) – Universidade Católica Dom Bosco / Instituto Nacional de Pós-Graduação, Campo Grande, MS.

10.3.10 Dissertação

TEIXEIRA, Antônio Edílio Magalhães. **A razoável duração do processo ambiental**. 2006. 227 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia) – Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

10.3.11 Tese

BLUM, Marcelo Lawrence Bassay. **Processamento e interpretação de dados de geofísica aérea no Brasil Central e sua aplicação à geologia regional e à prospecção mineral**. 1999. 229 p. Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

10.3.12 Revistas (populares) como um todo

VEJA. São Paulo: Abril, edição 2052, ano 41, n. 11, 19 mar. 2008.

10.3.13 Periódicos (revistas científicas) como um todo

HUMANITAS: revista do Instituto de Ciências Humanas. Campinas, SP: PUC-Campinas, v. 3, n. 1, jan./jul. 2000.

10.3.14 Boletins como um todo

BOLETIM SALESIANO. Brasília: Cisbrasil, ano 63, n. 4, jul. 2013.

10.3.15 Jornal como um todo

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 25 jul. 2008, ano 88, n. 28.968.

10.3.16 Evento como um todo

SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE MATO GROSSO DO SUL, 8 a 10 jul. 1998, Campo Grande, MS. **Cultura**: desenvolvimento e preservação: anais. Campo Grande, MS: UCDB, 1997.

10.3.17 Artigo/matéria em revistas (inclui editorial, entrevistas, reportagens, resenhas etc.)

FAVARO, Thomaz; DUALIBI, Julia. Globalização de populações: nunca houve tantos imigrantes no planeta. O desafio será criar regras para viver em harmonia com eles. **Veja**, São Paulo, edição 2052, ano 41, n. 11, p. 71-4, 19 mar. 2008.

10.3.18 Artigo em periódicos

ANDRADE, Thales de. A ditadura do entretenimento: limites e possibilidades da democracia no século XXI. **Humanitas**: revista do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas, v. 3, n. 1, p. 19-29, jan./jul. 2000.

10.3.19 Artigo em boletins

SANTOS, Camila. Professores sem fronteiras: esporte e educação no Haiti. **Boletim Salesiano**, Brasília, ano 63, n. 4, p. 10-11, jul. 2013.

10.3.20 Artigo/matéria em jornais (inclui editorial, entrevistas, reportagens, resenhas etc.)

MASCARETTI, Paulo Dimas de Bellis. Quanto vale um juiz? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2008, ano 88, n. 28.968. Tendências/Debates, p. A3.

10.3.21 Trabalho apresentado em evento

BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em

SGBD orientado a objetos. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

10.3.22 Relatório

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. **Estudo de impacto ambiental - EIA, Relatório de impacto ambiental – RIMA**: manual de orientação. São Paulo, 1998. 48 p. (Série Manuais).

10.3.23 Capítulo de livro

PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli; GIOIA, Silvia Catarina. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. *In*: ANDERY, Maria Amália Pie Abib *et al.* **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. 9. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2000. p. 161-78.

10.3.24 Elemento iconográfico (inclui pintura, gravura, fotografia, desenho técnico etc.)

MARQUES, Renata A. Romero. **Monumentos da guerra do Paraguai**. Praia Vermelha – ao fundo o Morro do Pão-de-Açúcar, Rio de Janeiro, 1999. 4 fotografias, color., 8 cm x 12 cm.

10.3.25 Filmes e vídeos

ESCOLA Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Direção-geral: M. H. R. Nunes. Roteiro: J. L de Azevedo e L. A. Marfirani. Coordenação de produção: J. L. B de Moura. Piracicaba, 1992. Vídeo, U – matic, 36 min.

10.3.26 Material cartográfico (inclui mapas, atlas, globo, fotografias aéreas etc.)

SMANIOTTO, Celso Rubens. **Base espacial do perímetro urbano de Campo Grande**. Campo Grande, MS: UCDB, 1995. Arquivo digital de mapas dwg: color. 81,7 x 116,5 cm. Escala 1: 250.000.

10.3.27 CD/CD-ROM

MPB especial. [Rio de Janeiro]: Globo: Movieplay, c1995. 1 CD.

MCCONNEL, W. H. Constitutional history. *In: Canadian Encyclopedia* [CD-ROM]. Macintosh version 1.1 Toronto: McClelland & Stewart, cl. 1993.

10.3.28 *Software*

DEDALUS (Implementado pelo Sistema ALEPH) – Banco de dados bibliográficos da USP. Catálogo on-line. **SIBI/USP Sistema Integrado de Bibliotecas**. (*Software*) - Departamento Técnico. @ 2006 – 2008. Disponível em: <http://www4.usp.br/index.php/bibliotecas>. Acesso em: 25 jul. 2008.

10.3.29 Acórdãos, decisões, sentenças e doutrinas

BRASIL. Tribunal Regional Federal (5. Região). Apelação cível n. 42.441-PE (94.05.01629-6). Apelante: Edilemos Mamede dos Santos e outros. Apelada: Escola Técnica Federal de Pernambuco. Relator: Juiz Nereu Santos. Recife, 4 de março de 1997. **Lex**: jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 558-562, mar. 1998.

10.3.30 Monografias, dissertações e teses eletrônicas on-line

COELHO, Marina Pinhão. **Ensaio sobre a tipicidade penal objetiva em um sistema teleológico – racional**. 178 f. 2006. Tese [resumo on-line] (Doutorado em Direito Penal) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/POR/FDI/FDI/FD/FIND-ACC/0222172>. Acesso em: 25 out. 2007.

10.3.31 *Internet*

GOMES, Anderson Lopes. Concubinato adulterino: uma entidade familiar a ser reconhecida pelo Estado brasileiro. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1360, 23 mar. 2007. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9624>. Acesso em: 7 dez. 2007.

10.3.32 Leis, decretos, portarias

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a desativação de unidades administrativas de órgãos da administração direta e das autarquias do Estado e dá providências correlatas. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

BRASIL. Medida provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n. 14**. Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão de idade, inscrição em concurso para cargo público. Disponível em: <http://www.true-netm.com.br/jurisnet/sumusSTF.html>. Acesso em: 29 nov. 1998.

10.4 Configuração de página e citações

A NBR n. 14724 estabelece o espaçamento 1,5 entre as linhas. Citações com mais de três linhas, notas de rodapé, referências e legendas das ilustrações e das tabelas devem ser em espaço simples. Por ilustração, entende-se desenho, esquema, fluxograma, fotografia, gráfico, mapa, organograma, planta, quadro, retrato, figura, imagem etc.

Folha-guia: CORPO DO TRABALHO

PAPEL A4	Nº
3 cm da borda	
Parágrafo com 1,25 cm	
P.....	
.....	
.....	
.....	
P.....	
.....	
[No corpo do texto, usar letra 12, fonte Arial ou T.N.Roman, espaço 1,5 entre linhas]	
3 cm da borda	2 cm da borda
	2 cm da borda

10.4.1 Citações mediante uso da *internet*

Com relação às citações, mediante uso da *internet*, deve-se adotar os seguintes critérios:

1. Havendo na fonte on-line nome do(a) autor(a), título do artigo/matéria, título da revista/fonte, deve-se indicar na citação (direta ou indireta) o nome do(a) autor(a), como nos demais casos. Os outros dados da fonte devem constar nas referências.
2. Não estando explícito o nome do(a) autor(a), indica-se o título do artigo/matéria.
3. Não estando explícito o nome do(a) autor(a) e o título da matéria, indica-se o título da(o) revista/do jornal on-line.
4. Ao lado do nome do(a) autor(a), do(a) artigo/matéria ou título da(o) revista/do jornal on-line, deve-se indicar o ano da produção. Caso não seja possível, deve-se indicar o ano da consulta feita à *internet*.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ABNT – **NBR 10520** – Informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Jul. 2003.

ABNT – **NBR 10719** – Apresentação de relatórios técnico-científicos. Jun. 2011.

ABNT – **NBR 14724** – Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Mar. 2011.

ABNT – **NBR 6023** – Informação e documentação – referências – elaboração. Nov. 2018.

ABNT – **NBR 6024** – Informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação. Fev. 2012.

ABNT – **NBR 6028** – Resumos. Maio de 2021.

ABNT – **NBR 6027** – Sumário. Dez. 2012.

AGUILLAR, Fernando Herren. **Metodologia da ciência do Direito**. São Paulo: Max Limonad, 1999. 180 p.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 209 p.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método das ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998. 203 p.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib *et al.* **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. 9. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2000. 436 p.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Sugestão de roteiro comentado para projeto de pesquisa.** Campo Grande, MS: [s.n.], jun. 1996. 46 p. [ensaio – digitado].

ÁVILA, Vicente Fideles de. **A pesquisa na vida e na universidade:** ensaio de curso para estudantes, professores e outros profissionais. 2. ed. rev. Campo Grande, MS: UFMS/UCDB, 2000. 214 p.

AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica.** Diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos. 4. ed. Piracicaba: Unimep, 1996. 206 p.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola:** o que é e como se faz. São Paulo: Loyola, 1998. 102 p.

BARROS, Aidil de Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. 102 p.

BARUFFI, Helder; CIMADON, Aristides. **Metodologia científica e a ciência do Direito.** Roteiro básico para elaboração de trabalhos acadêmicos e monografia jurídica. Dourados: H. Baruffi, 1997. 113 p.

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender:** introdução à metodologia científica. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991. 104 p.

BUNGE, Mario. **La investigación científica:** su estrategia y su filosofía. Barcelona: Ariel, 1969.

CAMPOS, Luiz Fernando de Lara. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia.** Campinas: Alínea, 2000.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). **Construindo o saber**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1989.

CASTILHO, Maria Augusta de. **Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas**. 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2002. 130 p.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977. 156 p. (Programa ECIEL).

CHASSOT, Attico. **A ciência através dos tempos**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1994. (Col. Polêmica).

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 11. ed. São Paulo: Ática, 1999. 440 p.

CORDEIRO, Darcy. **Ciência, pesquisa e trabalho científico: uma abordagem metodológica**. 2. ed. rev. aument. Goiânia: UCG, 1999. 176 p. (Cadernos Didáticos).

DEMO, Pedro. **Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 317 p.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998. 286 p.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Pequena enciclopédia de cultura ocidental: o saber indispensável, os mitos eternos**. São Paulo: Elsevier/Campus, 1999. 567 p.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 2, p. 5-20, jul. 2001.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 14. ed. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1996. 170 p.

FAZENDA, Ivani (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 174 p. (Biblioteca da Educação. Série 1, Escola).

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia científica**. São Paulo: McGraw, 1982. 317 p.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Mosaico, 1979. 199 p.

GIL, Antonio Carlos. **Projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991. 158 p.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. 224 p.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de Direito: trabalho de conclusão de curso. Metodologia e técnicas de pesquisa. Da escolha do assunto à apresentação gráfica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 298 p.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrick. **Estética – a ideia e o ideal. Estética – o belo artístico ou o ideal**. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

JOLIVET, Régis. **Curso de Filosofia**. 15. ed. Tradução de Eduardo de Mendonça. Rio de Janeiro: Agir, 1984. 445 p.

KANT, Immanuel. **Kant – vida e obra**. Tradução de Valério Rohden. São Paulo: Nova Cultura, 1999. 511 p. (Os Pensadores).

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3. ed. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo:

Perspectiva, 1994. 257 p. (Col. Debates).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. Procedimentos básicos. Pesquisa bibliográfica, projetos e relatório. Publicações e trabalhos científicos. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1992. 214 p.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica**. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. (Série Métodos em Direito, v. 1).

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99 p. (Temas básicos de educação e ensino).

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. Elementos para uma análise metodológica. São Paulo: EDUC, 2000. 108 p.

MACEDO, Magda Helena Soares. **Manual de metodologia da pesquisa jurídica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. 174 p.

MEGALE, Januário Francisco. **Introdução às Ciências Sociais: roteiro de estudo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2. ed. rev. São Paulo: Loyola, 1994. 59 p.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2004. 329 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1998.

MOROSINI, Marília; KOHL-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do conhecimento**. Curitiba: CRV, 2021.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Manual da monografia jurídica**. Como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999. 209 p.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa**. Uma visão holística do conhecimento humano. São Paulo: LTR, 2000. 122 p.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. Projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997. 320 p.

PELUSO, Luis A. **Filosofia de Karl Popper**. Campinas: PUCCAMP, 1995.

PERETZ, Henri. **Los métodos en sociología** – la observación. Tradução de Maria Teresa Jiménez. Quito: Abya-Ayala, 2000. 151 p.

POPPER, Karl. **Conhecimento objetivo**: uma abordagem evolucionária. São Paulo: EPU, 1975.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

RUSSERL, Edmund. A Ideia da Fenomenologia Edições 70. 2008

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**: elaboração e relatório de estudos científicos. 4. ed. rev. e ampl. Porto Alegre, RS: Sulina, 1974. 244 p. (Col. Didática Sulina).

TERRIEN, J.; NÓBREGA-TERRIEN, S. Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em**

Avaliação Educacional, v. 15, n. 30, jul./dez. 2004.

THIOLLENT, J. M. Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1981. 268 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993. 252 p.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 144 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação: positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1995. 173 p.

SCHELER, Max Ferdinand. *Ordo amoris*. Trad. Xavier Zubiri. Madrid: Caparrós, 1996

SCULTZ, W. Theodore. *Investing in people - the economics of population qualit*. California: Universit of California, 2021

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2044.

OS AUTORES

Heitor Romero Marques é doutor em Desarrollo Local y Planificación Territorial (Universidad Complutense de Madri), mestre em Educação, especialista em Filosofia e História da Educação, licenciado em Ciências, bacharel em Pedagogia. Docente da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) em cursos de graduação, especialização *lato sensu* e no mestrado e doutorado em Desenvolvimento Local, no qual foi coordenador no período de 2012 a 2016. Membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Campo Grande, MS. Foi representante da UCDB no Comitê Estadual de Refugiados, Migrantes e Apátridas por dois mandatos, líder do Grupo de Pesquisa Economia Criativa, Aprendizagem e a Solidariedade Ativa na Dinâmica Territorial, membro do Grupo de Pesquisa da Universidad Politécnica Salesiana de Ecuador, intitulado: Estudio Multidisciplinar de la Influencia de la Creatividad y la Felicidad Corporativa en el Desarrollo Sostenible – Económico Social Y Medioambiental de los Territorios, representante da UCDB junto à Red Universitaria de la Felicidad. Editor da Revista Multitemas, membro do Corpo Editorial de 5 (cinco) revistas científicas, revisor de 13 (treze) periódicos científicos, professor aposentado da Rede Estadual de Ensino. Foi diretor da Escola Paroquial Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Campo Grande, MS, Foi diretor de vida escolar e coordenador geral de Vida Escolar e Rede Física da Secretaria de Estado de Educação, foi supervisor pedagógico da Rede Estadual de Ensino de MS e supervisor de treinamento do SENAR/MS, foi Secretário Municipal de Educação de Campo Grande, MS, foi membro do Conselho Universitário da UCDB por dois mandatos. Até 2024, possui 106 artigos científicos publicados, 122 capítulos/livros individuais e coletivos, orientou 945 trabalhos de conclusão (graduação, especialização, mestrado e doutorado), participou de 1.127 bancas de conclusão de cursos (graduação, especialização, mestrado e doutorado), atuou em 60 bancas de comissão julgadora. Recebeu a Comenda Pedro Pedrossian instituída pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em reconhecimento aos serviços prestados para o engrandecimento da Educação Superior. Consulte: <http://lattes.cnpq.br/6681173217974714>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0093-1617>; LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/heitor-romero-marques-5b868a58/?originalSubdomain=br>; ResearchGate: <https://www.researchgate.net/profile/Heitor-Romero-Marques-2>; e-mail: heiroma@ucdb.br



José Manfroi é Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Marília, SP. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS. Especializado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre. Graduado em Filosofia pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), Campo Grande, MS. Professor na graduação desde 1991 e na pós-graduação desde 1998. Ministra aulas na graduação, nas disciplinas de Metodologia Científica, Filosofia e Sociologia, e na pós-graduação, nas disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa, Metodologia do Ensino Superior e Paradigmas do Conhecimento. Atua no Núcleo de Pesquisa e Monografia Jurídica (NuPeJu) da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.



Maria Augusta de Castilho tem Pós-Doutorado em Linguística (2000) e Doutorado em Ciências Sociais – História do Brasil (1997), ambos pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciada em História pela Faculdade do Sagrado Coração de Jesus, Bauru, SP. Foi avaliadora das Condições de Ensino dos cursos do SINAES/INEP/MEC – Ministério da Educação – Brasil, por mais de 20 anos. Também atuou no Plano Nacional do Livro Didático na Área de História – Ministério da Educação – Brasil. Participa do Conselho Editorial de várias revistas científicas. É líder de dois grupos de pesquisa cadastrados no CNPq/UCDB: Cultura, Identidade e Saberes Locais; Análise Histórica de Processos Trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho – TRT/24ª Região – MS. Publicou vários artigos em periódicos especializados e trabalhos em anais de eventos científicos, nacionais e internacionais. Possui mais de quarenta livros e livretes publicados de forma solo e em parceria com outros autores, com uma produção técnica bastante desenvolvida. É membro da Associação dos Cultores da História Salesiana – Itália e Brasil. Atualmente, é professora na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado e Doutorado, sendo também responsável pelo Laboratório de História na mesma Instituição de Ensino Superior (IES).



Mirian Lange Noal nasceu em Santa Maria, RS. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduada em Educação Física e Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora na UFMS. Atualmente, concentra suas atividades em Metodologia Científica, Prática de Ensino, TCC e Supervisão de Estágio.

Este livro utiliza fonte Hurme Geometric
Sans No One para os títulos e Calibri
para os textos

“Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a canseira da existência humana. E se os cientistas, intimidados pela prepotência dos poderosos, acham que basta amontoar saber, por amor do saber, a ciência pode ser transformada em aleijão e as suas novas máquinas serão novas aflições, nada mais.”

Galileu Galilei (1564-1642)